SALETTE DA SILVA ALBERTI

BIBLIOTECA - UNESP CAMPUS BAURU

VILA DUTRA NOS CAMINHOS DE BAURU: CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Orientador: Dr. Lúcio Grinover

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Projeto, Arte e Sociedade da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Bauru - SP, como exigência para obtenção do título de Mestre.

Bauru - SP
1995

N.º 221
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

COMISSÃO JULGADORA

_____

_____

_____

A Janet e Francisco. E a todos a quem neles amo.

Amor!

RESUMO

O espaço e o tempo são categorias imprescindíveis para se compreender a espacialização do capital, enquanto construção de uma territorialidade regional. Essa simultaneidade é constituída, pela inter-relação das histórias locais das cidades que a compõem. Deve-se entender que nessa totalidade as categorias local, estadual, nacional e internacional remetem-se mutuamente, guardadas as singularidades que, em seus fragmentos, não conseguem ser anuladas por um processo de globalização em curso. O texto pretende mostrar que a ligação entre a cidade de Bauru e uma de suas vilas - a General Eurico Gaspar Dutra - implica em suas mediações a radicalidade desse processo.

O fato dessa Vila ter dois assentamentos em dois momentos históricos diferentes, num mesmo nível de classe social e num mesmo território - caso único na história da cidade - torna possível a compreensão não só de sua singularidade como também de sua identidade.

RÉSUMÉ

L'espace et le temps sont des faits indispensables pour comprendre la expansion du capital quand à la construction d' une territorialité régionale.

Cette simultanéité est constitués par l'inter-relation des histoires locales qui la composent. On doit entendre que dans cette finalité les relations lieu, etat, national, et international se renvoient les uns aux autres, gardant en partie leurs singularités qui ne peuvent être annulées par le procédé de globalisation en cours.

Le texte prétend montrer que la réunion de la ville de Bauru et une de ses banlieux - la Général Eurico Gaspar Dutra - implique par ces interventions la radicalité de ce procédé.

Le fait que cette banlieu a eu deux situations en deux moments historiques differents, d'un même niveau de classe sociale en un même territoire - cas unique dans l'histoire de la ville rend possible la comprehension non seulement de sa singularité mais aussi de son identité.

SUMÁRIO

RESUMO iii
RÉSUMÉ iv
LISTA DE FIGURAS vi

INTRODUÇÃO 01
I - ESPAÇO E TEMPO: UMA QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA 07
II - O ESPAÇO-TEMPO ENQUANTO ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO 16
III - ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL A NÍVEL REGIONAL 25
IV - VILA DUTRA NOS CAMINHOS DE BAURU: CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA IDENTIDADE 81
CONSIDERAÇÕES FINAIS 156

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 159

ANEXOS 164

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bauru: 1ª Doação - 1884 46

Figura 2 - Índia Caingang 80

Figura 3 - Perímetro da Vila Curuçá 95

Figura 4 - Praça de São Pedro 99

Figura 5 - Praça José Leandro de Brito 100

Figura 6 - Capela de São Pedro 102

Figura 7 - Confluência da rua da capela com a Al. Campo Grande 103

Figura 8 - Confluência da Av. São Paulo com a Al. Campo Grande 104

Figura 9 - Rua da capela 104

Figura 10 - A velha escola de madeira 105

Figura 11 - Caixa D'Água 105

Figura 12 - Signos de mudança. O exemplo dos três sobrados 106

Figura 13 - O lado pobre da Vila 107

Figura 14 - Intersecção entre as alamedas Corumbá e Ponta Porã com a Avenida São Paulo 107

Figura 15 - Alameda Malan, segmento voltado para o leste 108

Figura 16 - Alameda Aquidauana 109

Figura 17 - Intersecção entre a Avenida Elias Miguel Maluf e a Avenida Joaquim C. de Mattos 109

Figura 18 - Vista panorâmica da cidade 110

Figura 19 - Vista panorâmica da cidade 110

Figura 20 - Rua de Acesso 111

Figura 21 - Clube 112
Figura 22 - Mercearia Pierre (antigo Bar da Pastora) 114
Figura 23 - Segmento superior da estrutura de ferro do Clube 115
Figura 24 - Horta Comunitária 117
Figura 25 - Casa-padrão original 119
Figura 26 - Planta da casa-padrão original 121
Figura 27 - Vista lateral da casa-padrão 124
Figura 28 - Vista lateral da casa-padrão 124
Figura 29 - Vista frontal da antiga casa nº 2 124
Figura 30 - Banco de madeira 126
Figura 31 - Casa-padrão - antiga casa nº 2 da Av. São Paulo 126
Figura 32 - Banco de concreto 127
Figura 33 - Residência sem alteração 128
Figura 34 - Residência reformada 129
Figura 35 - Residência com características inteiramente novas 129
Figura 36 - Árvore frutífera de um quintal, na Al. Ponta Porã 133
Figura 37 - Segmento correspondente ao Parque Infantil 134
Figura 38 - A casa intacta na esquina da Al. Campo Grande 134
Figura 39 - Início da Alameda Malan 136
Figura 40 - Rua Elpídio dos Santos (Novo Assentamento) 136
Figura 41 - Supermercado São Benedito 139
Figura 42 - Supermercado Aliança 140
Figura 43 - Kalangu's Bar 141
Figura 44 - Atores sociais retratando a tranquilidade da Vila 155

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Dentro desse caráter de introdução, o texto elege como fonte de inspiração uma pesquisa feita por Ferrara (1993) sob a iniciativa do Dr. Lúcio Grinover e auspícios da Unesco, através do programa *Man and Biosphere* (MAB). Essa pesquisa transformou-se na publicação do *"Olhar Periférico"*, de onde saíram pontuações, que acabaram por trazer à consciência da dissertação um *modus operandi* vivido empiricamente. Em outras palavras, por intuição o texto seguiu um certo caminho que nessa autora já era teorização.

Assim, o tema de opção enquadra-se como uma fragmentação, de cujas brechas emergem sua historicidade própria. Um encontro eivado de passado e seminalmente presente, ambos fundidos na totalidade identificada como Vila Dutra.

Esse real induziu o texto, enquanto um voyeur, a uma experiência do repertório e memória, sob a tensão dialética entre hegemonia e dominação, de cuja ação mútua emergiu a construção de (inter)ações, configuradas no objeto de eleição.

Tal pesquisa cônscia de sua visão de mundo, preocupou-se também com a produção de idéias, que fossem capazes de captar o novo que se instaura na Vila como um todo; extrair sua rica organicidade, ao mesmo tempo que, no exercício de fazer uma idéia brotar de outra, celebrava as pequenas, mas, significativas descobertas para o texto. Como afirma essa autora, a dissertação se viu à frente da *"capacidade de fazer inferências, de fazer brotar e extrair uma idéia de outras (...) características de toda linguagem e que faz similar àquela outra capacidade que permite extrair, do caos, um outro tempo mais*

organizado que leva a uma outra dimensão do espaço" (Ferrara, 1993).

Nesse sentido, a associação que comandou a produção do texto, passou pela experiência de idéias anteriores, registradas na bibliografia, sendo fator de geração de outras idéias, todas subordinadas à coerência musical do referencial teórico. Ou seja, razão lógica x experiência, associação x percepção, como elementos ontológicos para o preparo do quê perceber; e perceber ativamente. O que remete à produção de juízos de valor, algo complexo e causa de uma gama de significados.

Curuçá foi a seleção que gerou para o texto a experiência do (des)velamento visual e verbal. Ambos no cultivo lento de uma configuração, no cuidado de se alcançar o seu espaço interior e a grega dialética subsumindo seu caráter de funções-chaves, fluindo inter-relacionadas na construção de um espaço-tempo-lugar.

O conteúdo da monografia procurou, na fragmentação em capítulos, a forma de processar essa dialetização, conectada nas coordenadas da introdução, desenvolvimento e considerações finais.

Essas pontuações de caráter metodológico colocam o título da dissertação voltado para a Vila em termos da memória da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - hoje integrada à Rede Ferroviária Federal e, no passado com seu logotipo NOB -; importante, por encarnar, enquanto tal, a história própria de sua cidade: Bauru.

Tomando-se a opção do título tem-se a Vila como um ponto colocado na cidade, ou então, um ponto justaposto à cidade. Com Ferrara (1993) admite-se que a contextualização implica algo estrutural com a exigência de uma análise metodológica que explicite as mediações decorrentes de uma lógica, o modo de articulação de tais mediações, ao ponto de fazer emergir as características de um determinado contexto. Tal prática é reflexiva e, portanto, capaz de entender as variáveis, que constroem a singularidade de um lugar. Vila Dutra nos caminhos de Bauru (primeiro segmento) contextualização de uma identidade (segundo segmento) pulsam subterrâneas na totalidade da

unesp

dissertação: *"Vila Dutra nos caminhos de Bauru: contextualização de uma identidade"*.

Como foi colocado no primeiro capítulo, o conteúdo da dissertação é constituído da relação de categorias incorporadas univocamente como exemplo de espaço-tempo, por vez, objetivados na concretude do fenômeno urbano-industrial. A radicalidade de tal fenômeno institui-se como espacialização do capital, expressa na estrutura da região e cidades que lhes são inerentes. Como afirma Santos (1994), a singularidade de um lugar é ao mesmo tempo cidade e região, dialética de um movimento organicamente urbano. Uma totalidade que, em sua força centrípeta, funde e refunde tal dialética para, centrífuga e aparentemente aparecer em partes recortadas.

Ir além e ultrapassar o significante de tais recortes exige a clareza de um método que possibilite a prática exigente da contextualização de uma realidade, a pesca de sua gênese, seus significados e sua identidade. Ir além atém-se a que se deva insistir em cada uma das partes, em razão de que quanto mais se pode separar, mais se pode conhecer, como afirma o autor *"ainda que não nos seja dado comandar as estruturas dinâmicas"* (Santos, 1994). Enfrentar o todo nas partes para recompô-las no todo, torna-se um dos créditos da prática acadêmica. Só que agora no sentido de mais especificar a consideração de fatores mundiais presentes em termos de contemporaneização e simultaneidade responsáveis pela relação local, nacional e regional. Numa prática em que a epistemologia adotada consiga teorizar o real, de onde ela emergiu e que determina a construção de uma singularidade em escala mundial: ver o singular é entender o regional, que é entender o mundo. Parafraseando Santos (1994), com a preocupação da clareza que faça o ponto de partida converter-se em ponto de chegada, o que passa a fazer vigir o como o processo histórico se espacializa e o *"grau de fluidez entre coisas, objetos [e] mensagens"*.

O método dialético em seu materialismo histórico fez a dissertação estar alerta no sentido de entender Curuçá nas coordenadas registradas acima.

Por isso, tentou o caminho do rigor que não perdesse de vista, trançar o grau de fluidez entre seus objetos e seus signos, visando caracterizá-la num espaço-tempo-lugar que, por suas mudanças, anunciam a gênese subterrânea, de um devir de sua transformação. Tanto pela fluidez de seu interior próprio, fluidez absorvida pelo novo assentamento, como pela fluidez que, do entorno, vem ao seu encontro.

A contextualização da singularidade que é Curuçá, enquanto atividade prática de um *modus operandi*, teve em Ferrara (1993) etapas que ela considera fundamentais e que o texto endossou:

1°) A relação entre epistemologia e prática e o acesso ao real do objeto. Isso deslocou o texto de sua abstração até o lado empírico desse real, agudizando quanto possível a percepção e visando à apreensão das características fluídicas e fixas da Vila como um todo;

2°) Quebrou-se o espaço de Curuçá e da Vila como um todo. Esse exercício de abstração correu por conta de não se perder categorias do sistema viário, da casa, da relação de ambos, categorias estéticas, funções-chaves que digitam o velho núcleo. Para tanto, recorreu-se à inter-relação que se processa com o novo núcleo. Em outras palavras, fugiu-se das generalizações do espaço-tempo para denotá-las em suas objetivações. Contudo, essas preocupações fizeram o texto trazer para a cena a repetição dessas categorias, o que não implica um caráter de redundâncias na forma da monografia, mas a preocupação de se descer, quanto possível, às mediações da identidade de Curuçá.

3°) O uso da intuição inclinada a criar a concretude do espaço, somado à inclinação de se nomear as características do espaço para que se concretize, representam experiências implícitas à prática da pesquisa. Contudo, foram imprescindivelmente sujeitas ao confronto empírico do objeto para a indutividade que se exige. Este item justificou a presença do texto *in situ*, para a observação do urbano, na identidade do núcleo, e o que essa identidade carrega em seu interior: *"o tempo*

que se dá pelos homens'' para usar uma expressão de Santos (1994), na obliqüidade de sua diferença.

Portanto e, em síntese, as considerações metodológicas da dissertação visaram a que se entendesse:

a) Que o esteio do discurso teve como referência a dialética do Materialismo Histórico, responsável por evidenciar as relações entre as categorias geral, particular e singular, respectivamente correspondentes à espacialização do capital como espacialização da região, como espacialização da história da cidade de Bauru, de onde Curuçá é um pedaço dessa história.

b) Que a dialética subsumiu radicalmente as reflexões metodológicas de Ferrara (1993), e nelas teve, além de um nível de suas mediações, o desdobramento de observações técnicas que possibilitou chegar às filigranas da identidade a que se propunha; em outras palavras, o inventário se deu a partir de uma postura fenomenológica.

c) A integração desses dois métodos foi em função de se buscar os ângulos possíveis da identidade de Curuçá.

Pari passu, o texto foi subsidiado, corpo a corpo, por documentos agasalhados, obviamente, por instituições zelosas de seu acervo.

Essas instituições e suas estocagens tiveram a evidência do apoio seguro à ordenação do texto, através de jornais, mapas, iconografia e depoimentos. A articulação do conteúdo da dissertação, no entanto, teve sua nutrição radical na autoridade da bibliografia.

unesp

CAPÍTULO I

I

ESPAÇO E TEMPO: UMA CONDIÇÃO EPISTEMOLÓGICA

O presente capítulo busca identificar as variáveis que devem ser consideradas na relação do espaço e do tempo em sua construção histórica. Esta eleição está em conceber o papel lógico das categorias do conhecimento. Se as leis básicas deste revelam o mundo objetivo, o pensamento, e tocam questões mais gerais da teoria do desenvolvimento, as categorias, ao contrário, como leis não-básicas (com relação às básicas), expressam momentos isolados no processo do desenvolvimento, numa dinâmica de reciprocidade perene. Expondo-as como elementos abstratos mais gerais na percepção do real, são, ao mesmo tempo, lógica e teoria do conhecimento. As ligações mais gerais da realidade exprimem-se pelas categorias - formas que refletem os processos naturais, sociais, e como se dão concretamente no ser. Funcionando como dispositivos lógicos do pensamento, quando objetivadas, constroem-se na dinâmica das relações sociais e expressam a necessidade ontológica de o homem situar-se e situar objetos. Como afirma Cheptulin (1982), *"através do processo de trabalho, o homem foi tomando consciência da espacialidade em seus objetos, ao mesmo tempo em que se davam as abstrações conceituais sobre o espaço. As transformações decorrentes desta praxis, trazem a noção do tempo como medida de toda modificação e de todo o movimento concreto"*. Embora as categorias sejam abstrações, tornam-se imprescindíveis na sustentação do real. Sem a capacidade dessas abstrações, a experiência da espacialidade não seria possível. Por isso, torna-se indispensável, em cada etapa do desenvolvimento histórico, encontrar aquela relação que tenha condições de

dar ao método a maior integridade possível. Assim, a ação de decompor um todo em suas partes exige a contribuição destas leis não-básicas na medida em que, como afirma Santos (1994), a *"... identificação do objeto será de pouca significação se não formos capazes de definir-lhe as categorias fundamentais. Sem nenhuma dúvida, as categorias sob um ângulo puramente nominal mudam de significado com a história mas, elas também constituem uma base permanente, e por isso mesmo, um guia permanente para a teorização. Se queremos alcançar bons resultados nesse exercício indispensável, devemos centralizar nossas preocupações em torno..."* delas. Neste sentido, o enfoque do espaço e do tempo, enquanto objeto de estudo deste capítulo, implica alternâncias de reflexões de ordens física e social. Por outro lado, só no interior de uma referência paradigmática é que se conseguem as diretrizes capazes de decifrar, interpretar e inventariar qualquer objeto epistemológico em geral, e em particular, o objeto em questão como processo de humanização, de conhecimento e, não algo além do homem.

A condição deste raciocínio implica, nesta dissertação, significativa dificuldade metodológica que tem como ponto de partida a análise crítica de Dosse (1992) à História Nova e sua escola de Annales, ressaltando-a por sua abertura em permitir *"o acesso a novos objetos, novos horizontes [num] nível particularmente rico em produção"*. Porém, quando essa abertura acha-se permeada pelas ciências sociais, acaba por se desnortear num universo de objetos díspares, sem relação entre si, resultando o abandono de sua identidade. Deslizando tal crítica, entende que Annales perdeu algo essencial à estrutura da hipótese causal, sem a qual não pode existir totalidade histórica. O pressuposto subjacente a essa abordagem totalizante é a consideração de uma racionalidade em ação na história. O historiador tem, portanto, a tarefa de descobrir seus contornos por trás do labirinto de fatos aparentemente confusos quanto à sua significação. Para esta descoberta há que se provar uma distância epistemológica imprescindível com o papel de instituir-se como ponte de passagem entre o abstrato e o concreto, este como ponto de chegada para se

alcançar a malha hierarquizada de mediações - reino das causalidades. Este caminhar dos efeitos às causas e, dialeticamente, destas àqueles, deve evitar elocubrações conceituais desligadas da realidade objetiva e seus fatos singulares. Ao contrário, deve-se estar atento à relação factual-conceitual reciprocamente remetidos. Não perder de vista esta relação é possibilitar o renascer dos acontecimentos como algo de significado emerso das estruturas que lhe deram a origem e a gênese. A relação da razão com a percepção onde jorra o senso comum, coloca este dentro de prerrogativas práticas. Esta relação, quando mediada por paradigmas filosóficos em função do desvelamento do real, encontra-se igualmente submetida a tais prerrogativas, porém transformando-as em conhecimento - conforme constata Silva (1992). Na realidade, as ponderações de Dosse e Silva não circunscreveram-se à área da filosofia da história. Por suas características abrangem um caráter geral para todas as áreas do conhecimento. É uma questão de referencial teórico.

Peluso (1989) registra, em *"Subsídios para uma interpretação do paradigma racionalista crítico de análise social"*, algo que vai de encontro às idéias marxistas de Dosse. Textualmente afirma: *"Tudo indica que não existe mais um conjunto de verdades conclusivas referentes à natureza da ciência, a direção da história e o significado da revolução. O que existe em nossos dias é um conjunto de irrefutáveis teorias filosóficas referentes à ciência, um extenso debate a propósito da possibilidade da história como conhecimento científico e uma completa descrença na Teoria da Revolução Total"*. O texto de Alberti & Soares (1992) realça os referenciais teóricos como um auxílio à condução do rigor exigido numa produção teórica com vistas a negar qualquer sombra de paradoxos - uma incoerência - o que equivale entender os clássicos apenas como uma referência. Essas informações exteriorizam as discussões contemporâneas em epistemologia no sentido de que a ciência deve checar seu discurso competente. *"Esta tese de que o conhecimento científico é racional, e a racionalidade é instrumento de debate e discussão"* (Peluso, 1989) traz sempre à tona o doloroso fulcro da ideologia. Trazendo Dosse a Peluso,

unesp

tem-se um sentido de participação em ambos. Tem-se neles um eco por se compreender que não se pode deixar de ver assim o real. Suas reflexões vieram ao encontro de algo incorporado de há muito no universo do pesquisador. Como escreve Silva (1992) *"...incorporou-se àquilo que de mais profundo sabemos sobre as coisas e sobre nós"*.

Nesse enquadramento, a visão marxista desta monografia, pela própria natureza da dialética, não só não impede a possibilidade de uma relação entre esta lógica e a lógica formal, como também entende que toda teoria, ao agasalhar em suas convicções o ponto frágil de algo que lhe nega, submete-se a discussões cuja racionalidade o embate ideológico é inevitável.

Ressalvas feitas, tem-se que o objeto de estudo dessa produção monográfica encontra-se ligado a uma constante prática epistemológica de se conceber a produção intelectual nutrida num eixo teórico definido. Portanto, a clareza de um projeto passa por um conjunto constituído de causalidades, dimensão superestrutural concreta, de inter-relações mediadamente entrelaçadas em graus diferentes e submersas numa trama de determinações que acabam por dar forma à construção abstraída do real. Assim, pensar é conceber a produção da ciência como algo capaz de abrir em sua radicalidade o potencial inesgotável do real. Captá-lo equivale a nutrir a conceituação do espaço e do tempo, seu conceito e até considerações de utopia - se for o caso. Seguindo o pensamento de Dosse (1992), o corte epistemológico do texto vem por uma análise que procura estabelecer a distância de sua realidade empírica, na razão de se mergulhar nas mediações conceituais e valorativas que sua história encerra. Em seguida, volta-se para sua imediaticidade com um olhar crítico, capaz de entender a estrutura que fez sua realidade possível e sua correspondente conjuntura, ambas tecidas na organicidade dinâmica que une o passado enquanto inteligibilidade do presente, negando, pois, a linearidade comum entre estas duas categorias.

O título deste trabalho procura traduzir estas buscas e, para tanto, a geografização do espaço e do tempo institui a chave radical da inteligibilidade

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

a que se põe o tema da contextualização de Vila Dutra como extensão da história de Bauru. Em virtude disto e, seguindo as pegadas de Souza (1991), coloca-se, num grau considerável de importância, a interrogação sobre o estudo da gênese do espaço no sentido de se saber em que medida nos *''aproximaria de uma espacialização temporal ou de uma temporalidade espacial na cidade?''*. Sendo esta a síntese material de uma profunda complexidade social, estigmatizada pelo desenvolvimento técnico-científico, este fato genético do espaço viria ao encontro *"de uma dialética do concreto (o processo de produção dos objetos geográficos) ou de uma dialética do discurso (a informação flexibilizando a produção e o consumo explodindo os territórios, antecipando pelos discursos, o poder sobre o espaço)''*? Esta monografia entende que a conceituação do espaço e do tempo institui-se como radicalidade do real e obviamente, da cidade e que, o conteúdo social dos objetos geográficos se dialetiza com o discurso do poder sobre o espaço em termos de legitimação ou negação.

Colocada esta questão, outras se apresentam importantes também e, embora aparentem diletantismo, ajudam a entender a geografização daquelas categorias enquanto complexo fenômeno da cidade. Como entendê-las:

- O espaço contém o tempo ou o tempo contém o espaço da cidade?
- Falar em cidade é falar em escalas de tempo ou escalas de espaço?

Segundo o referencial teórico desta produção, entende-se - nos conceitos e categorias marxistas - a anterioridade da matéria processando sua existência, através da consciência historicizada do homem forjada na praxis do Trabalho, onde o espaço geografizado é um espaço e tempo percebidos, sentidos através de seu pensamento e de suas necessidades bio-psico-sociais. Esse fenômeno, portanto, remete à conceituação do espaço e do tempo como uma totalidade absoluta espaço-tempo.

A abolição do ''e'' projeta essa totalidade em suas raízes como algo enigmático da vida, onde o espaço - em sua dança de tempo - são conceitos

e idéias que penetram o nosso conhecimento das coisas, *"a evolução por que passaram, as investigações filosófico-científicas a que se submeteram, as mediações que representam sob a unificação de uma totalidade que necessitou dos milênios para se processar"* (Lopes, 1992). Este processo marca-se em tensões por ser uma condição da vida humana. Traz problematizações que visam inferir e concluir sobre a fugacidade do passado, sobre a capacidade de antevisão do futuro, sobre a entropia da espacio-temporabilidade, sobre a paradoxal capacidade de transcendência de um espaço-tempo-prisão. Ao nível coletivo, o retalhamento de singularidades, para usar a idéia de Souza, coloca a cidade (o bairro, a casa, o homem) como o *locus* de se viver estas tensões, expostas em sua empiricidade e fruto de um processo histórico que tem, na recorrência da memória, a preservação de representações simbólicas permeadas de mediações subjetivas e explicitadas em todos os níveis pela estrutura da linguagem. Memória e linguagem como fatores de articulação da vida social e da organicidade do passado-presente e futuro. Portanto, a imagem de cada geração fica na lembrança que se põe como re-atualização e evocação, como reflete Bosi (1992) textualmente: *"me lembro do que não vi porque me contaram (...) vejo, 'historio' o que os outros viram e testemunharam"*, um encontro do contemporâneo com o antigo no interior e na concomitância de tempos diferentes.

No bojo destas reflexões sobre a cidade enquanto um espaço-tempo objetivados, passa-se a entender as relações entre a primeira natureza, espontânea, física - combinação de diversos elementos clímato-geológicos da história natural do universo - e a segunda natureza, com formas diferentes de paisagens e fruto da combinação de fatores econômicos, políticos, sociais, como também da atuação de singularidades. Neste intercâmbio denso, tenso e intenso, mediado pela praxis do Trabalho, tem-se a gênese da eterna transformação do espaço-tempo como o lugar mais absoluto do ser, precedido pela experiência perceptivo-psicológica dos lugares específicos. Uma questão do próximo e do remoto, do espaço-tempo-lugar enquanto ontologia e

geometrização, subsumidos na forma do urbano. Uma questão de construção social impondo-se diferenciada por expressões ideológicas de concepções espacio-temporais que ''enquanto valores, introjetam-se socialmente, orientando profundamente nossa filosofia de vida, nossa visão de mundo, e marcando sincopadamente o nosso cotidiano. Assim, o próprio sentido do Trabalho é dado e marcado pela concepção dominante de espaço-tempo (Cf. Sposito, 1992). Esta construção inextricável encontra-se expressa nos assentamentos humanos, *locus* onde se processa aquela experiência perceptivo-psicológica, exteriorizada nas subjetividades e suas idiossincrasias - nas relações de Trabalho. E, se Trabalho, mantém relações de lugares, enquanto expressões de cooperação ou exploração. Esta trama de lugares diferenciados nas relações sociais e digitada pelo ritmo do tempo, relativiza-se nas formas culturais da cidade com seus espaços ''vazios'' e apinhados.

Portanto, falar em espaço-tempo-lugar é situar-se numa totalidade radical e estruturante de onde emerge a cidade e seu urbano, uma escala. Sua espacialização projeta direta ou indiretamente a qualificação dos instrumentos de produção e a sinaliza em tempos diversos expressos em lugares diferenciados. Souza vê a *''... cidade como lugar de tempos distintos, longos e curtos, tempos de toda ordem, pois sócio-culturalmente diferenciados. Do tempo longo, a tradição, a religião, a linguagem, os costumes, as expressões artísticas; do tempo curto, o desafio do cotidiano, da sobrevivência, da violência, da carência, da miséria, da periferia, da verticalização (...). Tempos de contrastes, da modernidade, da pós-modernidade (...) o tempo de toda a parte: do campo, da região...''*. Isto é, uma *''homogeneidade espacial heterogeneamente temporal, reveladora da espacialidade e da temporalidade específica das relações sociais''*. Assim a geografização do espaço é historicização do tempo na cidade, onde o urbano constitui uma das dimensões do real. E este, retalhado em singularidades apresenta-se como "icebergs" que sinalizam determinações históricas processadas na relação homem x mundo. A mobilidade que disso resulta, institui-se como característica de um

urbano marcado por antagonismos e diversificações que lhe dão o toque de funcionalidade. Como afirma Sposito (1992), o tecido urbano é decorrência da divisão social, técnica e territorial do Trabalho e implica *"... o aumento dos ritmos de desenvolvimento das forças de produção e exige escalas e intervalos de espaços e tempos diferentes que, ao se intensificarem não substituem as escalas e intervalos determinados pelos momentos - ritmos anteriores, mas com estas convivem de forma articulada e contraditória (...). Para diferentes níveis de avanço técnico e/ou para diferentes níveis sociais há diferentes domínios espaço/temporais, ou de escalas/intervalos que se articulam produzindo o compasso/descompasso (...) escalas diferentes que se entrecruzam construindo um tempo/espaço que é único e múltiplo simultaneamente, de forma consciente e inconsciente, objetiva e subjetiva"*. Ou, como explicita Lemos (1991), o espaço como síntese de tempos diversos, da percepção de permanências e mudanças veiculadas pela história, pela ideologia, pela política e pela cultura.

Por tudo isso, a cidade fica caracterizada como:

- Construção do espaço-tempo-lugar conteudizados historicamente, onde - diante da apreensão do presente - pode-se detectar nele as raízes do passado que o fazem ser: uma questão de memória;
- Sítio e situação de lugares com objetos e atores sociais, mediados por "vazios" ou apinhamentos em escalas de mobilidade e momentos diferentes;
- Criação de espaços conceituais passíveis de serem objetivados em representações e sentimentos através da dialética de ações individuais e coletivas num quadro de qualidade ambiental.

unesp

CAPÍTULO II

II

O ESPAÇO-TEMPO ENQUANTO ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A proposta deste capítulo é deixar claro que as abordagens anteriores prosseguem, agora, sob a forma do fenômeno urbano-industrial como exemplo de conteudização que abarca a associação destas categorias. Esse fenômeno torna-se a objetivação do espaço-tempo - uma realização histórica, onde os atores sociais, em suas relações sociais de produção, explicitam suas experiências nas especificidades da cidade. Tais especificidades sinalizam marcas de razões ideologizadas, sob uma trama de representações em todos os níveis, físico-psico-sociais; viver o espaço-tempo significa percebê-los e senti-los na relação da razão com a emoção.

A corroboração e o desmembramento do que se afirma, registra: primeiro, que espaço-tempo construído nas leis da história estrutura-se nos modos de produção e expressa-se na conjuntura de práticas sociais concretas; segundo, que o modo de produção capitalista é a estrutura das práticas registradas neste texto; terceiro, que o modo de produção capitalista agasalha uma organização espacio-temporal como expressão da força-de-trabalho e dos meios de produção plasmados em contradições de classe. Ao mesmo tempo em que objetiva-se em realidades geo-sociais, espacializa-se até ao nível de sua mundialização, por vez, dialetizadas nas particularidades culturais das nações; quarto, que a universalização do capital tem na sua razão utilitarista a ontologia do espaço-tempo, ambos, reciprocamente convertidos; e quinto, que as características fundamentais desta razão projetam-se nas sínteses do fenômeno urbano-industrial, expressos e vividos no *locus* social da cidade.



Assim, torna-se interessante fixar que, segundo Silva (1992), tal processo tem em seu plano axial a indústria fabril como marca fundamental da economia burguesa. Caracteriza-se por apresentar um núcleo capaz de transformar a matéria-bruta em matéria-prima através de uma indústria de base, resultando o produto final de máquinas e ferramentas com a finalidade de manter o parque industrial. A existência de capitais visando às atividades industriais, concomitantemente à existência de um mercado interno ligado a atividades de caráter financeiro e de prestação de serviços, coloca um quadro onde o fenômeno da industrialização apresenta-se como fruto das forças produtivas marcadas pelo qualitativo desenvolvimento dos instrumentos de produção a imprimir um novo ritmo de existir.

Para este autor, toda esta estrutura passa, por sua vez, a ter na indústria a encarnação do avanço das forças produtivas. Seu projeto antropocêntrico e progressista a projeta como um marco e um símbolo *"específico de transformações das relações técnicas de produção. A indústria representa esta transformação do processo de trabalho pelas relações de produção capitalista"*. Para Singer (1991), estas metamorfoses acabam por engendrar e promover desenvolvimento, possível graças ao papel histórico e à contribuição *"das ciências físicas e da sistemática aplicação dos seus resultados na atividade produtiva"*.

A Revolução Industrial, e o fenômeno que desencadeia traz em seu movimento interno não só a virtualidade de sua espacialização mundial como também potencializa um outro fenômeno: a urbanização. A história de um é a história do outro. Para Seabra (1991), a *"história da industrialização é a história da transformação da natureza e, na história da urbanização está referenciada a construção da natureza social do mundo"*.

A cidade antecede a indústria cujo papel histórico é marcar essencialmente a transformação daquela e seu espaço-tempo em espaço-tempo-de-produção. Esta racionalidade oferece a estrutura e circunstância ao processo

de urbanização e sua mundialização, através de elementos específicos. Esta reflexão de Seabra coloca tais elementos: no recorte dos Estados Nacionais, nutridos pelo imperialismo dos trustes e cartéis; na concretização de *"estratégias mundiais das grandes corporações multinacionais e as instituições financeiras, criando estruturas e aparatos que dão forma a um poder internacional"*.

O caráter industrial da urbanização em sua genealogia é traçado nas diferenças, nas semelhanças e nas vivências de populações organizadas pelos diversos assentamentos humanos, a tal ponto que, o processo de socialização destes torna-se, necessariamente, um processo de urbanização. Estas considerações da autora realçam ainda o poder deste fenômeno: consegue radicalizar a universalidade do homem como um ser urbano, com todas as implicações negativas que carrega. *"A indústria urbaniza"* e a *"urbanização socializa"*. A natureza desta dialética, em-si, traz as características das leis de mercado. A autora entende que a generalização destas leis, estruturadas na divisão social e *"... na difusão do dinheiro como vínculo de todos os vínculos"* acaba por determinar o lugar dos atores sociais nos assentamentos da cidade e da região. Estes territórios, instrumentalizados radicalmente como mercadorias, tornam-se, portanto, fator de sustentação deste tipo de organização capitalista. Parafraseando Silva (1992), este é o pulsor de uma civilização cuja paisagem é a paisagem industrial, tomando conta da superfície do planeta, transplantando homens de suas raízes e significando uma das maneiras de se ler o mundo; por essa razão, constrói apinhamentos gigantescos.

Assim, entende Santos (1994) e registra textualmente, essas *"aglomerações gigantescas (...) dentro de seus limites, concentram muitos milhões de habitantes (...). Se levarmos em conta a população mundial total, notaremos que houve, a partir de 1920, um crescimento de 69,6%; mas este crescimento foi de apenas 45,3% para os países industriais, enquanto para os países subdesenvolvidos ele ascendeu a 73%"*. Tais apinhamentos gigantescos

expressam um dado factual e espantoso pelo que resulta: a grande maioria dos assentamentos das populações concentram-se na cidade. Evocando Orelanna (1991) para a ratificação deste fato, pode-se afirmar que isto ocorre ao mesmo tempo em que a cultura, seu *"modus vivendi"*, seu processo psicossocial, sua historicidade enfim, projetam o como se dá a utilização do meio-ambiente - espacializado pelos assentamentos humanos e seus respectivos grupos sociais. Pela importância da questão, literalmente, as palavras desta autora realçam: *"... no ano 2000, a população do globo será de 6 bilhões de habitantes (8 bilhões no ano 2025) e que mais de 90% desse aumento ocorrerá nos grandes centros urbanos dos países em desenvolvimento. Podemos imaginar a pressão dos sistemas da organização sócio-econômica sobre os sistemas naturais, a ponto de modificar o equilíbrio de seus processos em todo os elementos: terra, ar, água"*. Assim - segundo Orellana (e tantos outros estudiosos) - numa relação de causa-efeito, o processo urbano-industrial distanciou o homem cada vez mais da primeira natureza, na medida de que, o processo histórico, não pode ser compreendido somente através da relação genuína homem x natureza. O enfoque destas colocações traz em seu subterrâneo a constatação de se ter a cidade capitalista:

1°) como jactância de interesses dominantes, gerando mecanismos de *"seletividade em relação às diferentes camadas sociais"* - como afirma Ferreira (1991) - num quadro de provimento dos serviços urbanos, caracterizando o urbano como um sistema de crise. E esta em-si representa nada mais que a contradição entre Capital x Trabalho sintetizada e manifesta no *locus* da cidade que, por vez, mascara-escancara a exclusão e marginalização das camadas de baixa renda até à pobreza absoluta. Este padrão de espacialização é a marca principal do que se entende por subdesenvolvimento;

2°) como ponto de atração para os marginalizados em busca de novas oportunidades, o que acaba por não acontecer na medida em que *"os*

empregos permanentes não são suficientes para atender à demanda'' (Santos, 1993);

3°) como um processo industrial e urbano, também no estigma da dependência *''a que estão submetidos os países subdesenvolvidos, [incluindo o] êxodo da miséria e da esperança''* (Santos, 1993).

Nessas cifras e nessas generalizações, o espaço-tempo da revolução urbano-industrial, seu aprimoramento, ao nível e na escala de um urbano informatizado, denota o êxito do homem em sua relação de domínio com a natureza, criando gêneros de vida com a grife da civilização que institui-se gênese de significativo grau de desumanização.

Dadas as coordenadas gerais de que capitalismo e desenvolvimento impõem-se como uma das dimensões históricas de categorias inextricáveis e sinônimas - como é o caso do espaço-tempo -, seguem-se agora, como projetadas destas coordenadas, as características particulares do Brasil e da América Latina. As reflexões em curso, embasadas na análise de Serra (1984), dão autoridade para compreender a tendência do pós-guerra como algo referenciado na industrialização retardatária que se tornou o eixo principal da economia brasileira e latino-americana. O crescimento econômico do Brasil colocou-o como o mais dinâmico em seu continente, superando em 2% a média anual com relação aos demais países. Os dados significativos que assinalam este crescimento dizem respeito:

1°) À duplicação do PEA (População Economicamente Ativa) no setor secundário de 10,3% para 25,3% do total - entre 1940-1980.

2°) Profundas mudanças nos lugares sociais de produção e gênero de vida correspondente.

3°) A um maior aumento de escolaridade dos assentamentos humanos, registrando certo declínio de analfabetismo em indivíduos acima de 15 anos: de 56% em 1940 para 26,1% em 1980, principalmente a partir

dos anos 50. A dinâmica desse crescimento, no entanto, distancia os lugares na relação das classes sociais que correm por conta de uma elevada concentração de renda, não só com relação à América Latina, mas também com relação aos países do mundo. Entre 1974 e 1975 este crescimento submete 1/3 das famílias brasileiras abaixo da linha da pobreza absoluta. Uma política econômico-social constatada pelos autores, com:

a) baixos salários;

b) reajustes acanhados;

c) desestabilidade no emprego;

d) restrição rigorosa à praxis sindicalista;

e) capitalização e modernização tecnológica rurais em compasso desigual entre regiões e produtos;

f) recursos de financiamento para investimentos urbano-industriais em detrimento dos investimentos no campo;

g) dívida externa e dependência dos modelos de desenvolvimento - inflação resistente e elevada;

h) a função do Estado, enquanto fator de sustentação da industrialização, através de uma fiscalização e controle do mercado de trabalho, seu papel de dirigente dos bens públicos, de articulador e pilar financeiro dos investimentos responsáveis pelas mudanças estruturais do pós-guerra;

i) a vinda de capitais monopólicos estrangeiros, acarretando a reorganização espacial no mercado, impondo um processo de satelização das indústrias brasileiras;

j) a relação entre capital público, privado e multinacional.

Todos estes itens correspondem a estratégias nutridoras do capitalismo monopólico no Brasil. Nesse quadro, Serra (1984) afirma que *"a expressão*

do produto manufatureiro no período do pós-guerra apresentou três inflexões mais agudas, às quais condicionaram variações semelhantes no crescimento do PIB. A primeira delas ocorreu a partir de 1962, depois de uma notável trajetória expansionista desde o final da guerra (9,7% ao ano) e particularmente no quinqüênio anterior (1956-1961), em que a taxa de crescimento do produto industrial alcançou a média dos 12% ao ano. No quinqüênio seguinte (1962-1967) esta taxa declinou mais de quatro vezes, atingindo a média de 2% anual. A segunda inflexão observou-se a partir de meados de 1967 inaugurando a fase expansiva do milagre econômico durante o qual o produto industrial cresceu quase 13% ao ano até 1973. Em seguida, a industrialização entrou em fase de desaceleração (1973-1980) tendo sua taxa de crescimento sido inferior à metade daquela observada durante o milagre, embora não muito inferior à tendência histórica do pós-guerra e ainda razoavelmente elevada em confronto com outros países''.

Torna-se interessante lembrar, em Santos (1993), que a palavra industrialização entre 1940-1950 deve ser entendida não em termos *''strictu sensu''*, mas no sentido *''lato sensu''*, algo muito amplo, concebido como um esforço no sentido de equipar o território nacional como um todo integrado, compreendendo a formação de um mercado interno. E esta integração em suas relações energizam e intensificam o fenômeno de urbanização. Todo este complexo processo social de organização e urbanização no Brasil promove uma espacialização desigual das regiões. Textualmente este cientista afirma que *''em 1980 a Região Sudeste é a mais urbanizada com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a Região Nordeste com 50,44% de urbanos quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%. A partir dos anos 70, a urbanização alcança escalas diferentes implicando o aumento de núcleos superiores a 20.000 habitantes. Depois um processo de urbanização concentrada, com o aumento das cidades de porte médio, para depois, escalar a metropolização de cidades milionárias''*. Apesar deste escalonamento, não se anulam os problemas homogeneizados pela espacialização do capital. Tais problemas como desemprego, transporte, habitação, saúde, higiene e educação

expressam carências e necessidades básicas. Para o referido autor, um paralelo entre a primeira e a segunda metade deste século mostra que a urbanização empreendida sob interesses dominantes de uma classe, resulta uma expansão capitalista cujos investimentos econômicos são priorizados em prejuízo dos interesses sociais. Citando um texto de Lawrence Pih, Santos (1993) realça: *"duzentos grupos empresariais privados controlam virtualmente a economia e apenas 1,7% das empresas controla mais da metade de todo o mercado industrial brasileiro (...). Em outras palavras, pequeno número de grupos em posição dominante no mercado, exerce de fato papel de controle do território, via produção e consumo"*. Como distingue ainda este pesquisador, uma burguesia numericamente inexpressiva x uma pequena-burguesia relativamente expressiva x uma pobreza desumanamente expressiva.

Dos acentos de Serra e Santos sobre esta conjuntura-estrutura de espacialização, extrai-se o fato de que a modernização não se constitui sinônimo de desenvolvimento. Este fato emoldura o Brasil como um universo de Terceiro Mundo, e isto justifica um desenvolvimento marcadamente material em detrimento da qualidade de vida social.

Da contribuição bibliográfica tem-se que a análise realizada através da correlação entre os traços gerais do espaço-tempo, conteudizados nas inter-relações históricas do fenômeno urbano-industrial, acaba por detectar gêneros de vida típicos da cidade, expressos em cadência de tempos diferentes e escalas espaciais diversificadas, em graus de movimento e intensidade que constituem um fenômeno universal da economia neste final de século. E, a extensão deste processo coloca - dentre outros - o Brasil e a América Latina como desdobramentos da dinâmica lógica de espacialização do Capital.

unesp

CAPÍTULO III

III
ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL A NÍVEL REGIONAL

Esse capítulo apresenta-se como herança do primeiro por carregar ainda em seu interior, a estrutura categorizada de espaço-tempo e dá continuidade ao segundo por iniciar o circuito da história regional, tornando-se pois uma especificidade sua ao mesmo tempo que coloca a história de Bauru como plataforma de acesso para Vila Dutra, razão própria do quarto capítulo e objeto dessa produção. Daí a necessidade de se elaborar reflexões sobre a transnacionalidade do capital e a exigência de modernização para as nações sob seu domínio. A transnacionalidade traz a idéia do *modus operandi* das empresas capitalistas; diz respeito à simultaneidade de ação em países diferentes, atrelados economicamente em termos de domínio e inferioridade. Refere-se também a um processo que, nessa simultaneidade, abarca a rivalidade em torno do eixo da exportação de capital-dinheiro, do capital produtivo para as nações subdesenvolvidas objetivando usá-las para a evolução do capitalismo.

Em Brum (1994) registram-se pontos importantes para o texto:

1°) O imperialismo monopolista é fruto da experiência de crises e suas respectivas superações, superações estas que se apresentam como mudanças necessárias às modificações exigidas.

2°) A experiência da livre-concorrência marca a necessidade de sua superação por acordos de monopólios através de adesão de cartéis nucleados e denominado mercado monopolista.

3°) Todo o controle da economia e respectivo poder político passam

sob a influência e o controle deste monopólio; com a fusão dos capitais industrial e bancário a capacidade de estruturação do esquema financeiro-industrial, se qualificou dimensionadamente.

4°) Esta fase do capitalismo não conseguindo digerir a produção, desdobra-se em outra necessidade, qual seja, voltar esta produção para o mercado exterior.

5°) Provoca-se uma situação de dependência entre os países ricos e os países subdesenvolvidos porque:

- o crescimento do capital sobrepuja o crescimento do mercado;
- surge a necessidade de exportação;
- para evitar impostos alfandegários, os países de origem exportam capitais destinados à construção de uma infra-estrutura segura em países alienígenas que, por vez, devem responsabilizar-se pela matéria-prima e oferta de mão-de-obra a baixo preço;
- os empréstimos ao Estado visando graus de modernização - através da burguesia nacional e de obras públicas - criam condições na economia e na sociedade de absorver a produção oligopólica;

6°) Com isso, o mundo retalha-se em territórios monopolizados a favor dos países capitalistas desenvolvidos.

7°) A interferência e controle nos governos dependentes é prática estratégica no sentido de serem atendidos os interesses da burguesia internacional.

8°) A estreita vinculação entre burguesia versus Estado torna-se o vetor de interesses cartelistas a tal ponto que tais interesses são *"assumidos pelo governo e apresentados e tratados como se fossem os objetivos nacionais (...). Daí decorre o fato de que as políticas econômica, financeira, fiscal e tributária em geral favorecem as grandes empresas"* (Brum, 1994).

Portanto, as relações entre as nações passam pelo fulcro de interesses, gênese de um processo que obriga os países atrasados a receberem parte do capital excedente dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que passa a lhes garantir provisões e controle da matéria-prima dos subdesenvolvidos. Ou seja, além de sólidas garantias favoráveis a um incrível retorno financeiro, vendem sua tecnologia e, pela concessão de empréstimos, mantêm sob seu jugo o controle do mercado e do Estado. Esta radical dependência por parte do sistema gera uma relação de países dominantes x países dominados, cuja subordinação abarca o poder de decisão no plano político, no plano econômico e na imposição de uma cultura alienígena através de padrões científico-tecnológicos e artísticos.

De um lado, decorre que a dívida externa obriga os dependentes à transferência líquida de capital, acrescida e sobrecarregada de juros extorsivos, acabando por desviar investimentos em novos empregos, por exemplo. Concomitantemente, constitui instrumento poderoso de dominação das transnacionais. De outro, face a essa hegemonia, marca-se o duríssimo avanço da luta sindical em seus interesses de classe. Este tipo de exploração provoca a desestruturação da economia no Terceiro Mundo, obstaculiza seu processo evolutivo em todos os sentidos, inclusive não consegue jamais eliminar as contradições de classe e o desequilíbrio social de que resulta, por nutrir-se dela.

Esse conteúdo histórico do capitalismo em direção ao enfoque do fenômeno regional induz o texto, a considerações estruturais responsáveis pelo arcabouço do real. Isso implica um certo retorno ao primeiro capítulo, mas, o texto entende ser importante tal ratificação.

Carleial (1993) citando Coraggio, lembra que a possibilidade de uma análise radicaliza-se, ontologicamente, na relação natureza x sociedade. Por isso, esse autora questionando sobre a imprescindibilidade de um dado, responde: a intuição infere tal necessidade quando a ausência de tal dado impede compreender o que se procura. E conclui, por *"tal razão considera-*

se imprescindível a inclusão da categoria espaço" objetivado historicamente na relação homem x natureza, através da divisão social do trabalho. Qualquer divisão que fragmente o espaço e o denomine jaz nessa sinonímia, constitutiva do cartelismo capitalista, ou da divisão territorial de uma nação, gênese do fenômeno regional. Como afirma Santos (1994), é assim que se define o modo de conhecer cada nação *"no conjunto da sociedade humana"* e, por extensão, de cada região, de cada cidade, de cada lugar. É assim que se faz a mediação entre a espacialização do capital imperialista e o estudo particular do Brasil em termos da região Sudeste. Por extensão, será assim que o texto compreenderá a economia agro-cafeeira nacional e sua historicidade, na urbanização da cidade de Bauru.

Com Carleial (1993) tem-se que a *"categoria regional deve representar unidades espaciais que se diferenciam e que podem estar referidas em diferentes níveis de análise. Pode-se utilizar a categoria regional para se tratar de questões que se dão em nível de estado, município ou parte de quaisquer destes níveis como regiões urbanas, rurais, agrícolas ou industriais"*. Citando Markusen, a autora realça a região como contigüidade territorial com desenvolvimento histórico ligado a um meio ambiente físico-social-político-econômico-cultural, munida de uma espacialização própria cuja identidade a coloca em diferença a outros lugares, fruto de determinações, portanto. Citando Corraggio, Carleial (1993) coloca o conceito de região como forma emersa da *"matriz produtiva nacional com as respectivas diferenças em nível da organização da produção e das relações de trabalho"*.

Markusen (1981) chama a atenção para o cuidado que se deve ter com as reflexões em torno da categoria região quando afirma: *"Ao contrário das definições do Estado e classe, que se referem sem ambigüidades a grupos sociais ou hierarquias, a definição de região, desde o princípio é problemática (...) A região apresenta conotação de uma entidade territorial e não sociológica"*. Entende ser essa categoria, necessariamente uma territorialidade

que se institui como efeito de uma causa, colocada nas relações sociais de produção a conferir-lhe as características de um específico momento histórico, abarcando inclusive, as contradições dos conflitos territoriais-sociais. Isto é, se a radicalidade do fenômeno regional tem na relação Capital x Trabalho seu motor econômico, as regiões *"não podem ser comparadas abstratamente, sem ambigüidade com qualquer conjunto de relações sociais (...) As regiões não se desenvolvem: relações sociais dentro de regiões e entre regiões se desenvolvem. Teorizar sobre o trajeto do seu desenvolvimento capitalista dentro de uma região requer uma análise empírica que identifique as estruturas cultural, política e econômica que se desenvolveram historicamente"* (Markusen, 1981).

Milton Santos, por vez, acrescenta serem as regiões *"como subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local (...) são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. A energia que preside essa realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, impondo sucessivas mudanças na forma e no conteúdo das regiões (...) As diferenças entre lugares que eram antes devidas a uma relação direta entre a sociedade local e o espaço local hoje apresenta outra configuração, já que se dão como resultado das relações entre um lugar dado e fatores longínquos, vetores provindos de outros lugares, relações globais das quais cada lugar é o suporte"* (Santos, 1994). A região era, antes, entendida dentro de características que lhe imprimiam a forma, o limite e a identidade; o que não acontece hoje face sua particularidade de agasalhar um grande número de mediações advindas da macro-história, como afirma o referido autor.

Vincando essa dialética dos macro e micro universos, fica evidente a vocação centrípeta do capital que ao mesmo tempo apresenta-se como fator centrífugo de diferenças imprimindo suas heterogeneidades na fôrma dos seus interesses. Esses excertos, além da imprescindível fundamentação que propiciam, justificam-se face às expressões diversificadas entre denominações



geográficas e denominações políticas que encerram. Tal justificativa subsidiará o enquadramento de Bauru e esclarecerá expressões usuais que na ausência de orientação acabariam por imprecisar uma leitura que se pretenda correta. Isso porque a região é identificada usualmente em textos de produção acadêmica como Oeste, Centro-Oeste, Noroeste e Sudeste. Administrativamente é classificada como VII Região de Governo e até de Oeste Paulista. A vitalidade dessas expressões, misturada a teorizações diferentes sobre o fenômeno regional acabam por confundir a inteligibilidade da leitura. Inclusive, entende-se residir aqui um ponto de seguro apoio à compreensão de que a Região Sul tenha sido geograficamente desdobrada em Região Sudeste e, administrativamente, recortado o Estado de São Paulo em três regiões administrativas, posteriormente em onze regiões - entre as quais a VII Região de Governo de Bauru. Historicamente, Bauru é subsumida na espacialização Noroeste do Estado de São Paulo. Ao partir para o recorte da formação regional, o texto pretende usar a expressão Noroeste do Brasil, em detrimento das demais divisões, como também apelar para o logotipo da NOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - ou evocar as outras denominações, quando necessário.

Os caminhos da espacialização do capital, sob as formas regionais, pinçam mediações a partir dessas formas, porém, ligadas à historicização das nações, como é o caso do Brasil e seus recortes espaciais ligados à produção do café, antes mesmo da ferrovia e, depois *pari passu* a ela. Assim, os antecedentes dessa empresa agrária, em Mazzeo (1988), afirmam a soberania dessa produção e representa um novo momento na história da nação ao ponto de Maria Ângela Leite anotar: na criação das primeiras indústrias fabris - início do Brasil República -, as localizações pontualmente marcavam o Rio de Janeiro e São Paulo como produtores de café. Zona da Mata-Recife, como produtores de açúcar; Rio Grande do Sul, estruturado na agropecuária. Tais pontos colocam-se como *início de* um mercado interno, por vez, precursor de *"uma urbanização que, além de promover a ligação da produção com a*

circulação internacional de mercadorias e de sediar o capital comercial, sediava, também, sistema de produção industrial'' (Leite, 1994).

Elisa Maria P. Reis, num paralelo entre as empresas agrárias do açúcar e do café, registra que o trabalho assalariado, os ajustes de acomodação da sociedade às alterações do sistema econômico, colocam uma fenda entre essas empresas e, portanto, ausência de ruptura. E isso representa apenas a união de forças entre o latifúndio velho e a nova forma de latifúndio - eixos de sustentação para o emergir do trabalho assalariado. Diz a autora: *''Os cafeicultores de São Paulo identificados com os precursores da revolução burguesa - aliaram-se aos antigos donos de engenho do Nordeste para promover uma transição pacífica ao trabalho livre. A negociação política da questão do trabalho permitiu aos cafeicultores paulistas evitar a competição com a elite rural nordestina pela mão-de-obra nacional. A demanda crescente de trabalho nas áreas cafeeiras seria suprida pela importação de trabalhadores europeus assistida pelo poder público (...) a opção paulista pela imigração estrangeira implicou uma segmentação regional do mercado de trabalho''* (Reis, 1982).

Ao mesmo tempo, as relações internas dos latifúndios mantiveram uma realidade concreta, dentro da qual os trabalhadores não eram favorecidos em nada para saídas alternativas de confronto com o poder econômico. As palavras dessa autora induzem uma reflexão que vê o fim da escravidão e a queda do Império como referências nevrálgicas para a modernização do país, num quadro de mudança que não chegou a tipificar uma revolução.

A transição para o trabalho livre que representou a abolição, assiste um quadro político em que a queda do Segundo Império e a conseqüente mudança para o regime republicano marcam a força e a hegemonia das elites agrárias. O Estado era praticamente a vontade política desse autoritarismo. Com isso, o processo político pluralista era obstaculizado; e a função do Estado era ser um vetor de mediações da burguesia de então e árbitro nas contendas

entre as regiões e suas elites.

Graças a essa permeabilidade, foram geradas uma dependência tutelar entre elite agrária e Estado, a política da imigração e a defesa do preço do café, em termos de mercado internacional. Contudo, o fortalecimento do Estado Novo e a respectiva desintegração da Política do Café-com-Leite, resultaram, em 1930, num Estado capaz de gerir a entrada em cena da nova hegemonia dominante que deitou as bases de um processo modernizante no Brasil. Concomitantemente, as elites agrárias, sem perder o poder, são obrigadas a dividi-lo com essa nova hegemonia industrial que se impõe. Dessa maneira, as relações de produção de cunho ruralista continuam eivadas de poder local, enquanto a elite industrial germina-se na absorção do trabalhador urbano, fortemente subjugado ao controle poderoso do Estado e totalmente entregue à dinâmica dessa modernização.

A respeito desse cenário, Mazzeo (1988) tem a idéia de que, se dissecadas as mediações da projeção do café, o quadro que se oferece marca, seu atrelamento inextricável ao projeto da ferrovia e à mecanização de sua lavoura; essa inextricabilidade dá as condições concretas para o aparecimento de mais lavouras devido aos investimentos da mais-valia, advinda de sua exportação; supre a carência de mão-de-obra pela introdução do trabalho assalariado, antes apoiado no trabalho escravo que o obstaculizava, face à pressão feita pela Inglaterra em seu processo de internacionalização. Como força centrípeta da economia nacional, o café transforma a acumulação de seu capital em capital industrial reforçado pela mão do imigrante, criando específico mercado interno. Mil novecentos e trinta conteudiza-se em outro paradigma, voltado para a modernização e os lucros que consegue ampliar. Com a crise mundial de 1929 e a respectiva queda do café no mercado externo, abre-se oportunidade para um leque de diversificação na burguesia nacional. O capital internacional articulava-se e o Brasil, necessariamente, era atraído em seu vácuo. Portanto, tinha que emergir da crise, inclusive porque o

imperialismo tinha a posse de novas estratégias de subordinação. É deste contexto pois, a eclosão da Revolução de 1930 a marcar novas mediações de hegemonia. Disso também decorre que, as regiões mais desenvolvidas do Brasil passam a assistir lenta transformação do capital agrário em capital industrial, dentro da exigência histórica de modernização que tem na indústria seu pré-requisito para a produção de seus produtos. Assim, aparece a concomitância de uma produção industrial subordinada à influência da Inglaterra com o capital da burguesia nacional, que era aplicado na criação de bancos exportadores e ferrovias para o escoamento da produção. O caráter de dependência ao capital financeiro internacional estrutura-se na necessidade de expansão imperialista; 1915 assiste significativa penetração desse imperialismo no Brasil através dos trustes em suas subsidiárias de capital predominantemente inglês e alemão, conjuntura que se altera, em 1945 pela efetivação do capital americano e seu domínio até às fronteiras do socialismo - seu único inimigo.

Diferente de Reis (1982), que admite uma coexistência de dois poderes, o rural e o urbano-industrial, Mazzeo (1988) entende haver um deslocamento do poder agrário para o poder urbano; como sempre excluindo os trabalhadores, fazendo do Estado um legal representante desses poderes e um depositário dos interesses do capital internacional.

O texto entende que a posição dos autores não são conflitantes, mas refletem dois momentos e dois níveis de um mesmo fenômeno, sob a dinâmica das hegemonias do capital.

A história dessa dinâmica, nas considerações de Fardin (1986) coloca a cumplicidade do café e ferrovia, como liderança do Estado de São Paulo na valorização da política cafeeira e remete tal liderança com raízes em 1835 com a preocupação de integração nacional através de um projeto da Regência de Feijó que unisse Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Sonho tornado possível só em 1854 com a primeira ferrovia, ligando o Porto

do Rio de Janeiro à produção cafeeira fluminense.

Nas considerações de Ribeiro (1993), a produção e expansão do café estão ligadas à compra do excedente do produto, feita pelo Estado, em 1906, através de empréstimos da casa Schröder-Londres e do City Bank-NY. Os resultados imediatos colocam essa expansão sobretudo no Estado de São Paulo. Face à abundância de áreas em seu lado Noroeste (ainda sertão desconhecido), a marcha do café tornou-se inevitável. Entre 1870-1875, Ribeiro registra a média anual de colheita do produto, cerca de 3 milhões de sacas escalando as cifras de 12,5 milhões entre 1900-1905 e 20,5 milhões em 1906. Essa saciedade aliada à política de imigração do Estado esteia um contigente de reserva da força de trabalho e cria uma conjuntura ideal para o sucesso da produção cafeeira. É desse contexto a firmeza de uma confiança na aplicação de capitais, nos assentamentos de estradas de ferro. Esse empreendimento, segundo Fardin (1986) estrutura-se no rastro dos cafezais entre 1860-1900 para depois, a partir de 1900 inverter o processo, colocando as ferrovias como fator de desbravamento do sertão e abertura dos caminhos para a implantação da lavoura, seduzindo investimentos bancários, imobiliários e outros.

Os eventos históricos da ferrovia colocam o escoamento do café ligando Jundiaí ao porto de Santos pela primeira estrada de ferro - a São Paulo Railway. Essa experiência estimula o capital hegemônico nacional, que passa a investir no traçado de novas ferrovias. A primeira iniciativa nacional foi com os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Sob os auspícios do Estado, liga Campinas - sua região de origem - a Jundiaí; posteriormente alcança a calha do Rio Paraná. A Estrada de Ferro Sorocabana, avançando para o sul, alcança o limite com o Estado do Paraná. A Mogiana alcança o norte do Estado de São Paulo, chegando aos limites do Estado de Minas Gerais.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil conquista os limites da Bolívia, em Corumbá, a partir de Bauru. Similar ao modelo do açúcar, o café, por

sua auto-suficiência feudal, pela natureza de comercialização, pela submissão à prestação dos diferentes serviços urbanos e adequação dos transportes, por tudo isso, amplia o esquema de desenvolvimento das empresas ferroviárias.

A denotação do tempo, que passa mudando os elementos constitutivos de espacialidade da cidade, permite a presentificação de uma realidade em que parte se evaporou e que impõe a busca de sua memória. Essas considerações de Santos (1994) sobre a presentificação do passado, levam o olhar da memória em busca da ferrovia, como fator responsável, não só pela aproximação significativa entre os latifúndios do café, como também, fator de grande impulso do desenvolvimento urbano; especialmente nas produções fluminense, vale paraibano e oeste paulista. Esse sistema técnico, acoplado ao sistema da lavoura cafeeira, provocou verdadeiras pulverizações urbano-rurais de vocação centrípeta. A abolição da escravatura e o emerso regime de trabalho assalariado são fatores nutrientes para essas pulverizações, com *"importantes modificações na paisagem pelo reconhecimento da necessidade de criação de espaços (...) públicos nas cidades. Esse reconhecimento decorreu da alteração na forma de encarar os locais de trabalho e de vida: relações mais estreitas entre viver e trabalhar tornam-se essenciais nesse momento"* (Leite, 1994). Assiste-se a separação entre produção e consumo entre campo e cidade elaborando-se no fenômeno da industrialização e urbanização. O avanço das especificidades cidade-campo coloca os trabalhadores camponeses na produção das matérias-primas em função da indústria e da alimentação, enquanto designa os trabalhadores urbanos à produção industrial. Essas especificações do Trabalho armam um quadro de onde emerge o segmento de pequena burguesia, criando qualitativa demanda nos centros urbanos. Oliveira (1952) registra que, pelo papel histórico de classe, as relações do Estado com esse segmento social é mediado pela natureza do Trabalho, típica de quem vende conhecimento e sobretudo típica como considerável força política de reivindicações, bem como eficiente consumidora do que se produz no universo urbano. Esse período de

unesp

final de século e começo de outro implica, também, uma situação de trânsito que projeta o Sudeste e, especialmente o Estado de São Paulo como uma área de prosperidade econômica, lembrando com Santos (1994) que a *"base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica"* . Essas considerações do autor referidas ao processo da cultura contemporânea têm suas raízes nesse quadro de transição acima referidos.

Tal situação traz em Fardin (1986) que a cooptação do saber pelo poder hegemônico amplia a capacidade de desenvolvimento técnico elaborado no trabalho social. E, dentre os inventos na área da produção, cabe à ferrovia a marca do destaque em função de sua capacidade de integração das regiões e sobretudo pelo aumento dos lucros, ao mesmo tempo em que atrelava cada vez mais a economia nacional à burguesia internacional.

A esteira das ferrovias legitimava o progresso e o trabalho social enquanto mistificação e se constituia poderoso instrumento de penetração nos interiores da nação, de ligação entre portos e áreas produtivas e áreas de minério. Além da eficiente capacidade de se tornar fator de mais-valia e lucro, como empresa fundamentada na força de trabalho migrante-imigrante, constituiu-se instrumento de controle e dominação.

A teorização sobre região, páginas atrás, desvia-se para o contexto que segue, agora, em direção ao processo de formação da Noroeste por se perscrutar a relação café-ferrovia como fatores de uma espacialização local. Assim, Carleial, Markusen e Santos fundem-se no apoio a que se entenda epistemologicamente a história da região e de Bauru como um espaço-tempo mediatizado por uma evolução técnica, expressa na mecanização do sudeste brasileiro, enquanto projeto do café, enquanto projeto ferroviário, adaptados progressivamente aos interesses do capital dominante - conforme Santos (1994).

A evolução técnica incorporada nas ferrovias, além de representar um incrível salto de qualidade para o avanço do capitalismo, coloca esse avanço

unesp

na região efetivado nos trilhos das estradas de ferro Sorocabana, Noroeste e Paulista.

A chegada da Sorocabana a Bauru, segundo Pelegrina e Zanlochi (1991), foi o fruto de nove anos de espera, desde a autorização do governo estadual para que ela chegasse à cidade, então um povoado. Isso representou o abandono do carro-de-boi como transporte de café até Agudos, de onde seguia para o porto de Santos; implicou, também significativa oportunidade de interconexão de cidades abarcadas por essa ferrovia. A chegada da estrada em 1905, segundo os autores, foi antecedida por detalhes de decretos que servem para ilustrar as filigranas que implicam uma espacialização. Assim,

> *"Em Bauru, a Cia. União Sorocabana e Ituana chegou (...) pouco antes da Noroeste iniciar aqui seus trabalhos (...) e os estudos feitos pelo governo de Campos Salles concernentes aos trechos que deveriam ligar Lençóis a Bauru, foram aprovados, com restrições, pelo Decreto 418 de 02/01/1897. (...) Seis anos após - 1903 - um novo decreto (...) permitiu a abertura do tráfego público provisório no trecho entre Bom Jardim e São Paulo dos Agudos. No ano de 1904 Jorge Tibiriçá autorizou a encampação pelo governo da EFUSI, inclusive os ramais de concessão federal (...). Nesse mesmo ano, foram aprovados os estudos definitivos para a construção de uma variante até a povoação de Bauru (...). O Decreto nº1264 de 31/01/1905, autorizou a abertura do tráfego público no trecho entre Agudos e Conceição que distava 42,3 km de Lençóis Paulista (...). A lei 940 de 06/04/1905 autorizou o governo a arrendar a Estrada ou fazê-la trafegar por conta do Estado e permitiu realizar operação de crédito destinado ao prolongamento e ligação da estrada (...). Após a extensão entre a estação de Conceição e a de Bauru de mais ou menos 11 km, a linha foi entregue ao tráfego provisório em 22/04 e ao definitivo em 1º de julho de 1905 (...). Nesse*

e nos dois anos subseqüentes, outros decretos e leis são formulados para abertura de crédito para despesas e custeios da EFUSI, bem como a execução de novas obras (...). Em 1907, pela Lei nº 1076 de 23/ 08 foi feito um contrato de arrendamento onde o governo através do Decreto nº 1517 arrendou a EFS a Percival Farguhar e Hector Segrú, propriedade da Sorocabana Railway Company, ' compreendendo todas as linhas, privilégios, concessões, material fixo rodante, telégrafo, imóveis, benfeitorias, móveis, dependências, acessórios em geral, materiais existentes no almoxarifado com seus suprimentos ajustados e pendentes' (...)" (Pelegrina & Zanlochi, 1991).

A vigência desse arrendamento alcançou o ano de 1918, com a recisão amigável do contrato.

A Estrada de Ferro Paulista chega a Bauru em 1910, no dia 18 de fevereiro. A partir da experiência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ela se propõe à conquista de novas terras pretendendo chegar até os limites do rio Paraná. Ainda no objetivo de trazer à luz o como se dá a objetivação do capital, o texto passa a usar os detalhes aspeados de Pelegrina e Zanlochi (1991).

"O decreto que autorizava a antiga Cia. Paulista a trazer seus trens até Bauru, data de 15 de setembro de 1896 e estava assim redigido: O presidente do Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o Art. 2º da Lei nº30 de 13 de junho de 1892, e atendendo ao que lhe requerem a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, nos termos do Art. 2º da Lei citada, decreta:
Art. Único: Fica concedido à Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, licença para a construção e uso de uma estrada de ferro, que partindo

unesp

construção de uma estação de madeira, que funcionou por muitos anos, até que fosse construída a definitiva, que hoje está ocupada pelos escritórios regionais de uma das superintendências da atual FEPASA..."

Fundada no Rio de Janeiro, a NOB efetiva-se em 1904. Entregue à empresa Compagnie Génerale de Chemins de Fer et de Travaux Publics, tem com o engenheiro Machado de Mello - ex-estudante francês e contratado por essa empresa - seu primeiro trecho construído em 1905.

O dia 27 de setembro - dia da ferrovia - escolhido em função de George Stephenson ter tracionado a primeira máquina a vapor, marca para 1906, mesmo dia e mesmo mês a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Em razão disso, parte de Bauru uma composição de dois vagões e uma locomotiva com a função de transportar as autoridades de então.

"... às 10 horas da manhã, as salvas de bombas de sinal, seguidas de girândolas e ruidosos morteiros disparados da margem direita do ribeirão Bauru, anunciaram a aproximação do trem especial que trouxe a numerosa e ilustre comitiva do presidente do Estado, Ministro da Indústria e Viação, Ministro da Colômbia, diretores da Central do Brasil e da Sorocabana, diretores da Companhia Noroeste (...) engenheiros, deputados, personalidades nacionais e internacionais, que tomaram o trem em Agudos, sede da comarca, para a inauguração dos primeiros 100 quilômetros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (...). Numa breve parada na estação Sorocabana, onde tocou a banda do maestro Antonio Seabra Primo, os distintos viajantes receberam os primeiros cumprimentos dos engenheiros da NOB e das autoridades locais, prefeito, presidente da Câmara e vereadores, juíz de paz, vigário da paróquia, etc (...). O trem percorreu o trajeto construído e, em cada estação, as solenidades se repetiam. De volta, chegaram a Bauru à

unesp

noitinha e as festividades se estenderam até 22 horas, quando o trem especial retornou com a comitiva das autoridades a São Paulo" (Pelegrina & Zanlochi, 1991).

Bauru, como um ponto definido nesse contexto, em virtude do seu sítio ser quase centro geográfico do Estado, torna-se visado para sediar o início dos assentamentos da NOB. Segundo Pelegrina e Zanlochi (1991) a escolha de tal início ensombrece um fato a merecer maiores pesquisas e coloca a escolha de Bauru creditada na imprevisibilidade de uma ocorrência.

"Após pesquisas bibliográficas e depoimentos orais chegamos à conclusão de que o ponto de partida da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estava realmente previsto para uma das pequenas povoações de Perdemeiras ou São Paulo dos Agudos (...) e que, por um incidente político (...) ocorrido em qualquer uma das localidades somada à hospitalidade e à astúcia de Azarias Leite (...), o grupo de engenheiros acabou decidindo-se por Bauru.

Procuramos aprofundar as nossas pesquisas no sentido de elucidar esse (...) episódio que, por falta de documentação escrita e pelas características da tradição oral poderá se perder com o tempo.

Verificamos que o jornal 'O Bauru' , pioneiro da imprensa bauruense editado nesta cidade desde (...) 16 de dezembro de 1906 (...), nunca registrou oficialmente o fato, o mesmo acontecendo com seus confrades.

O jornal 'O Estado de S. Paulo' (...) que esteve presente em Bauru na ocasião das solenidades de início dos trabalhos de construção da NOB no dia 17 de julho de 1905, também não se referiu ao assunto.

Todavia, no desenvolvimento de nossas pesquisas encontramos numa edição de 'O Bauru' do ano de 1911, no decorrer de uma notícia

textualmente o parágrafo: 'Naquela época porém por uma coinsidencia accidental foi escolhido Baurú como ponto inicial da grande linha estratégica da E. de F. Noroeste do Brazil'..."

Para os autores, o depoimento de Américo Ferreira Leite, falecido em 1980 e filho de Azarias Leite, confirmou Pederneiras como o lugar preterido. A gravação desse depoimento registra a doméstica influência de Azarias quanto a escolha do local:

"Foi ele quem trouxe a Noroeste para Bauru, por causa da briga lá dos engenheiros. Os engenheiros ficaram oito dias na fazenda, aí eles disseram na mesa, que eu assisti:

- Senhor Azarias, a Noroeste vai partir de Bauru.

- Mas, os senhores não façam uma coisa dessa, retrucou Azarias, que vai criar um caso com o meu compadre Eleazar Braga.

- Pois ela parte de Bauru, reafirmaram os técnicos em tom firme e irredutível." (Pelegrina & Zanlochi, 1991).

Esse episódio aparentemente sem expressão contribuiu para a projeção incrível da cidade como pólo regional; mostrou a força desse poder imperceptível e oportunista, enrolado num incidente entre engenheiros e Pederneiras. Além de, mais uma vez, realçar o incrível alcance da maneira de agir do processo hegemônico de espacialização.

Em razão de ser colocada como ponto inicial da NOB, Bauru, já assente nos trilhos da Sorocabana, com a chegada da Cia. Paulista, transformar-se-á em um nó górdio de entroncamento ferroviário, função que ainda exerce e que muito lhe valeu economicamente. Em 1906, correndo paralela à calha dos rios Tietê e Iguapeí, alcança a cidade de Araçatuba. Em 1910, conecta Itapura

e Corumbá, *"fronteira com a Bolívia, cumprindo, dessa maneira, a estratégia política de construção de uma ferrovia que ligasse o 'Atlântico ao Pacífico'. A ligação continental não se resumiu à Bolívia - a Noroeste assentou ao sul um ramal de Campo Grande a Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Assim a ferrovia ligou o Porto de Santos e a cidade de São Paulo a dois países do continente americano: Bolívia e Paraguai"* (Ribeiro, 1993). Essa autora verifica que a cobertura dada pelos trilhos faz descortinar extensões de terras que despertam a cobiça de áreas, transformadas em fazendas através de títulos forjados. Fazendeiros e aventureiros, especuladores e loteadores, grileiros e trabalhadores, magnetizados nos avanços dos trilhos, geram uma intensa mobilidade na região.

Dentro do contexto já analisado por Fardin (1986) e Leite (1994), a NOB enquanto fator econômico tornou-se marca de modernização e instrumento ágil de penetração em direção ao Oeste do Estado de São Paulo. Convergiu para si distâncias, encurtando-as, ao mesmo tempo em que tece interconexões entre municípios paulistas e matogrossenses. Como empresa moderna, constitui eficaz instrumento de uso e de troca, no transporte de cargas e usuários. Gera respeitável mercado de trabalho - sem o qual jamais poderia existir. Precede fazendas, expande áreas utilizáveis e os limites do café. Valoriza terras, instala o comércio, loteia áreas, instala ranchos e acampamentos. Promove a instalação de institutos ligados às questões econômicas da terra, da madeira e dos loteamentos. Arruma espaço para que empresas se prestem à orientação sobre o uso da terra, num esquema que se reserve à monocultura e à instalação de sítios, como foi de Birigüi. As terras loteadas por Manoel Bento Cruz e pela empresa inglesa *São Paulo Land and Lumber* eram de 10 mil alqueires, o mesmo acontecendo com a empresa *Brazilian Plantation Company*, cujos 15 mil alqueires foram encorajados à monocultura do algodão. Assim, os compradores imigrantes ou não iam se submetendo a um projeto sem opção, além da incrível valorização das terras. Segundo Ribeiro (1994), em *"1913,*



o alqueire era vendido a 300 mil réis, em 1928, o preço era de 2 mil contos de réis".

Alguns destaques ainda vetorizam a importância da NOB. Assim, a região passa pela experiência de se ver à frente, num paralelo entre grandes proprietários e pequenos proprietários, constituindo uma diferença sem precedentes em outras frentes pioneiras. Com o esgotamento das terras feito pelo café, o interesse passa para as mãos da pecuária; a criação do gado e seu mercado característico cresciam no embalo do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, que já consolidava-se como parque industrial e mercado financeiro. A guerra de 1914 a 1918 tornou-se fator de consolidação dessa empresa por ter nela o suprimento e o consumo necessários a esse conflito.

Todo esse processo emergente de caráter pragmatista e base dessas implantações, primeiro, tornou-se fator de construção do urbano, iniciado pelos trabalhadores do café. Tal urbanização fez da cidade, importante ponto de crédito. Segundo, consegue, a partir de Bauru, transferir a posição primeira do café, para a ferrovia que passa a representar, como instrumento de produção, alto nível de conquista para esse mesmo café e tira dos "fundadores" apenas o nome de que necessita para a denominação dos núcleos que pulveriza.

Mayrink (1988) evoca que a ferrovia tornou-se uma das empresas únicas a competir em termos salariais com o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo. Esse nível se deve à riqueza do seu projeto como uma empresa moderna, estabelecendo as relações de produção em termos de patrão e empregado. Encampada em 1915 pelo governo federal e percorrendo os caminhos, quando e como o capital exigia, foi incorporada à Rede Ferroviária Federal a 16 de março de 1957 com todo o seu patrimônio:

- 1763 km de linhas principais
- 171 locomotivas a vapor
- 2594 vagões de carga

unesp

- 164 vagões de passageiro
- 117 estações
- prédios
- terrenos
- 506 milhões de cruzeiros (à época)

Um ano antes, vendeu como sucata:

- 4 locomotivas de 1885
- 1 locomotiva de 1893
- 2 locomotivas de 1905
- 4 locomotivas de 1908
- 4 locomotivas de 1910

Hoje, a empresa do seu abandono, registra com esse autor:

- 1600 km de trilhos
- 90 locomotivas a diesel e a eletricidade
- 3500 vagões de carga
- 126 vagões de passageiro
- 3800 empregados

Seu equipamento depreciado pelo tempo, ficou, principalmente afeito a vagões de carga - hoje, seu forte. Essa desenergização da NOB se deve a outro modelo de desenvolvimento, compromissado com a indústria automobilística, com a indústria dos pneus e, conseqüentemente, o traçado viário que exige. O poder hegemônico urbano-industrial atingiu drasticamente a poderosa NOB. Nessas circunstâncias, seus trilhos registram por dia 250

vagões que, em 1987 marcou 3 milhões de toneladas ligadas aos derivados de petróleo, soja, milho, trigo, adubos, minérios, calcáreo e cimento entre coisas mais. Isso significa algo do que ficou.

Mil novecentos e cinco, mil novecentos e cinquenta e sete representam um período que começou épico (e se encontra no ocaso), construído pelas mãos de seus trabalhadores. Marca também o lado de dentro de suas práticas culturais cotidianas. Mayrink (1988) elenca fatos e eventos, interessantes por ilustrar a mediação da cultura que a espacialização é. Com esse autor, tem-se que esse caráter épico da NOB conheceu momentos de glória, fogo e graves acusações. Citando a revista *Ferro Carril*, voltada para as questões do transporte, economia e finanças da época, aponta irregularidades como: compra de um patrimônio de Machado de Mello, que já pertencia ao governo. Registra também superfaturamento com notas constando pontes de madeira ao preço das metálicas. Literalmente diz a revista: *"Como toda gente sabe, há um grupo de audaciosos felizardos que conseguem não só viver mas ainda enriquecer às custas dos mais estranhos negócios arranjados nas repartições públicas"*. A aliança entre interesse público e privado, às escondidas cavocavam no gigantismo dessa empresa, brechas de oportunidade para a paralela empresa da corrupção. Sempre ávida, se espichava, sem necessidade, misturada aos trilhos, na estratégia das curvas. E o quadro não está completo: a qualidade técnica na colocação dos dormentes era inadequada, pois tais dormentes assentavam-se em terra batida, em vez de pedra britada, o que fez gerar a precocidade de uma completa reforma. As razões, talvez, estivessem creditadas na pressa da inauguração. O que não se justifica.

Essas considerações do autor como momentos de memória do passado dão o realce de mais informações, assim elencadas:

- A NOB *"inchou o comércio da região com uma fortuna de que até então ninguém sonhara. O dinheiro para pagar os empregados era retirado no Banco*

do Brasil em Bauru, distribuídos em envelopes fechados e mandado para outras cidades num trem pagador" (Mayrink, 1988).

- A carreira de maquinista alimentava o sonho dos atores sociais e passava por estágios: limpador de máquina, maquinista de manobra, foguista, maquinista de 2ª classe (trem de carga), de 2ª classe (trem de passageiro) e de 1ª classe (trem de passageiro).
- No boné o signo hierárquico do trabalhador, a viver num contexto bem humano de camaradagem, intriga e competição.
- Os uniformes eram inspirados no entalhe militar das fardas. Perfilados, em posição de sentido, os trabalhadores, sob a vigilância de inspeção, batiam continência tocando a extremidade do boné, na acolhida de um cumprimento militar e de subalternidade.
- O encarte das oficinas expõe sua imprescindibilidade incorporada às necessidades da NOB. Os serviços de assentamento inadequado da bitola, a distância que vencia, a depreciação de seu material, as necessidades dos vagões no dia-à-dia dos trilhos e as necessidades do transporte, clamavam pelos serviços especializados de manutenção do esquema da Estrada. Justifica-se, pois, sua inauguração em 1921. Com sua prática tinha eficiência para elaborar a construção de utensilagem como carros de passageiro, de vermelho-castanho, tendo em alto relevo o logotipo da NOB. As oficinas pegaram fogo por duas vezes: em 1944 e 1966, respectivamente dezembro e agosto. Menotti del Picchia refere-se a elas como algo incomum por seu nível tecnológico.

Em suas palavras aspeadas por Mayrink (1988), diz:

"Raras são as oficinas que se lhe comparem. Três horas passei entre aqueles esqueletos de vagões em construção que aguardavam a carne rosada do cedro e da pérola nacionais para a sua revestidura (...)

constroem-se, hoje, os rápidos comboios iluminados à luz elétrica como palácios errantes que transportam outros veículos mecânicos destinados a passar fonfonando pelas estradas rasgadas no coração das lavouras".

Parafraseando Menotti del Picchia e lembrando Santos (1994), o texto afirma: a NOB, como uma válvula no coração do café, imprimiu o ritmo de seu tempo. Representou o juízo perceptivo da época que, como hoje, flui nas idéias e ideais, na bitola dos trilhos e na máquina, mostrando a importância do movimento, cujo fluxo abarca a circulação das ideologias, a circulação do dinheiro, ao mesmo tempo que dá ênfase à vida de relações.

Especificamente, o processo produtivo desse quadro de transição e sua dependência do exterior trazem para a cena do desbravamento da região a contribuição do contingente de migração. A imigração conheceu um fluxo de altos e baixos mediados pelas crises do café e o conflito da Primeira Guerra Mundial. Algumas citações textuais de Ribeiro (1993) dão a marca do problema.

"O fluxo imigratório para o Estado de São Paulo sofreu um revés nos anos iniciais do século XX. A crise de superprodução do café, que se arrastava desde 1896, mostrou-se implacável no início do século e refletiu-se no movimento de entrada de imigrantes. Os anos de 1903 e 1904 registraram, ao invés de entrada, a saída de trabalhadores tal foi o abalo provocado pela superprodução do café (...). Esse clímax imigratório não se manteve e enfraqueceu no início do conflito bélico (...). O número de abrigados na Hospedaria de Imigrantes caía de ano para ano. No primeiro ano do conflito o número de inscritos foi de 46.924, quase metade do verificado em 1913. Em 1915 e 1916, as inscrições de imigrantes caíram para 22.559 e 22.134, respectivamente. No ano seguinte, há uma recuperação e os imigrantes matriculados na hospedaria somavam 31.459. Mas o movimento de ascensão, tenuamente

desenhado em 1917, declina em 1918, quando aquela instituição registra 16. 980 imigrantes (...). Para atenuar a crise de braços sentida pela lavoura cafeeira e, ao mesmo tempo, aliviar o excesso populacional da Capital, o Departamento Estadual do Trabalho liderou a campanha de deslocamento gratuito de trabalhadores da cidade de São Paulo para o interior do Estado. O descenso do fluxo imigratório e as perdas de braços para a cidade influenciaram a preparação de uma legislação sanitária para o campo, que valorizasse as condições de trabalho e de vida nas lides rurais, visando a fixação desta mão-de-obra no campo, além do que visava o trabalho assalariado do trabalhador brasileiro'' (Ribeiro, 1993).

A Estrada de Ferro NOB absorveu não só os migrantes, advindos de antigas zonas da lavoura cafeeira - de baixos salários, como também a dos imigrantes: espanhóis, italianos, japoneses e portugueses.

O período de 1880-1945 tem sua preocupação voltada para a importação de máquinas e equipamentos que estruturassem as economias regionais, e seu mercado de café, agropecuária e açúcar. Por isso, a partir de 1945, a preocupação vincula-se à aquisição de tecnologia que estruturasse a produção nacional, porém, processada no interior das regiões. Concomitantemente, são criados empreendimentos como a Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. de Álcalis, Cia. Vale do Rio Doce e Petrobrás. Tais empreendimentos de caráter nacional acabam por dar bases sólidas à Região do Sudeste, que tem São Paulo como ponto de irradiação do poder econômico para as demais regiões.

Mil novecentos e cinqüenta é o ponto nervoso que institui-se como o início de uma fase controlada pela guerra-fria, sob um novo modelo de desenvolvimento. Essa fase configura:

1°) os países industrializados operando a industrialização do Terceiro Mundo;

unesp

2°) a interferência do Estado na economia nacional como forma de assessoramento à burguesia dominante e sua necessidade de modernização em busca de sua expansão econômica, voltada não mais para a produção em-si, mas interessada na integração dos setores primário, secundário e terciário, dando ênfase ao capital financeiro;

3°) a produção avassaladora do fenômeno da urbanização;

4°) as mudanças das economias regionais;

5°) a interferência autoritária do Estado nas contradições sociais advindas desse modelo.

Como exemplo, nessas considerações de Leite (1994), o chamado *"milagre brasileiro"* - eivado das aspirações do capital internacional - aparece como fator geopolítico de diretrizes econômicas, políticas e militares. Administra eficientemente a ideologia da integração racional através das regiões, à medida que orquestra magistralmente o nó górdio das contradições de classe com seu insaciável sentido de lucro. Estado e o novo poder hegemônico da modernização, promovem na década de 60 (o que já havia se iniciado na década de 50, com o processo dessa modernização) a desestruturação da hegemonia do café e similares, provocando com seu modelo de desenvolvimento o êxodo de migração campo-cidade e transformando o antigo colono em bóia-fria - idéia defendida adiante - por Vilma Fernandes Neves (1993).

Pauwels (1990) desenha as porcentagens que ilustram o êxodo e a inversão de concentração no uso do solo. Segundo a autora, em 1940 tem-se a proporção de 68,8% da população rural para 31,2% da urbana; em 1950, a proporção de 63,8% para 36,2%; em 1960, a proporção de 55,3% para 44,7%; em 1970, a proporção de 44,0% para 56,0% e em 1980, a proporção de 32,4% para 676,6%.

Tal inversão, além de refletir o processo de urbanização, a penúria do camponês e inchaço das periferias urbanas, obriga a experiência de uma ruptura

na percepção do espaço cultural-social, sob o estigma do desemprego, sub-emprego e até mendicância, presentes, obviamente, na região de Bauru. Neves (1993) contribui para a compreensão do problema, analisando o que foi esse caminho na derrocada do café, nos fins dos anos 50, nessa região, especificamente em Lins. Tanto o campo como a cidade formavam um universo caótico, ligado à lavoura do café e o caos de um mundo urbano que não se conhecia como habitat, mas que, num primeiro momento representava a oportunidade de emprego, embora a exposição da família ao sofrimento. Esse mesmo motivo foi a razão de muitos permanecerem, enfrentando a dolorosa passagem do colonato para o esquema do trabalho assalariado.

Em 1940, a autora registra com Beozzo (1969) que 74,20% era creditado à população rural contra 25,80% da cidade (Lins). Em 1960 a população rural alcança o decréscimo de 20,00% enquanto a porcentagem para o urbano é creditada em 80,00%. *"Essa variação na composição populacional revela um intenso processo de urbanização, característica comum do Noroeste paulista"* (Neves, 1993). Citando Stolke, realça que, em 1963, o Estatuto do Trabalhador no governo de João Goulart impõe medidas geradoras de mecanismos contrários ao que propõem esse presidente. Por exemplo, esse estatuto exige indenização para as demissões por tempo-de-serviço, a estabilidade aos portadores de dez anos de serviços prestados ao proprietário, salário mínimo e reforma agrária. Tais mecanismos de defesa passam por demissões (acompanhadas ou não das respectivas indenizações) pelo regime de contratação temporária, pela remuneração menor à constatada na carteira profissional, ou remuneração restrita ao chefe de família que tinha os filhos na empresa. E, em termos empresariais, o regime de contratação temporária que acabou por deitar raízes no regime de sazonalidade, com as marcas angustiantes da instabilidade e desumanização que o bóia-fria conhece.

Esse estado precário traz em seu interior significativa absorção de uma

alteridade e coloca em contradição valores do campo x valores urbanos e modernos. E diáclase da tradição. Uma convivência aculturada, dolorosa, contemplada na fé e busca da cidade como a maneira de solução aos problemas do campo; mas encontra o estigma de uma categoria não-urbana. A experiência de um corpo na cidade com a alma do campo no olhar e nos valores; a preocupação sensível com o destino da família; a força quase extrema de se manter a integridade e dignidade num contexto extremamente individualizado versus os *"laços de solidariedade em que aprendeu a partilhar em (...) anos de trabalho"* (Neves, 1993).

Essa engrenagem colocando as relações entre empresa agrícola x camponês e todas as conseqüências que alcançaram os dias de hoje, de um lado coloca vigorosa insatisfação em virtude do que se concebe como encargos sociais a promoverem reduções no lucro. De outro, mostra que tais mudanças, além de abalar as relações de Trabalho, promovem alianças patronais com força de pressão política a seu favor, com prejuízo e danos para os trabalhadores.

Essas considerações possibilitam ter em mãos a medida de um quadro que expõe uma das raízes responsáveis pela formação da região de Bauru, que sem exclusividade, dá a idéia do texto de outras regiões por onde o café passou. Essa região como fruto de uma época que se enquadrou na organicidade histórica de sua localidade, hoje, como as demais, torna-se inserida num outro esquema de organização. Encontra-se subsumida no que Milton Santos chama de uma nova *"solidariedade organizacional, literalmente teleguiada e facilmente reconsiderada"* (Santos, 1994). Em outras palavras, essa segunda modalidade domina a primeira que a cada dia se distancia. Por isso, a realidade objetiva, que fundiu as histórias da NOB com a empresa agrária do café, teve, em suas características, o início de um processo mercantil com a potencialidade de uma vocação marcadamente técnica e instauradora da necessidade vital de uma cultura tecnicizante, hoje globalizando o mundo, com reflexos na cidade de Bauru.

unesp

Postas essas referências, inevitáveis por sua imprescindibilidade, em razão da luz que lançam para a compreensão do objeto, faz jus remeter-se e recordar, na região da Noroeste, a história da época do seu desbravamento, como uma totalidade e como o sentido do texto em busca das tipicidades da história que configurou o município. Dessa maneira, inicia-se por dizer com Ghirardello (1992) que a última década do século XIX assistiu a um rápido crescimento expresso no número de cidades. Torna-se significativa a relação que une o nome dessas cidades para se compreender o surgimento da cidade de Bauru. Sorocaba data de 1654. A partir daí, os desdobramentos desse sertão começam a pontuar o surgimento das outras que se seguem: do território de Sorocaba, surge Itapetininga - 1766, de onde surge Botucatu - 1846, deste, Lençóis Paulista - 1858 para, daí, surgir Espírito Santo da Fortaleza - 1880, matriz geradora da cidade de Bauru - 1896 que, por sua vez, abarcava a totalidade da região noroeste até os limites de Mato Grosso; daí surgiram as demais cidades brotadas nesse processo de ocupação anteriormente registrado.

O universo restrito de Bauru teve seu povoamento feito por atores posseiros, grileiros que - envolvidos na legalidade do uso-capião e, ou, falsificando documentos, respectivamente - adquiriram a legitimidade no comércio e uso das terras, com registros, sob a responsabilidade do comprador. Por esta legalidade a terra entrava na lei do mercado e, evidentemente, era vendida. Os registros de Ghirardello (1992) coloca Felicíssimo Antonio Pereira ligado à primeira escritura exarada na região em 15 de abril de 1856 e realça através de uma entrevista (02/02/1930) de Valentin Manoel Goulart dados que mostram um pouco o cotidiano de então:

1°) a lavoura mais próxima de Bauru localizava-se na Serra de Brotas

2°) uma única estrada ligava Bauru-Botucatu

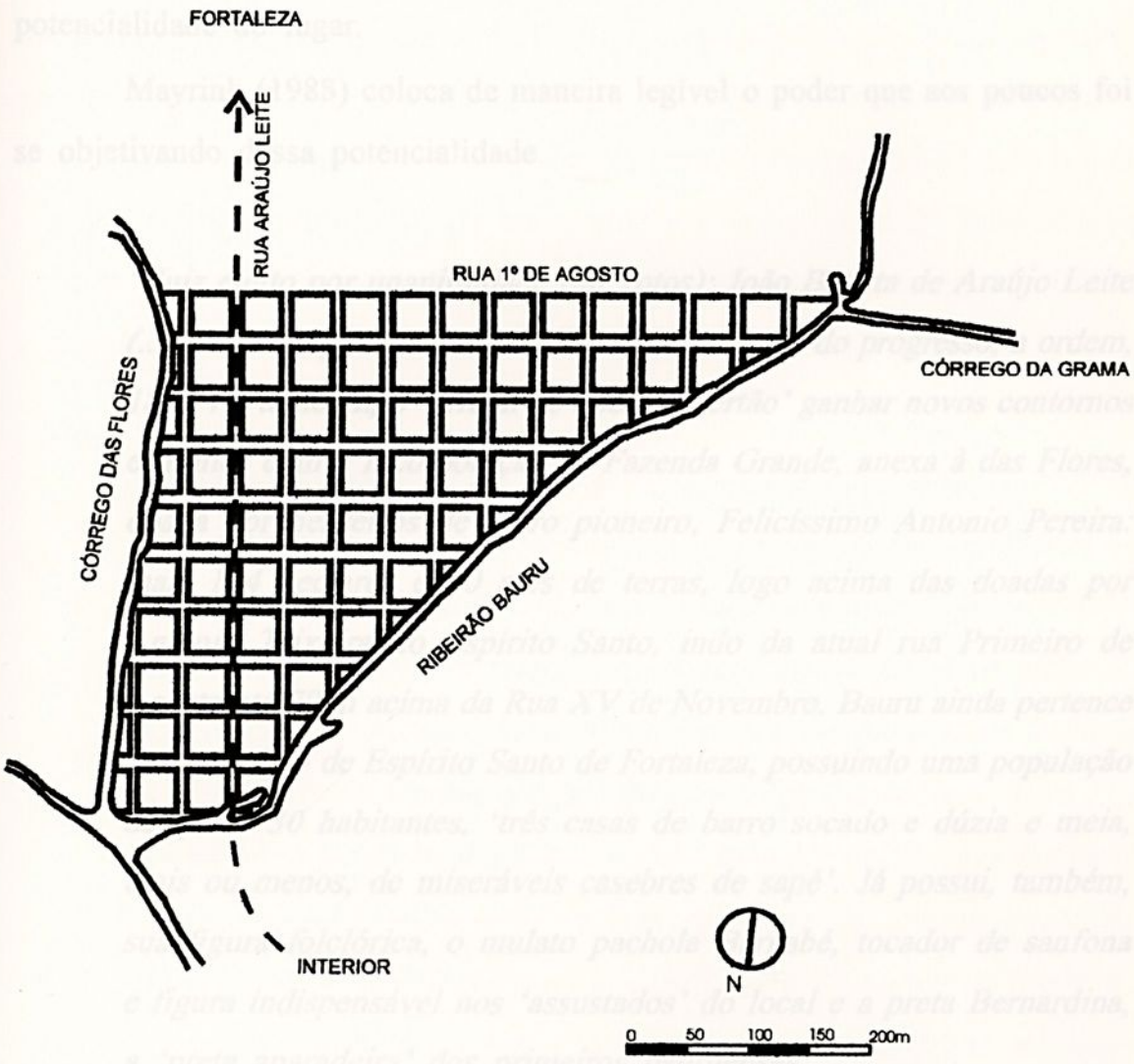
3°) os mineiros eram os migrantes provenientes da decadência das minas e da desilusão com a lavoura do café, que acabam por dar início ao povoamento da região.

Esse cenário precário continha pontos expressos: Córrego do Sobrado (onde instalou-se Felicíssimo Antonio Pereira), Fazenda da Grama, Fazenda das Flores (junto ao Córrego das Flores). Um caminho ligava a Fazenda da Grama a Pederneiras e outro ligava o sertão desconhecido à Fortaleza do Espírito Santo e às cidades de então. Bem à entrada dessa terra-de-ninguém, ficava o "Bairro de Bahuruz" enquadrado pelo Córrego das Flores e Ribeirão Bauru versus o próspero núcleo de Fortaleza do Espírito Santo, próximo à cidade de Lençóis Paulista, fundado por Antonio Teixeira do Espírito Santo. Em 1868, esse núcleo pretende ser elevado ao título de Freguesia; com medo de concorrência, Lençóis obstaculiza o pedido; o título concedido em 1880, só em 1887 o faz passar de Freguesia à categoria de Vila e, finalmente, no mesmo ano, à categoria de Município.

A ligação dessas duas células, tinha no sentido norte-sul desse referido caminho - hoje, Rua Araújo Leite -, o papel de um verdadeiro corredor doméstico e serviu como referência primeira para o traçado urbano do arruador Vicente Ferreira de Farias. Uma perpendicular feita pela Rua Primeiro de Agosto mais as divisas do Ribeirão Bauru e Córrego das Flores instituiam o perímetro de Bahuruz (Figura 1). Fazendeiros, migrantes e imigrantes deixam no rastro dessa história, uma estrutura administrativa sedimentada num elenco de fazendas, responsáveis pelo aumento da população nas relações de produção da hegemonia agrária. As fazendas, o número expressivo de migrantes e imigrantes, bem como expressivo número de estabelecimentos públicos e privados, construíam socialmente a territorialidade desse começo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Figura 1: Bauru, 1ª Doação - 1884



Fonte: Ghirardello, 1992

Bauru tem na pessoa de Azarias Ferreira Leite um ponto mineiro de referência que, ao lado do sogro, João Batista de Araújo Leite, resolvem aqui fixar-se, na altura de 1888, visando melhores condições de vida em função do café, introduzido na região por Toledo Piza, procedente de Jaú. O café mais o arruamento do local, somado ao dinheiro destinado à fundação da capela

(dez mil réis), constroem o início de uma agrária política que no final de 1893 consegue a criação de Bauru como distrito de Paz, em virtude da potencialidade do lugar.

Mayrink (1988) coloca de maneira legível o poder que aos poucos foi se objetivando dessa potencialidade.

> *"Juiz eleito por unanimidade (40 votos): João Batista de Araújo Leite (...) passa a legalizar os atos ali ocorridos. Atrás do progresso, a ordem, 1893 vê, também, o 'arraial de boca do sertão' ganhar novos contornos e limites com a incorporação da Fazenda Grande, anexa à das Flores, doada por herdeiros de outro pioneiro, Felicíssimo Antonio Pereira: mais 134 hectares e 80 ares de terras, logo acima das doadas por Antonio Teixeira do Espírito Santo, indo da atual rua Primeiro de Agosto até 70 m acima da Rua XV de Novembro. Bauru ainda pertence ao município de Espírito Santo de Fortaleza, possuindo uma população de quase 30 habitantes, 'três casas de barro socado e dúzia e meia, mais ou menos, de miseráveis casebres de sapé'. Já possui, também, sua figura folclórica, o mulato pachola Barnabé, tocador de sanfona e figura indispensável nos 'assustados' do local e a preta Bernardina, a 'preta aparadeira' dos primeiros bauruenses".*

Ao lado de Bernardina e Barnabé - laivo de práticas culturais nas terras de Bauru - o Estado de São Paulo tornava-se o principal produtor de café, tendo em Bauru o cultivo de uma espacialização sem freios. Com a chegada do coronel José Ferreira de Figueiredo, no incentivo de Araújo Leite, a aquisição de uma das maiores fazendas, coloca esse coronel à frente de 500 mil pés de café que, multiplicados, faz de Val de Palmas o maior latifúndio da região estruturada com 350 moradias destinadas aos trabalhadores.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Fortaleza do Espírito Santo, sede do município, entra, por isso, num processo de atrofia ao ponto de não ter condições de pernoite aos vereadores bauruenses. Muito menos pelo pernoite e muito mais pelos signos que demarcam a realidade de um déficit político, somados às condições objetivas para a eleição do triênio 1896-1898, o resultado de força não demora a aparecer: a apuração dos noventa eleitores credita 24 para Fortaleza contra 66 de Bauru - o que valeu a infidelidade de um acordo e a virtualidade da emancipação política de Bauru. Ou seja, dos seis vereadores eleitos, quatro eram de Bauru e a indução da história que lhes cabe. Mayrink afirma:

> *" 6 horas da manhã do dia 7 de janeiro de 1896. Os quatro vereadores bauruenses partem a cavalo em direção a Fortaleza, acompanhados de um séquito de mais de 40 cidadãos do lugar. Na matula, o tradicional virado de feijão para a refeição a ser feita pouco antes da chegada. Na cabeça, um ardiloso plano autonomista, conhecido como a 'tomada de Fortaleza'. Dias antes, porém, foi preciso que Domiciano Silva (...) jovem vereador de Bauru, usasse todo o traquejo junto a Azarias Leite para convencer o sogro (...) Araújo Leite da conveniência da empreitada. É de Domiciano a versão (...): 'Às onze e meia, os vereadores de Bauru, cujos relógios marcavam doze horas, entraram no recinto da Câmara. Declarando a ausência do presidente da legislatura anterior, José Teodoro Petente, a quem cumpria (...) instalar a sessão, eu, na qualidade de vice-presidente, o declarei feito, e convidei o vereador eleito mais idoso, que era Manoel Jacinto Bastos, a assumir a presidência. Joaquim Alves Ferreira, intendente e vereador eleito (...) estranhou a abertura dos trabalhos, puxando o seu relógio, que marcava onze e trinta, mais ou menos; e apresentou protesto que não se estava na hora legal e nem se achava presente o presidente.*

Insistimos, procurando convencê-lo de que o relógio estava errado, mas não se convenceu e deixou o recinto, com a declaração de que não tomaria parte nos trabalhos. Tomamos então a iniciativa de fazer o reconhecimento dos poderes, passando (...) a eleger os membros da mesa. Foi eleito para presidente Joaquim Pedro da Silva; eu para vice-presidente e José Alves de Lima para intendente. A seguir, o capitão João Antonio Gonçalves, (...) tirou do bolso a indicação histórica, que eu redigira aqui em Bauru, e que ele fora incumbido de apresentar, propondo a mudança da sede do município...'' (Mayrink, 1988).

Isso faz pensar na herança das fazendas em geral e, em particular, as fazendas de Bauru como verdadeiro eixo de rotação e espacialização do poder local, enquanto o paulatino progresso já começava a fazer de Bauru uma referência urbana. Tal eixo se fortalece politicamente à medida que fortalece a aquisição e valorização das terras, subjugando Fortaleza que, entropicamente perde o poder e, conseqüentemente, prestígio. Ghirardello (1992) afirma que café e urbanização estruturavam a força do Partido Republicano (PRP) e os três tornam-se fatores de impedimento ao crescimento de Fortaleza do Espírito Santo na medida em que os trabalhadores rurais buscavam trabalho nos latifúndios e fazendas de Bauru e na medida em que Bauru passou a seduzir grandes comerciantes como Batista de Carvalho e Domiciano Silva.

A história de Bauru, *"mais que uma tradição, [é] uma lenda"* como afirma Mayrink (1988). As raízes dessa tradição e dessa verdadeira lenda, dizem de um projeto de modernização. Como já ressaltado, o cultivo do café engrandeceu-se ao ponto de se confundir com a necessidade de transporte. Só que essa necessidade veio ao encontro do projeto de modernização a que se propunha a nação e que a NOB representava de maneira épica. O encontro

dessas duas necessidades fazem a síntese da construção das ferrovias, ao mesmo tempo que coloca a NOB e a cidade de Bauru, a partir de 1905, como um único ponto no mapa. Daí por diante, a *"Capital da Terra Branca"* será o fruto de um urbano ferroviário.

Em termos próprios, a história da cidade começa a ser incrementada, segundo Ghirardello (1992), num estágio pré-ferroviário que abarca 1896-1904. Afirma esse autor que a favorabilidade deste período era por conta do aumento da produção do café e *"pelos rumores de uma ferrovia que nascendo na região de Bauru, atingiria Mato Grosso, e talvez o Pacífico"*. O município assiste ao desvelamento político desta conjuntura ligada à aristocracia do café responsável em nível nacional pela política hegemônica do PRP, localmente representado por Azarias Ferreira Leite. Além do mais, embora município autônomo, submetia-se economicamente a cidades mais importantes como Botucatu, por exemplo. O número de casas aumenta, porém na dependência da concretização da promessa dos trilhos.

Lembrando o que já foi registrado, o antigo caminho que corria da boca do sertão, na altura do Ribeirão Bauru e Córrego das Flores, em direção à Fortaleza do Espírito Santo transformou-se numa rua que, se coloca como a primeira na cartografia do espaço urbano: rua Araújo Leite, assim denominada pela Câmara em janeiro de 1896.

Como leito da pequena burguesia ligada à prática do comércio, tem como vizinhos a cadeia, a própria Câmara, hotéis e pousadas. A força histórica dessa rua como referência corre por conta de ser passagem obrigatória que articulava todo o espaço de então. Ainda segundo a pesquisa de Ghirardello (1992), *"haverá alguma ocupação esparsa nas paralelas e transversais próximas à Araújo, mas de forma rarefeita e com construções precaríssimas"*. Em 1894, edifica-se a primeira capela e seu largo "colonial" com exigências que

lhe configuram e favorecem:

- o largo confronta-se com a linearidade da cidade;
- a distância das residências;
- o edifício da capela situado no ponto mais alto - na divisa do Ribeirão Bauru e Ribeirão das Flores;
- a igreja e o largo que a margeia como o único *locus* com capacidade de aglutinar as 600 pessoas do povoado em 1906, quando de suas práticas religiosas e eventos políticos, sociais e culturais. Uma função que só a praça conseguia ter. Em julho de 1897, foi criada a paróquia do Divino Espírito Santo da Vila de Bauru; a posse do pároco efetua-se um mês depois na pessoa do padre Antonio Gomes Xavier. Como referência urbana, Bauru já possuía um cemitério, posto de correio, distrito policial, pousadas e comércio de gêneros de primeira necessidade. A ação urbanizadora do café é sinônimo da implantação de Bauru. Criado sobre as bases de 800 mil alqueires cobrindo 20 mil km² - 1/10 do Estado de São Paulo - é assistida pelo uso de apenas 50 casas ao longo da rua Araújo Leite, Primeiro de Agosto, Ezequiel Ramos e Costa Ribeiro. Em 1924 chega o calçamento de paralelepípedo, a esconder uma de suas principais características geológicas, que lhe valeu o título de *"Capital da Terra Branca"*, criação de Afonso Schmidt no Diário da Noroeste dos anos 20. Esses registros de Mayrink (1988) afirmam ainda a instalação de 12 lampiões de querosene sustentados por postes de madeira, um mercado situado na esquina das ruas Araújo Leite e Primeiro de Agosto; construção de sobrados, instalação de telefones, eletricidade, água, esgoto dão o quê da urbanidade que se completa com o dinamismo das firmas comerciais, cinema, imprensa com a circulação de quatro jornais: "O Bauru", "A Cidade de Bauru", "O Município" e "O Tempo".

A monocultura do café e seu circuito de produção, movia a vida do povoado e marcava as condições econômicas indispensáveis no intercâmbio do poder hegemônico; ao mesmo tempo que estabelecia a organização espacial

dos atores sociais em geral. A cidade com suas funções urbanas corria por conta de assistir o latifúndio, calcada no apoio da Câmara e da polícia. Essa constituía verdadeira torre de observação para estabelecer o controle urbano voltado para as possíveis e/ou concretas contradições dos trabalhadores mal remunerados. A esse controle não escapavam a dizimação dos índios. Nas pegadas de Certeau, pode-se afirmar que o quadro autoritário incorporado pelo latifúndio e absorvido pela cultura do camponês estabelece-se, econômica e politicamente, sob forma de rigidez implacável. Nesse contexto, o espaço que sobra fica por conta do Estado e seu aparato repressor - a serviço da empresa cafeeira. Um cenário legalista, ilegítimo, cheio de ordens onde *"a divisão é a única [a fazer] barulho"* (Certeau, 1994). Então, nesse *modus vivendi*, a polícia representa o suporte de segurança nas relações de produção e o urbano representa as portas do fundo das fazendas servindo às práticas da política, do sexo e do culto religioso.

O fazendeiro como eixo desse universo, não constrói na cidade, fazendo do latifúndio o ponto social da cultura. O quadro dessas considerações apresentadas por Ghirardello (1994), coloca ainda um tipo de dinamismo urbano, enquanto um tempo de espera, ligado ao efetivo estabelecimento da estrada de ferro; isso justifica as teias de relações entre Lençóis, Jaú e Botucatu, com seus centros urbanos mais desenvolvidos ao ponto de possuírem edificações públicas vitais como escolas, hospitais e casas comerciais. Quanto ao café, tinha seu transporte assegurado pela rota que ligava Bauru-Jaú, de onde era transportado pela Estrada de Ferro Paulista.

A urbanização de Bauru começa a ser valorizada quando começa a se concretizar o dossiê de implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1903, com a presença de uma comissão liderada por Emílio Schnoor. Esse momento é o marco da virada:

- a igreja põe à venda datas de terra;

- os novos proprietários limitam suas datas cercando-as como sinal de propriedade privada;
- solicitações visando caminhos entre latifúndio e cidade aumentaram.

A arquitetura brotada desse solo, coloca para Ghirardello (1994) uma estética colonial transplantada pela migração mineira e suas marcas nas construções do começo do século: *"Poucas são erigidas com tijolos e cobertas com telhas, a maioria parece ser em taipa de mão ou madeira, coberta com sapé, mostra-nos a precariedade do 'grande acampamento'. Sua edificação é feita pelos 'carapinas' como tratam os documentos da época, homens que construíam rusticamente dentro de padrões tradicionais, passados de pai para filho, por muitas gerações"*. Este cenário, pontuado por algumas casas de tijolos e cobertura de telhas - segundo análise dos únicos documentos fotográficos, feitos por este arquiteto - parece ter seu interior espacializado no padrão colonial: sala de visita sucedida pelos quartos no centro e área da cozinha nos fundos: dir-se-ia, usando as palavras de Lemos (1976) ser uma herança de técnicas muito simples, satisfazendo *"as necessidades mínimas de um padrão de vida rudimentar. São habitações compactas, contidas dentro de um retângulo coberto por duas águas de telhado..."* . Ghirardello (1992) chama a atenção sobre a construção das casas que sob a orientação do Código de Posturas, tinham o beiral com altura mínima de 4m e impunha as dimensões das portas e janelas. Por esse mesmo Código, o limite entre público e privado fundia-se na área da rua. Ou seja, como via de fluxo, tem em si um ponto e um momento de parada para o acesso à entrada do edifício porque não havia calçada, guia e nem sarjeta. O centro das quadras agasalhava hortas e pomares. Nenhum sobrado. Nenhum símbolo de status. A matriz e sua pequenez representava o ponto mais alto de transcendência, o edifício mais importante, configurada na mineirice e estruturada em taipa de pilão e esteios de aroeira. Absolutamente despojada, sua singeleza era marcada pelos sinos *"situados*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

em suieiras à parte (...). Tipologicamente, pode se dizer que o pequeno lugarejo mais se assemelhava a uma cidade do século XVIII que um período cafeeiro'' (Ghirardello, 1992).

A circunscrição do núcleo urbano, do então Bauru na altura de 1910, apresenta um cenário em que o comércio começa a vigir e tornará Bauru um futuro pólo regional estruturado na função terciária de sua economia emersa da empresa ferroviária. Uma, gerando a outra e ambas se alimentando como espelho e reflexo. Ghirardello (1992) imprime nesse quadro o realce da NOB que, no sítio de Bauru coloca-se como porta do sertão e se transforma no transporte mais eficiente a serviço da lavoura cafeeira, desde a calha do rio Paraná até a cidade de Bauru, de onde era veiculado pela Sorocabana e Paulista. É toda uma história gravitando em torno da conjugação de trilhos e, sobretudo por ter na Noroeste do Brasil um coração que faz pulsar as artérias dos barões do café e do processo de urbanização do sertão. Na relação dos traços desses trilhos, Bauru começa fazer sua passagem entre o antes e o depois; ingressando na modernização exigida pelo capital ela contemporaneiza sua história e transcende-se. Em Ghirardello (1992), tem-se o processo de alterações. O desenvolvimento ortogonizado da cidade tem como eixo e centro nevrálgico a rua Araújo Leite. O deslocamento de tal centro, começa a ser sorvido em direção do crescimento urbano da rua Batista de Carvalho. Este logradouro torna elo de ligação entre Araújo Leite e o nó-ferroviário da estação. Isso torna-se altamente significativo, posto que: primeiro, a força dos trilhos tem o poder de mudar o crescimento da cidade para o seu lado Oeste; segundo, transforma Bauru no ponto nervoso da economia e da política, retirando-o da influência de Lençóis Paulista e Botucatu. Parafraseando Canevacci (1991), Bauru tem nas estradas de ferro e na organização espacial de que são capazes, as linhas de suas mãos. O tracejado na ortogonização das ruas que daí resulta e cada ângulo dos artefatos que delineiam o seu perfil compõem o processo

histórico que assiste não a origem, mas a gênese da cidade. Um movimento que impulsiona a transição entre o Império e a República e, portanto, a troca de domínio de uma classe dominante para outra, ao mesmo tempo que a nação subordina-se à nova ordem internacional da espacialização do imperialismo.

A cidade começa a gerir-se! Não para a comunidade, esta é que surge em função dela. Tais palavras elaboradas nas pegadas de Canevacci (1991), têm, ainda, daqui para diante, as reflexões de Ghirardello (1992), que as materializa em termos dos equipamentos urbanos descritos por esse autor. Assim, Bauru investe cada vez mais em seu sítio urbano, na certeza do lucro nas mãos da iniciativa privada: água, esgoto, luz elétrica, etc. Contudo, só com a concretização da NOB é que a chegada de recursos técnico-financeiros efetivam os projetos pretendidos e solicitados à Câmara Municipal. Em 1910, os lucros incríveis do café abrem oportunidade para:

- concessionárias de serviços urbanos;
- criação do Banco Custeio Rural por um grupo de fazendeiros;
- as ferrovias forçarem a concorrência pública de infra-estrutura básica;
- instalação de telefones (1907) pelo poder econômico que passou originalmente a atender, fazendas flagradas num momento de gradual transferência de seu centro social para o urbano, a NOB, a cadeia, Câmara e, obviamente, os comerciantes;
- energia elétrica em substituição aos lampiões;
- serviço de água, esgoto, implantados em 1911 pelo engenheiro da NOB, Sílvio Saint Martin e inaugurados celeremente em 1912, em razão do crescimento desordenado e má qualidade sanitária.

Tal quadro legado privilegiadamente ao poder aquisitivo da cidade favorece as ruas mais importantes - esquecendo as da periferia que deverão esperar décadas nessas circunstâncias.

A organização espacial urbana ainda passa pela experiência da

valorização de áreas distantes do perímetro urbano. O exemplo acontece em área doada para a construção do novo cemitério em 1908 pelo comerciante João Henrique Dix. Isso passa a exigir a construção de uma ponte sobre o Ribeirão das Flores e uma avenida que o ligasse ao centro - hoje parte da rua Primeiro de Agosto. Estava lançada a semente para a formação de um bairro. A especulação passa a valorizar áreas extremamente baratas pela informação sobre melhoramentos de ruas, construção de praças, avenidas ou edifícios públicos. A mobilização pela construção é tão expressiva, que a cidade como um centro de regulação constrói e a Câmara legaliza o sistema de numeração e emplacamento das ruas.

Este período - continua Ghirardello (1992) extravasa o despertar estético de Bauru na importação de um sóbrio ecletismo na forma das construções em tijolos, como a Câmara Municipal e as residências urbanas do grande latifúndio. Ocasionalmente, as tradicionais características rurais fundem-se ao ecletismo nos equipamentos da cidade.

A estação ferroviária e suas oficinas representam a exceção. *"Sua linguagem arquitetônica, despojada, quase industrial, era o que de mais moderno e tecnologicamente avançado existia na cidade. A contemporaneidade das suas instalações devia se igualar a potentes locomotivas inglesas. Mesmo a acanhada estação de madeira da Noroeste tinha uma nudez funcionalista"*. (Ghirardello, 1992).

Ainda em destaque (pela NOB):

- o palacete de Machado de Mello de aspecto solenemente rural,
- casas da Vila Operária que, geminadas, serviam aos operários qualificados de Estrada. Funcionalmente, tal vila significava o trabalhador à mão. *"O conjunto da Estação, Pátios, Administração, casa do superintendente e Vila Operária trazia à cidade um novo conceito de empresa só existente nas grandes cidades"* (Ghirardello, 1992).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O período de 1912 - 1919 corresponde a sete anos de vigoroso impulso:

- incrementação do comércio;
- incipiente industrialização;
- zona da prostituição;
- aumento dos operários ferroviários.

A experiência dos trilhos abrindo espaço no Oeste Paulista, além do proletariado, traz um contingente burocrático, excelente no papel de consumidor exigente.

É deste destaque a importância dos prostíbulos a atenderem migrantes, imigrantes na categoria de camponeses, trabalhadores de Estrada, caixeiros viajantes, forasteiros e, no vácuo, o tóxico e os jogos de azar. Em 1916, a isenção de impostos por cinco anos atrai um grupo de indústrias de forte vocação agrária. A área de suas instalações situada entre a ferrovia e o Ribeirão Bauru, sujeita a inundações, distantes do comércio e das residências, sela-se com a desvalorização dos terrenos que passam a ser ocupados pela zona de prostituição que, como mediadora assiste o bairro dos burgueses e do proletariado. O aumento dos operários incha a periferia da cidade que, sem infra-estrutura e legalmente considerada área rural, torna-se desvalorizada. Nela, paulatinamente surgem novos bairros. Vila Falcão, como exemplo, é a área ocupada pelos trabalhadores em geral e pelo contingente proletário das oficinas da NOB - motivo de seu incremento. Em 1918, passa a ser concebida como área urbana. Outro exemplo: a Vila Antártica - nome tirado da indústria de bebidas que aí se estabeleceu - e, obviamente, um local ligado ao cotidiano dos operários.

As casas desse período apresentam, como novidade, a disputa por serem construídas na área da praça municipal, bem como a incorporação do banheiro ao corpo da residência. A pequena burguesia, como sempre, ocupando áreas

menos nobres, incluem em seu morar, casas geminadas. Os trabalhadores em geral tinham seu dia-à-dia doméstico em casas de madeira e até de tijolos, sem infra-estrutura e convivência com doenças como a febre tifóide. Quanto aos trabalhadores das Estradas, as três ferrovias paralelizavam aos trilhos, as casas operárias com infra-estrutura básica.

O período de nove anos entre 1920-1929 assiste ao esgotamento do solo bauruense por seu uso intensivo. Numa seqüência, primeiro, a cidade firma-se como um ponto de convergência dos produtos agrícolas da região. Segundo, reafirma-se como centro de comércio e serviços em virtude da posição central de seu sítio geográfico. Terceiro, no primeiro conflito mundial instauram-se as dificuldades no processo de exportação do café; em decorrência pluralizam-se opções: lavoura de milho, arroz, feijão e cana junto à tradição do café. Ou seja, o mais importante é o fato de que uma defasagem na produção agrícola, somada à incipiente industrialização e o grande contingente de imigrantes voltados para o comércio, tudo isso passa a concorrer para a gênese do processo de terciarização da cidade. Continua Ghirardello (1992), a malha urbana intensamente loteada e já uma das maiores do Estado, indiscriminadamente se expande em sua forma ortogônica. O surgimento de novas vilas e de novos loteamentos deve-se ao recurso de pontes sobre os riachos:

- Norte, Vilas
  - Jardim Bela Vista
  - Seabra
  - Vila Bela
  - Vila Cardia
- Oeste, Vila Souto
- Leste, Quartel Militar, Indústria Matarazzo, Antártica e bairros de entorno;
- Sul, área nobre da sociedade, Santa Casa e Beneficiência Portuguesa que

atraem a formação de novos bairros no vácuo da infra-estrutura destes edifícios; surgem Vila Santa Tereza, Santa Clara etc, dando expressivo lucro aos proprietários das terras.

O período mediado entre 1930-1949 acentua o ritmo dos anos vinte, quando do esgotamento da cultura cafeeira que, gradativamente vai acentuando o comércio e a prestação de serviços, agora radicalmente vincados nesta década. Fatores de mudança:

- a desmobilização do latifúndio oligárquico e o respectivo êxodo rural;
- um proletariado urbanizado, pela educação e informação com peso político;
- a competição política entre a velha dominância, comerciantes e profissionais liberais como filhos viscerais do urbano. Surge a Associação Comercial de Bauru - 1931 - como signo deste novo poder emergente;
- a produção do algodão com safras recordes no Estado;
- a concorrência emersa de novos interesses internacionais coloca a rodovia, aos poucos, absorvendo a opção por estradas de acesso à capital, sem qualquer infra-estrutura; contudo, a ferrovia continua seu trajeto de soberania - até seu total abandono nas décadas seguintes;
- a criação de aeroportos interioranos. Bauru tem o seu inaugurado em 1938;
- o funcionamento da primeira rádio local, em 1934.

Com a fase da lavoura algodoeira, Bauru se energiza economicamente, em razão dessa burguesia retornar para o urbano, seu lucro na forma de aplicação imobiliária, além de atrair para a cidade, o capital estrangeiro através da Anderson Clayton e Sanbra, que se limitarão a absorver a força de trabalho do proletariado, mobilizando pela ferrovia, a convergência da produção algodoeira, em função da produção do óleo. Foram criados ainda: Escola Agrícola, antigo latifúndio Val de Palmas, Horto Florestal, Estação de Tratamento de Água e Recinto Mello de Moraes. Concomitantemente a essa energização, tem-se o início de uma nova empresa de poluição.



Tais criações constituem *"importantes vetores de crescimento urbano"* (Ghirardello, 1992) e, lógico, são fatores de atração imobiliária que vão no vácuo da infra-estrutura que lhes favorece a valorização.

Enquanto o sabor da iniciativa privada espacializa desordenadamente o solo urbano, o universo do proletariado, exigia conexões periferia-centro que garantissem a qualidade do trânsito, substituindo as precárias pontes sobre os trilhos do Rio Bauru. As vilas Falcão, Seabra e Bela Vista são as responsáveis pela campanha. Essa espacialização desigual, apóia-se em edifícios públicos que atendem aos interesses da burguesia local e regional: Colégio São José (particular), Instituto Ernesto Monte (estadual), Guedes de Azevedo (particular) e a Igreja Santa Terezinha. Esses equipamentos atraem loteamentos para residências qualificadas, além de contribuírem para a abertura de importante avenida nos Altos da Cidade: Avenida Duque de Caxias. A relação de prédios públicos, privados e logradouros imanta e nutre o serviço de transporte coletivo que, em função do capital local, cobre às custas do trabalhador distâncias que tornam-se índice do nível de espacialização da cidade. Segundo Corrêa (1986), essa espacialização constitui, por vez, índice do caráter segregador no uso do solo, da complexificação do urbano, do processo de incorporação e acomodação que a experiência burguesa tem que passar, enquanto agentes determinantes da organização do espaço urbano *"proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, industriais, articulados em maior ou menor grau aos bancos e ao Estado"*.

Essas características não fazem de Bauru a exceção; mas ao se desdobrarem em singularidades da cidade passam por um estágio em que as residências e comércio convivem lado a lado ou até no mesmo edifício. Essas reflexões de Corrêa (1986), apoiadas em Milton Santos, se completam em Ghirardello (1992): o que se constata é que, gradativamente em Bauru, as ruas principais do comércio - Batista de Carvalho e Primeiro de Agosto - vão

perdendo a concomitância desse uso. Primeiro, em face da exigüidade de terrenos vazios dessas áreas nobres. Segundo, pelo preço elevado desses terrenos. Dessa maneira, a cidade transfere a construção de suas residências para fora desse centro. Em decorrência, esse centro começa a se dilatar e se esparramar, criando novos lugares para a cidade que, em virtude disso, começa a experienciar a presença de micro-universos que a fazem maior.

Esteticamente, o estilo *art-deco* é dessa e da próxima década. *"O estilo se manifestará com vigor nos edifícios de cunho comercial, como a representar na limpeza e grafismos geométricos a contemporaneidade dos próprios negócios. Pela primeira vez, em sintonia com as capitais do país, a cidade executa obras coetânias, por isso sua importância e rigor formal"* (Ghirardello, 1992). Desse perfil sobressaem, sobretudo o projeto de Hugo Speche no edifício das ferrovias, Casa Lusitana, Edifício Abelha, Automóvel Clube, palacetes das famílias Pagani e Gebara. Palacetes, clube e categoria social tornam-se sinonímias, além de serem o signo de resistência a formas despojadas das outras classes sociais.

Usando a citação de I. Calvino por Canevacci (1993), tem-se o toque de que *"a cidade não conta o seu passado, ela o contém como a linha das mãos, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras..."*. Esses elementos combinados nos edifícios *deco*, além de constituirem um repertório de memória passam a representar em-si instrumentos de leitura que recortam Bauru numa seletividade visual, para usar uma expressão de Ferrara (1993). Além do mais, enquanto memória, não só esses equipamentos, mas o traçado viário e algumas vilas, colocam-se frente a outros equipamentos não amaciados pelo tempo, dando com isso a Bauru, uma identidade que vige muito mais pelas mudanças que pelo repertório de sua memória agro-ferroviária.

Bauru, fruto da macro-história que a plasmou, processa sua singularidade:

unesp

uma história entre as histórias específicas da ferrovia. Uma história entre histórias do processo da propriedade privada, da especulação e da habitação. Uma história *"do emprego das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade"* (Santos, 1994).

Ferrara (1993) afirma que *"a cidade enquanto organismo vivo é refratária a qualquer atividade planejada que a congele, ao contrário, o grande desafio (...) consiste em incorporar (...) as possíveis alterações urbanas, abandonando pretensões de soluções estáveis ou necessariamente corretas"*. As palavras dessa autora vêm ao encontro de Mayrink (1988), quando passa a dar realce a modificações que alteraram pela raiz a imagem da cidade.

Mayrink (1988) relata que os sessenta anos da cidade, em 1956, assiste ao início do que seria futuramente a mais importante avenida de Bauru - a Nações Unidas - e o prolongamento da Avenida Rodrigues Alves, em direção ao bairro de Higienópolis e a cidade de Pederneiras. Vinte anos depois, a Nações e o acesso a outros caminhos, via estrada, deste município vizinho daria a Bauru, principalmente através da Nações, um perfil radicalmente novo.

Mil novecentos e sessenta, correndo o risco do corte de verbas, obriga os municípios à elaboração dos planos diretores para as chamadas cidades de porte médio, o que para Bauru representou a coexistência de elementos urbanos velhos e novos. Tal exigência projeta os trabalhos do arquiteto Jurandyr Bueno Filho. O conhecimento empírico da espacialização tradicional e expansão da cidade fez brotar os projetos do anfiteatro Vitória Régia, Estação Rodoviária, Universidade do Sagrado Coração de Jesus, o projeto de remodelação e ampliação das Nações Unidas e residências que *"literalmente repaginou a história do perfil urbano de Bauru dando-lhe o marco de referência dos seus tempos modernos"* (Mayrink, 1988).

Nos subterrâneos desta história localizada, corria a seiva da macro-

história do capitalismo internacional e sua ligação com o Brasil na fase do Milagre Econômico. A nação nesta euforia, gerenciada pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto, cresceu 9,59% em 1970, 11,3% em 1971, 10,4% em 1972 e 11,4% em 1973, dentro de sua filosofia pragmatista *"dêem-me um ano e vos darei uma década"*.

Dentro desse esquema, a cidade *"se safou razoavelmente desta situação catastrófica criada pela opção de privilegiar o automóvel, graças à régua e compasso do arquiteto Jurandyr [que] baseou-se em algumas premissas básicas e alguns estratagemas eficazes: concentrar esforços e obras numa determinada região urbana. Escolhido o local - uma área de terrenos erodidos próxima à zona sul da cidade, cortada por um córrego estreito (...) ladeado por uma única 'ruela só com casas de madeira', mãos às obras. No decorrer de uma década, aquele grotão inóspito se transfigurou, viu o córrego ser canalizado e coberto, ganhou uma via expressa, áreas verdes e um anfiteatro ao ar livre (...) Bauru passava a ter uma 'entrada de cidade privilegiada, um ponto de encontro permanente para a juventude, um espaço de lazer e cultura e uma personalidade própria em termos urbanísticos. O primeiro plano diretor deixava como herança obras de vulto (terminal rodoviário, distrito industrial, central de abastecimento, duplicações de avenidas, canalização de rios)"* (Mayrink, 1988).

Contudo, a conjugação de fatores como: a força de expansão própria do urbano, os conceitos subjetivos face à orientação teórica do arquiteto, principalmente, conferiram a senilidade do primeiro plano diretor. Por exemplo, as críticas de José Gualberto Martins Angerami referem-se a que o critério da localização dos fatores não hegemônicos dos conjuntos habitacionais estava ligado à especulação imobiliária do que subordinado ao planejamento de expansão da cidade. Este fenômeno dos anos 70, marca as periferias de Bauru, desde o seu primeiro assentamento, em 1968, com o núcleo Redentor. Esse

núcleo torna-se referência do que se deve entender pelo fenômeno da polarização. Bauru, como cidade-pólo, desloca para o seu núcleo os municípios satélites. Isso explica o êxodo de trabalhadores que vêm em busca de novas oportunidades a enfrentar os desafios de uma cidade maior. Tal fenômeno acarreta também um fluxo responsável pelo transporte de pessoas que de Agudos e Piratininga vêm trabalhar e estudar na cidade.

O modelo de desenvolvimento estruturado na absolutização das desigualdades sociais, estruturou as regiões conforme sua vocação geográfica com numerosas cidades (grandes, médias e pequenas) conforme também suas razões históricas e tendências de especialização. Colocou em confronto à burguesia agrária a burguesia industrial (e as alianças que necessitam e são capazes de fazer) ao mesmo tempo que transformou o Estado em fator de utilização dos recursos públicos. Hoje, esse modelo, tecnicamente absolutizado, faz das regiões sub-espaços do "fazer sem o rigor" literalmente teleguiadas para usar novamente expressões de Santos (1994). É, pois, desse contexto o fenômeno dos assentamentos como o do Redentor. Como também são desse contexto o ritmo atual da empresa agrária do café e o ritmo das empresas ferroviárias.

Para ratificar a cultura vivida pelo mundo, pela região e pela cidade, nesse final de século vale a extensão das reflexões de Milton Santos.

> *"As ações (...) aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação insuflada, e por isso mesmo recusando debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não explicada a todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda a forma de espontaneidade e,*

também ação não isolada e que arrasta, que se dá também ela em sistemas.

Objetos e ações contemporâneas são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas também a aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar'' (Santos, 1994).

Olhando o interior de Bauru enquanto projeção da NOB e o excerto de Milton Santos, cruzam-se em suas mediações variáveis e modelos. Uma rápida retrospectiva com raízes na Revolução Industrial mostra uma lógica de visão míope atrelada ao crescimento célere das forças produtivas como fator de desenvolvimento econômico. Segundo Sachs (1986), uma *"noção demasiado estreita do desenvolvimento, de início reduzido ao simples crescimento econômico, noção que em seguida se alargou ao social e ao cultural, para chegar aos conceitos de modo vida e qualidade de vida, ou mais diretamente ao conceito de projeto de civilização".* Resultado: aumento sem precedente da dívida externa no Brasil, cruzado à dinâmica da dívida interna que, gerada naquela, torna-se a responsável mais imediata da dívida social, tudo isso compondo um velho quadro que ajuda a precipitar a alteração da conjuntura

da NOB, a uma categoria de empresa - esquecida, como já registrado.

Tal conjuntura torna-se incrivelmente alterada, na medida em que emerge uma outra variável concebida como salto de qualidade técnico-científica, incorporando *"pela primeira vez na história do homem, uma completa superposição dos diversos níveis da divisão do trabalho"*, ao ponto de se relacionar a simultaneidade da divisão internacional, nacional e local - indissociáveis, solidárias e contraditórias. Então, uma nova dinâmica se impõe mediada por objetos mecânicos, cibernéticos, artificializando a natureza, ao nível do requinte. Em outras palavras, presentifica-se o universo *"por objetos técnicos"* que definem a organização do espaço e exige o discurso. Técnica e discurso mistificam sem precedentes as ações das instituições, empresas e indivíduos (Santos, 1994).

Elencando os unitermos que permeiam a relação de região - Bauru e NOB tem-se: modelo agrário de desenvolvimento, modelo economicista de desenvolvimento. Este, projetando o esquema da rodovia, e alcançando a genialiadade técnico-científica-informatizada, torna-se responsável por se entender que entre a invenção do mecânico George Stephenson, inauguração e vida seminal da NOB, a história urbanizou Bauru, para depois enquadrá-la num sistema de acomodação: o café envelheceu e a NOB está velha, entropicamente sucateada. Por conseguinte, a região envelheceu, mas tenta seu rejuvenescimento no fenômeno da simultaneidade, tantas vezes evocadas nesse terceiro capítulo. Como afirma Santos (1994), *"a superfície da terra, na crosta de um país, domínio de uma região, nos limites de um lugar - seja ele a cidade"* é comandada, re-arranjada e organizada sob racionalidades alienígenas, mas que fundamentam, articulam e definem os subespaços.

E, por último, lembrando Neves (1961), os documentos do Arquivo do Estado registram a desinência dos índios da região como ''índios Bauruz'', porque:

N.º 221
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

1°) os primeiros habitantes seriam os bucóbuz da família gê ou tapuia. Procedentes do Marambé, alcançaram Minas, São Paulo, Santa Catarina;

2°) coexistiam com os cainás ou cainguás, do tronco tupi-guarani que, procedentes do Paraguai, espalharam-se no Mato Grosso e Estado de São Paulo;

3°) Bauru ou Baurús é o nome do rio de Mato Grosso que deságua no rio Guaporé;

4°) Bauru é a 24ª cachoeira do rio Tietê; entre as cachoeiras de Itapuiá e Baruriú-Mirim;

5°) a enciclopédia e dicionário internacional de W.M. Johnson, Inc. registra: Bauru-Cachoeira do rio Tietê no Estado de São Paulo, entre as de Itapeva e Bariri-Mirim

E os Bucobuz-Bauruz-Baurus, assistem à espacialização da região transformar-se na realidade e história de Bauru e de Curuçá. Nomes indígenas ligados pela distância de quatro quilômetros, o suficiente para deixar o segundo como um lugar de periferia. E também a lembrança de que o que mais marcou as culturas brasileiras foi essa herança toponímica de uma cultura mítica, tragicamente dizimada.

Essa tragicidade induz o texto, por justiça, a reservar espaço específico para uma reflexão que, em Pinheiro (1993), tem a tonicidade do fato e as articulações que fazem valer um resgate. Sob o título de *"Mito da ferocidade indígena: os caingangue e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil"*, a autora coloca em cena o encontro do esquema empresarial da Estrada, sua necessidade de espacialização que, necessariamente, do ponto de vista dela, deveria tomar a terra dos índios através de estratégias desumanas, ao mesmo tempo que conseguia do Estado o apoio de um controle em função de suas contradições.

unesp

Um documento citado pela autora com matéria conteudizada no *"Relatório enviado a Rondon sobre o histórico da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em terras dos índios Kaingang. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (...) 22-11-1910"*, afirma com propriedade que as Estradas de Ferro e as Comissões Geográficas e Geológicas do Estado de São Paulo, são as últimas variáveis que acabam por acantonar, dominar e dizimar os caingang. De um lado, a articulista ressalta a exploração dos operários da NOB e, de outro, salienta o nível de desumanização contra os índios. Vale a pena os excertos de clareza e simplicidade: *"Neste documento (...) o relator está visivelmente preocupado com as conseqüências nefastas do contato sobre o mundo indígena e sobre o mundo dos trabalhadores de baixa renda (...) também marginais do universo civilizado. Trata-se de um relato dos de baixo. Nele, o 'civilizado' é percebido como o conquistador desumano e implacável"*.

Citando trechos desse relatório, a autora enfatiza a relação de poder que a NOB mantinha com as frentes pioneiras e os índios:

> *"... o índio, na legítima e heróica defesa de seu patrimônio, dia-à-dia mais desfalcado pela insaciável cobiça do civilizado apertado dentro de um círculo de ferro e fogo que se estreita progressivamente de todos os lados, da Noroeste a Campos Novos no Paranapanema, dispondo-se em desespero de causa, a vender caro a vida..."*. *"Num e n'outro caso tem havido o tripúdio sobre os cadáveres das victimas, o incêncio e outros meios de destruição requintada e ostensiva... só o número d'aquelas (vítimas) d'um e d'outro lado, poderia decidir da maior extensão dos crimes respectivos"* *"... a assaltos esporádicos e reduzidos, quanto ao número de indivíduos mortos pelos índios,*

correspondem, geralmente com anterioridade chronologica, verdadeiras matanças de aldeiamentos indígenas, sem distinção de sexo nem idade''.

Além dos índios e operários desse cenário, a empresa construtora solicita a presença de um contingente de praças, ao governo, alegando a necessidade deles para o confronto com os índios. Contudo, a justificativa não coincidia com os fatos:

1°) Desde 1860, o trecho de Lins a Araçatuba não contava mais com a presença dos índios. O avanço da civilização os acantonava, por todos os lados, agora no centro do Estado.

2°) A eficiência dos bugreiros contra os índios prescindia desse contingente.

3°) A razão dessa solicitação prendia-se a ter em mãos um contingente para a devida substituição das baixas causadas pela fome e pela doença; e, a construção da NOB não concebia qualquer tipo de paralisação face à urgência da empresa. Igualmente, era necessário ter às mãos um controle eficiente do movimento dos trabalhadores. Tal controle era mascarado no mito da ferocidade e crueldade como inerência da cultura caingang.

A relação do civilizado com o índio, mostra um cenário de usurpação da hegemonia dominante que, na exploração empresarial da NOB colocava os trabalhadores entre eles os índios. Assim, os ataques de defesa visavam o pessoal ligado à derrubada dos matos, tiradores de dormentes, lenhadores, abridores de picada e engenheiros.

As demonstrações de descontentamento eram materializadas através de obstruções por meio de galhos, entrelaçamento de cipós etc. Tudo isso mediado

por tempo que ia de dias, semanas e até meses. Conforme o progresso da conquista, conforme era a chance de oportunidade: uma estratégia! Até que se consumasse o ataque a que os brancos taxavam de traição e covardia.

Esse documento epopéico apresentado por Pinheiro (1982), junto às aspas de Ribeiro (1993), além de completar a tarefa do texto no pretendido resgate de memória, induz um sentido de confronto entre as visões dessas autoras, cuja conclusão não exige comentário. Assim, a circunscrição histórica da área entre Bauru e o Rio Paraná como cultura caingag massacrada pelos trilhos da NOB, em Ribeiro torna-se sinônimo de obstáculo e medo por parte dos brancos.

> *"Os Caingangues, com armas em guarda, amedrontavam e obstaculizavam a marcha dos pioneiros, que tomava suas terras. Alguns massacres ficaram famosos como o de Água Branca, o de Birigüi e o de Baguaçu. Na fazenda de Baguaçu, em 1910, o proprietário, enquanto fazia demarcação das Glebas, foi morto por uma flecha dos Caingagues e seu corpo foi atirado numa fogueira feita com dormentes da estrada em construção. Os massacres não ocorreram somente com proprietários; em Birigüi, os engenheiros e operários da estrada foram massacrados. A expulsão dos Caingangues de suas terras assinalou o declínio da tribo, quer por matanças quer por epidemias contraídas dos brancos ou por eles voluntariamente disseminadas" (Ribeiro, 1993).*

Índio e NOB, como desaparecimento de uma tribo e sucateamento de uma ferrovia e a permanência de uma cidade média entre esses dois pólos, marcam hoje o processo de uma transformação como processo de territorialização, por vez, resultante de uma multidireção de poder, seus interesses e uma única racionalidade.





Figura 2: Índia Caingang. Fonte: Museu Ferroviário Regional

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV

VILA DUTRA NOS CAMINHOS DE BAURU: CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Este capítulo debruça-se sobre o título na tentativa de incorporá-lo ao texto e ser motivo de sua introdução. Parafraseando Ferrara (1986), *"Vila Dutra nos caminhos de Bauru"* traz a idéia de uma cidade percorrida pelo olhar da pesquisa e o que resta por percorrer: os trilhos da singularidade da Vila em direção à sua identidade eivada de ferrovia. Quando o interesse hegemônico fez o assentamento dessa Vila na cidade - num período nevrálgico de modernização - 1937-1945, Lima Figueiredo inventa politicamente nominá-la e oficializá-la por Eurico Gaspar Dutra, em homenagem ao então presidente da República. O tempo passou e, com ele, essa vila assistiu a mais um assentamento que se integrou ao seu. Por uma questão de resgate histórico, o texto, sob a experiência do povo, trata-la-á por Curuçá, Vila, velho assentamento, assentamento de origem ou velho núcleo. Seu nome legal será reservado à evocação dos dois assentamentos, enquanto uma totalidade sua.

Nada mais justo, portanto. Esse é o nome indígena de uma estação como ponto de fiscalização nos trilhos da NOB, visando a convergência do café da região para Bauru, destinada ao Instituto Brasileiro do Café (IBC). Contudo, e mais representativo, foi o fato de ser o ponto inicial de acesso dos trabalhadores e famílias ao centro da cidade, através de *Coréia*, nome dado ao trem de passageiros, que exercia essa função.

Isto posto, e, lembrando Milton Santos, a *"questão do tempo pode ser trabalhada ao menos segundo dois eixos - um é o eixo das sucessões e o outro é o eixo das coexistências. O tempo flui e por conseguinte um fenômeno vem depois do outro fenômeno. Assim, há uma sucessão de fenômenos ao longo do tempo. As coisas se dão em uma seqüência. Esta é uma das dimensões com que podemos trabalhar (...) e que nos leva à idéia de pedaços do tempo ou, em outras palavras, da seqüência no acontecer, uma espécie de ordem temporal. A cada momento se estabelecem sistemas do acontecer social que caracterizam e distinguem tempos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Esse é o eixo das sucessões. Temos também o eixo das coexistências, da simultaneidade. Em um lugar, em uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenômenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes, no viver de cada hora. Para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo (...) O espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo"* (Santos, 1994).

Assim, as reflexões deste pensador possibilita entender e ratificar a estrutura dialética da região como objeto de referência onde se realiza a síntese do geral (espacialização do capitalismo) com o singular (Curuçá). Traz a idéia de que o tempo como movimento do espaço flui pela sucessão dos fenômenos que elaboram fatos e circunstâncias, numa sucessão tal, que dá à percepção dos atores sociais, a idéia de fragmento, de diferenças, de possibilidades desiguais, em momentos diferentes, elaborados no mesmo esquema de relações sociais.

Santos, citando Sartre, traz a idéia de que *"a passagem de um tempo para o outro, de um momento para o outro se dá pela fragmentação. A totalidade só se torna outra através da fragmentação. Fragmentação para construir outra coisa (...) como um momento de construção"* (Santos, 1994).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Então, essa idéia de que as fragmentações são o toque do diferente para a totalidade, fluindo de um tempo para o outro, num ritmo, que se concebe como a construção de tudo, coloca para a cidade de Bauru e região, os períodos de sua história, passando por hegemonias que lhe marcaram seus signos.

As raízes desse processo remontam ao fenômeno da internacionalização da burguesia original, calcada nas navegações e suas explorações, fábricas e ferrovias. Um universo que, a partir daí, conheceu o automóvel, o rádio, avião, o telégrafo, o telefone, a TV, a eletricidade, o crédito para o consumo, a publicidade, o burguês e o não-burguês, a pequena-burguesia e a cultura para as massas, culminando com os valores mais urbanizados e mais mecanizados. Segundo Corrêa (1989), essa dinâmica implicava uma espacialização através das classes sociais e o que isso significa em termos de uma estrutura fundiária.

Nesse quadro, a distribuição espacial decorrente dos investimentos realizados e das atividades criadas a nível regional e urbano, vai efetivando a integração e a efetivação de bens e serviços expressos no grau dessa integração e escala de intensidade que a relação da cidade tem com a região. Voltando-se às idéias de Santos (1994) e de Corrêa (1989), linhas atrás referidos, relaciona-se dialeticamente as categorias fragmento, tempo, totalidade e, em conseqüência, tem-se a direção para o texto no sentido de se enquadrar Curuçá como uma escala e um ponto. Ou seja: Bauru é a fragmentação de um processo que se desdobra em vilas e bairros, assentados ou não. Um constructo de tempos e práticas culturais acumuladas; que, nas pegadas de Whitaker (1984), oferece condições mais adequadas, capazes de perceber por dentro os elementos localizados da história de Bauru e, portanto, entender o processo urbano de Curuçá em seu assentamento original.

Perceber por dentro gera indagações sobre a conjuntura do contexto desse assentmaento, o padrão de suas casas, suas contigüidades com ruas e quarteirões, seu cotidiano como um pedaço de franja da NOB - para usar uma expressão de Whitaker, em sua categoria *"franjas do rural urbano entendida*

unesp

como uma cidadezinha rodeada de fazendas próximas de extensos canaviais e dominados todos pelo poder agro-industrial do açúcar e do álcool - sua ideologia impregnando o trabalho da cana..." (Whitaker, 1984). A leitura dessa autora permite o recorte de Curuçá como um momento próprio, de um ponto no mapa, apreendido em diferentes mediações de seu assentamento enquanto ideologia da moradia, enquanto controle econômico-político de subordinação real, necessária, à realização do sistema hegemônico.

Tem a ver com a racionalização do início das relações empresariais a serviço do café. O aparecimento dessa Vila explica-se a partir dessa totalidade, já que, como entende essa autora, o estudo da urbanização como processo social revela conexões de sentido, que tornam o aparecimento de um núcleo, um fenômeno lógico, ligado a uma rede urbana dinâmica e em evolução. Vila Dutra, na paisagem dos trilhos que urbanizam a região e a cidade torna-se desapercebida - enquanto Vila operária - contida pela natureza de sua classe social, e razão da construção desse urbano. Esse efeito bumerangue de periferização concretiza uma lei ressaltada por Canevacci (1993) *"o efeito se volta de modo causal sobre a causa que o produziu"*, como se verá mais à frente.

Nessa evocação, torna-se imprescindível colocar o papel da moradia enquanto eixo de fundamentação necessário à subjugação do trabalhador da ferrovia dentro de um esquema econômico-político de cunho pragmático-paternalista. Esse esquema passa por exemplos como o do Instituto Butantã, os assentamentos das usinas de açúcar, de empresas particulares como a Tilibra (Tipografia e Livraria do Brasil), e dos assentamentos de operários da ferrovia como é o caso de Curuçá (operários), Vila Noroeste (funcionários graduados) e Triagem (operários).

O fenômeno da industrialização-modernização-urbanização encaixa-se nas reflexões de Goldenstein sobre a instalação de mão-de-obra ligada à

produção próxima às empresas que deram origem a *''bairros de concentração operária e as Vilas operárias, construídas pelos operários industriais [cuja] proximidade aparentemente vantajosa''* impunha uma qualidade de vida a desejar (Goldenstein, 1979).

A moradia nesses núcleos era essencialmente mais um valor-de-uso que, ao par de certa tranqüilidade, oferecida ao trabalhador, torna-se a base de um valoroso instrumento de exploração,

1°) pela legitimação dos baixos salários *''uma vez que, desempregado significa desalojado [e que] conseguir uma casa é um privilégio e deixar o trabalho significa perder a casa''* (Goldenstein, 1979);

2°) pela disponibilidade irrestrita de acesso à mão-de-obra;

3°) pela possibilidade estratégica de controle sobre o engajamento partidário-político.

Ou seja: implica toda uma racionalização do trabalho pela empresa ou pelo Estado - como é o caso de Curuçá - apresentando-se como uma forma de mobilização da força de trabalho, vetorizada pela moradia, num quadro de subliminar interferência. A tal ponto que, de um lado, conseguia encobrir uma potencial ameaça de despejo ou desemprego. De outro, um sentimento de insegurança pela alienação do imóvel; simultaneamente o sentimento ''natural'' de uma situação legitimada pelos atores sociais nela envolvidos.

Nessa leitura, a Vila de Curuçá, vê-se alimentada e mantida pelo continuismo de gerações, onde a moradia, como fator de atrelamento obrigatório ao controle da Estrada de Ferro, tem na relação empregador x empregado, uma relação secundária de senhorio x inquilino, pelo simbólico aluguel que desfrutava.

Paralelamente, seu cotidiano fluía na proximidade das habitações, favorecendo o relacionamento de vizinhança, as relações de parentesco e suas

práticas culturais que resultavam por ratificar a identidade de uma situação de classe.

Desmembrando essas considerações, saltam raízes que remontam ao domínio patriarcal nas relações domésticas de parentesco, herdado da macro-história latina. O pai encarna a autoridade máxima, acoplando os papéis de genitor e chefe provedor da sobrevivência e guarda moral da família; na escala doméstica substitui o poder das instituições. A linha de parentesco tece nessa célula-mater laços de sangue e de emoção, como base mais próxima e gênese de personalidade dos filhos. A idéia de família com um chefe que a sustenta com sua força-de-trabalho e, mais os filhos que procria, transcende os limites do privado e se transforma em referência para a NOB. Essa transferência como forma de ideologia hegemônica impera, lembrando o que deve ser priorizado: trabalho-dedicação-honestidade e moralidade. Isso explica um consenso introjetado de conceber a empresa como uma grande família ferroviária; sujeita mais de imediato à figura do administrador nos moldes de um absenteísmo não percebido em termos políticos. Isso possibilitava uma subliminar interferência no universo privado das famílias, reforçava a doméstica vigilância hierárquica, numa profícua troca (inter)atuante.

Quer dizer, a realidade do assentamento imprimia um equilíbrio moral em que, a somatória das 138 casas era também uma extensão da grande família ferroviária da "mãe Noroeste" - expressão usual entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, tal realidade nutria-se na subjacência do taylorismo, que sequer aparecia como forma de racionalidade na produção e sim como uma simpática e eficiente família na patriarcalidade dos trilhos. Essas idéias interiorizadas, transformadas num senso comum corporificam e hegemonicamente passam a atuar na consciência dos atores como idéia própria. Verdadeiro Cavalo de Tróia.

Nesse sentido, assim se expressa Moreira *"a idéia da família (...) sistematicamente divulgada, baseava-se nos princípios de obediência e disciplina que deveriam vigorar no interior das relações familiares. O entendimento de*

que todos deviam aceitar a existência da autoridade do chefe da casa, para que a família pudesse continuar subsistindo, relacionava-se à idéia de que todos os ferroviários faziam parte de uma grande família, que devia respeito e obediência à administração ferroviária. Como na família, todos estariam trabalhando para o bem comum e as iniciativas tomadas sobre a organização do tempo livre e do tempo do trabalho deveriam aparecer como tendo sido tomadas através de uma ação familiar conjunta e livre, pois visariam sempre ao aperfeiçoamento e às melhorias das condições de vida e de trabalho de todos'' (Moreira, 1992).

Lembrando Whitaker (1984), a conjuntura desse cotidiano deixa claro que esses mecanismos constróem paradoxalmente no seio da cultura dominada um laivo de não-espontaneidade a não permitir e sobretudo a não admitir a liberdade dos atores subjugados. Numa perenal síntese, tudo isso, segundo Canevacci (1993) era *''aceito como um fato ou melhor como um fato aceito''*.

A empresa ferroviária em geral e, em particular a NOB, registra o empenho, segundo Moreira, para que o operário tenha incorporada à sua personalidade e privacidade a disciplina militar do soldado, obrigatoriamente servil à obediência de ferro e trilho. Uma prática de condicionamento mental, subjazendo à sua produção através de *''medidas científicas de reestruturação das relações de poder internas ao processo de trabalho, que criaram hábitos de responsabilidade, ordem, atenção e aproveitamento intensivo e metódico do tempo na produção''* (Moreira, 1992), enfim um processo de socialização responsável pelas identidades individual-social do núcleo. Esse *establishment*, inclusive, fez Curuçá encontrar na altura de seu assentamento um clima político-social de atrelamento dos sindicatos, extravasado em normatizações e regulamentações dos hábitos dos trabalhadores ligados à educação, saúde e lazer. Isso justifica toda sorte de providências com relação à construção - em

mutirão da Capela de São Pedro, ao Centro de Saúde, escolas e o clube com quadras para futebol e basquete (onde também aconteceram os bailes e as festas de 1° de Maio, cabendo à igreja comemorar os Santos das festas juninas). Sob a indução de valores, códigos e funções sentidas na experiência, pela experiência, com a experiência de uma realidade objetiva específica como a Estrada de Ferro Noroeste, cria mecanismos próprios, mistura-se aos seus instrumentos de trabalho, criando camuflagens para a hegemonia de sua ideologia, em todos os níveis de que é capaz, como uma instituição eficacíssima.

Essa eficácia tem em uma de suas mediações, suportes de sustentação conectados a uma forma de organização, conhecida ideologicamente como política populista ligada à Revolução de 30. Como processo de reprodução das forças hegemônicas de então, reflete intenso poder de reorganização espacial com marcas que se projetariam para o futuro, como é o caso de Curuçá. Essa articulação para Andrade (1989) *"estava voltado para as populações urbanas (...) e desenvolveu uma política extremamente favorável à modernização da indústria e dos serviços"*. A população que fluiu no êxodo provocado pela decadência da mineração e do café - quando integrada à vida do urbano - paulatinamente teve que se submeter à periferia, obrigada a dar por si as soluções que o abandono causou e, quando das relações do trabalho, submeter-se ao paternalismo da empresa estatal ou submeter-se à mesma e velha experiência da empresa privada.

Essas considerações histórico-conceituais, na espacialização própria de Curuçá, faz entender que a cidade não é redundante, na medida em que o todo se processa nas partes. Assim, essa história registra como causa mais próxima ainda na década de 1940, a pessoa do cel. José Lima de Figueiredo,

então diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Uma nota do Diário de Bauru em 25-02-1948 registra:

> *"Parabéns, Coronel.*
> *Elogios do povo bauruense ao cel. Lima Figueiredo (...) posta em relevo a atuação do Cel. Lima Figueiredo à frente da Noroeste (...) Solenidade marcando a passagem do Cel. à direção da NOB. Jantar na Granja Curuçá".*

Uma segunda nota Diário de Bauru em 26-02-49 afirma

> *"Lima Figueiredo e os problemas da NOB.*
> *A ferrovia é ainda um fator de fixação dos núcleos povoados (...) das cidades. A política de colaboração é o mais curto caminho para atingir-se o progresso e as conquistas da civilização do nosso tempo".*

Essas notas de Gomes de Araújo, terminam por afirmar *"sua influência benéfica sobre uma das mais futurosas regiões do país"*. Essas alusões registram a projeção ímpar do coronel, junto às 128 notas da imprensa, Diário de Bauru, entre 1948 e 1950, ampliada na sedução do nível de seu cargo. Todos os eventos a ele atribuídos na cidade e na região (inclusive artigos, crônicas e conferências) filtram sempre ligações de interesse, como é o caso do excerto abaixo ao mistificar essa questão.

Diário de Bauru em 22-05-1948:

"Muito poucas pessoas terão o vosso tirocínio e a vossa experiência (...). Nós todos aqui conhecemos a vossa cultura e a vossa dedicação aos interesses nacionais" - discurso de saudação ao Cel. Lima Figueiredo pelo

Dr. Sá de Carvalho, durante a visita do diretor da Noroeste às obras da Santa Casa de Promissão.

O mesmo jornal, em 24-12-1948 nota: *"Em dois anos foram loteadas em Bauru mais de quarenta Vilas (...) A cidade propriamente dita ocupa somente 10% dos terrenos compreendidos entre as áreas urbanas e suburbanas. Mais de 30 milhões de cruzeiros já foram arrecadados pelos loteadores. Não é otimismo, mas sim, confiança no futuro da 'Capital da Terra Branca' "*

Segue-se o elenco da relação das referidas Vilas incluindo a Vila Presidente Eurico Gaspar Dutra. Essas alusões inscrevem o leque de atuação desse coronel indicado pela ótica ideológica da imprensa ligada ao poder hegemônico local e aos afetos da Noroeste do Brasil. Um painel de caráter público e privado, permeados e filtrados, que os olhos de então percorreram - não vendo *"as coisas, mas figuras de coisas que significavam outras coisas"* (Canevacci, 1993), faz transparecer uma personalidade dinâmica com um repertório cotidiano a incluir aniversário de sua administração, repercussão no Peru de sua obra literária sobre a Amazônia, embate pela imprensa, em nível de resposta, sobre acusações feitas a sua pessoa por um boletim clandestino de esquerda, sugestões de melhores salários para os trabalhadores, entrevistas, eventos, homenagens, visitas recebidas, visitas elaboradas, relação com autoridades federais, estaduais, municipais; inspeções nos trilhos da ferrovia, relações com empresa multinacional, férias, viagens com a família, crônica, conferência, artigos. Tudo culminando na campanha eleitoral da qual sai eleito deputado federal. O ecletismo dessa agenda o projeta sobretudo como um verdadeiro logotipo de região, da cidade e marcadamente de Curuçá.

A ideía desse assentamento é fruto também da ideologia paternalista do Estado que vem ao encontro da campanha eleitoral de Lima Figueiredo. Um casamento perfeito. O poder dominante, fluindo pelas mãos desse coronel confere a ele raio significativo de influência, responsável imediato desse assentamento, ligado à intenção dos votos.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O Diário de Bauru em 20-04-1950, quinta-feira, circula com uma das matérias fazendo referência a respeito. O articulista pondera literalmente:

"A formação da Casa Popular, uma das realizações do governo do General Dutra, teve como principal escopo, solucionar o problema da habitação para o trabalhador.

O seu idealizador e realizador teve em mira proporcionar ao operário das diversas categorias sociais, meio de aquisição do lar próprio, uma das acalentadas aspirações de todo chefe de família.

Em se falando de operário e dos seus problemas, entra logo para a questão a parte econômica, quando é sobejamente conhecido o desequilíbrio existente entre os salários e os orçamentos domésticos.

Para eles se destinaram as construções em séries das Casas Populares e Bauru, cidade essencialmente operária, pesando na balança demográfica com pelo menos dois terços dos seus 75.000 habitantes, exigia este benefício.

Mas, neste nosso amado Brasil, quase tudo é feito sem um planejamento perfeito. Há entre nós a mania dos improvisamentos, quando não sejam postos em prática fatores de injunção política ou interesses nem sempre à altura de resistir a um exame à luz meridiana do sol.

Por mais modesto que seja um observador, notará, sem a mínima dificuldade, o erro crasso, erro de palmatória, do funcionário que escolheu os altos de Curuçá, para ali levantar umas dezenas de prédios destinados a operários, sob os auspícios da Fundação da Casa Popular.

O operário brasileiro, e nele está incluído o operário bauruense, não pode ser comparado ao operário dos E.E.U.U., que em sua grande maioria possui o seu carro ou outro veículo motorizado para transportar-se ao local de trabalho. Mesmo para a módica passagem de ônibus,

quanto dos nossos valentes mourejadores não podem dispor, daí estar claro como a mais cristalina das águas, que os núcleos de casas operárias, devem ser localizadas nas proximidades do perímetro urbano, isto mesmo, no caso de faltar a área necessária dentro do mesmo.

Nada precisaremos comentar, bastando dizer, que de há muito lá em Curuçá estão silenciosas e vazias um punhado de casas, pelas quais ninguém se interessa, dada a distância dentre o referido núcleo residencial e o ponto de trabalho dos que de outra forma poderiam se interessar em morar em Curuçá.

Enquanto o problema de casa para morar, em Bauru, continua a ser angustiante, lá no local absurdamente escolhido pela Fundação da Casa Popular, um bom número de residências está sendo preterido: nada menos de três milhões de cruzeiros, inativos, inoperantes e que não servirão ainda em dilatado espaço de tempo. É um pecado clamoroso, mas que haveremos de fazer, nesta pobre pátria tudo é feito às avessas."

Bem, o que une radicalmente as notas e matérias sobre Lima Figueiredo e esse artigo são os níveis diferentes de produção reunidos num mesmo espaço-lugar. Eurico Gaspar Dutra, enquanto chefe de Estado, oferece condições concretas capazes de aproximar os interesses hegemônicos e geopolíticos ligados à causa do trabalhador. Tem em Lima Figueiredo a confiança necessária de um diretor da NOB, ao mesmo tempo que, por isso, Lima Figueiredo tem poderes de acesso à política dos assentamentos. Isso vem ao encontro do interesse local dos proprietários fundiários que, indiscriminadamente, retalham a área da periferia em loteamentos, pelos baixos preços dos terrenos, emersos dos antigos latifúndios. Curuçá, doada à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil por Salvador Filardi, grande proprietário de terras em Bauru, é fruto dessa realidade objetiva.

Toda a morfologia cultural dessa espacialização coloca a Vila como um dos membros do corpo urbano da cidade e sua identificação aponta as pegadas de um caminho:

1°) Caracterizada como área de cerrado, foi um espaço da cultura caingang.

2°) De cerrado, transforma-se em lavoura de café, propriedade de Salvador Filardi.

3°) Com o surgimento da cidade, a gleba em si, é adquirida pelo diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB).

4°) A terra dessa gleba transformada em terrenos na planilha dos quarteirões, é incorporada ao mapa urbano e ao uso de seus atores sociais.

Em outras palavras, uma identificação que percorre um caminho do caingang ao sertão, do sertão ao latifúndio, do latifúndio à gleba rural, desta à periferia, caracterizada como um assentamento operário, através do processo da ferrovia.

A forma de seu perímetro é dada pela Rua de Acesso (futura área verde), Alameda Ponta Porã, Alameda Corumbá e Alameda Três Lagoas. Ao sul, paralela à Rua de Acesso, a avenida Elias Miguel Maluf torna-se importante segmento de ligação entre Curuçá e Vila Industrial, colocando-a inclusive com acesso à rodovia SP-294 (Bauru-Marília). Ao norte, seu sítio ainda a coloca próxima aos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste, hoje Rede Ferroviária Federal e próxima ao assentamento do Bauru XVI.

Tem-se, pois, um perímetro contido, que mais parece uma ilha feito pelo entorno da Vila Industrial. Como todos os assentamentos, diz respeito a uma dependência popular, cuja construção implica ser um sítio de periferia, com distância significativa entre o sítio e o centro da cidade: 4 quilômetros

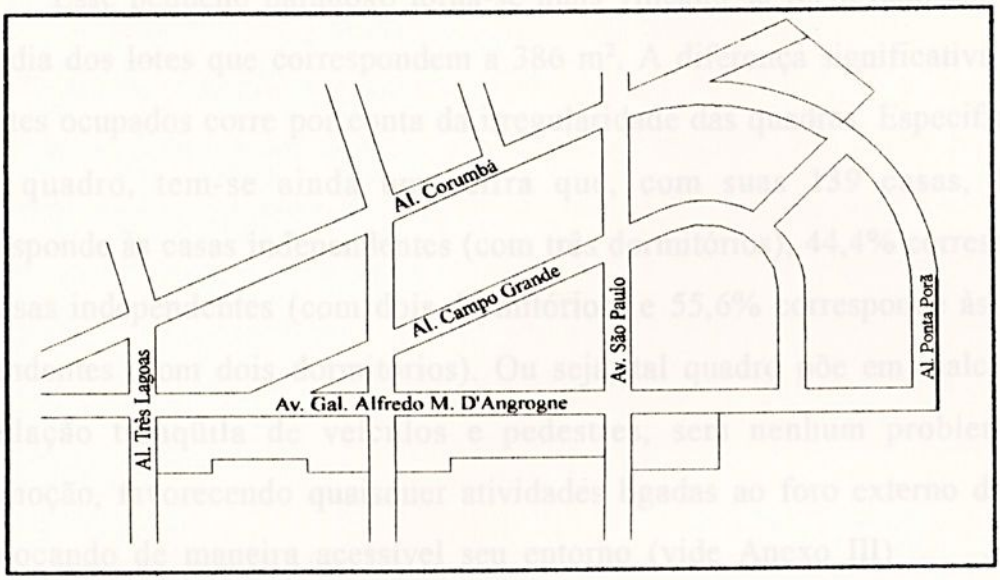


Figura 3: Perímetro da Vila Curuçá - Fonte: Prefeitura Municipal de Bauru, SP.

Sua altimetria tem como ponto culminante a Caixa D'Água - hoje DAE. Desse ponto, as curvas de nível descem gradativamente até a calha do leito ferroviário da NOB; o que lhe dá um perfil convexo, cuja topografia ajuda a entender sua espacialização física (como se verá à frente), bem como ajuda a perceber a subida que representa o acesso da Vila Industrial à sua área (vide Anexos I e II).

Os 44.745,79 m² de sistema viário permeando-se pelos 61.205,71 m² de suas quadras e pelos 6.145 m² de verde, modelam o espaço, cujo domínio maior do solo é feito por conta das edificações domésticas a subsumir os outros equipamentos, cobrindo 95,2% dos terrenos ocupados x 4,8% dos terrenos vagos. Essa moldura enquadra uma projeção de 700 pessoas numa equivalência de 8,7 m²/pessoa e numa média de 20 casas por quadra, caracterizando uma espaciosidade de boa qualidade. Essa característica não chega a ser anulada pela restrição de um espaço, com 55% das casas contendo dois quartos, a maioria dentro de uma estrutura geminada.

Esse pequeno paradoxo torna-se mais vincado se for levado em conta a média dos lotes que correspondem a 386 m². A diferença significativa entre os lotes ocupados corre por conta da irregularidade das quadras. Especificando esse quadro, tem-se ainda uma cifra que, com suas 139 casas, 100% corresponde às casas independentes (com três dormitórios); 44,4% corresponde às casas independentes (com dois dormitórios) e 55,6% corresponde às casas dependentes (com dois dormitórios). Ou seja, tal quadro põe em realce uma circulação tranqüila de veículos e pedestres, sem nenhum problema de locomoção, favorecendo quaisquer atividades ligadas ao foro externo da Vila e colocando de maneira acessível seu entorno (vide Anexo III)

A empiricidade desse contexto, obviamente, é fruto de relações específicas. Parafraseando Vaz (1984), deve-se dizer que ela revela a representação não legítima de sua população em virtude da concepção alienígena e funcionalista de sua organização; isto é, um espaço-repertório da herança fundiária original e, portanto, um dado que ainda constitui a presentificação de seu passado: ausência de apinhamento, espremido por ruas escuras, estreitas ou estranguladas. Ao contrário, o sol refletindo nessa herança, faz de suas alamedas um sorriso mais aberto.

Nesse interior, o sistema viário da Vila apresenta uma rede ortogonizada, onde a Alameda General Alfredo Malan D'Angrogne exerce a função de via principal e, como tal, reparte essa responsabilidade com a Alameda Campo Grande e principalmente com a Avenida São Paulo, formando um anel em torno de um conjunto de equipamentos públicos centralizados nessa área. A partir desse ponto, a rua da capela, no meio desse anel, e as demais vias (Alameda Ponta Porã, Alameda Corumbá, Alameda Aquidauana, Alameda Pirajuí, Alameda Três Lagoas e Rua de Acesso) acabam por definir nesse velho assentamento, duas ruas, cinco alamedas e uma avenida, num total de dez logradouros (vide Anexo III)



A fusão do texto com as coordenadas desse traçado viário chama a atenção de uma grelha regida por suas funções de circulação e habitação, geradoras de uma funcionalidade social que lhe é exigida. Esse ponto, lembrado por Gorovitz (1985), em outras palavras, coloca a ortogonalidade como fator de subordinação das funções do urbano à sua estrutura, dando forma aos espaços público e privado. Esse esquema generalizado no território nacional, encontra exceções como Brasília, por exemplo e, com relação à Vila, oferece precisões bem determinadas, oferecendo-se dentro de seus significados para usar uma idéia de Santos (1994).

Dentro dessa característica, os quarteirões apresentam-se todos tomados por suas construções, à exceção dos sete lotes vazios. Justapostos em função dessa ortogonalidade, apresentam-se rigorosamente em seu traçado original:

1°) a leste, a partir da Alameda Malan e margeando o centro do núcleo constituído pela capela e escolas, têm-se as quadras D - H - Q e A;

2°) a oeste, têm-se as quadras B - F - I - C e J;

3°) a letra E corresponde ao quarteirão da capela e das escolas (Loteamento Urbano - vide Anexo III).

A relação perímetro, sistema viário e quadras, é responsável por uma conexão que faz ressaltar alguns registros de sua identidade física.

1°) 95,30% da área está ligada à construção das residências.

2°) Ausência de dispersão viária.

3°) Ausência de áreas significativas para loteamentos: Vila Industrial é seu entorno total.

4°) Ausência de mecanismos que possam impedir dentro de seu território o avanço social de seu entorno, por ter o seu sítio como verdadeira ilha no contexto da Vila Industrial.

unesp

5°) Presença de um sistema viário reticulado com:

a) uma única diagonal feita pela Alameda Aquidauana que constitui apenas um quarteirão entre a Alameda Ponta Porã e a praça da igreja,

b) o perfil côncavo composto paralelamente pelas Alamedas Ponta Porã e Alameda Campo Grande, imprimem um sentido próprio a essa parte do assentamento, ligadas ao anel citado linhas atrás,

c) a Alameda Corumbá e Rua de Acesso comprimem o perímetro até a Alameda Três Lagoas,

d) a rua da capela, apenas, faz o quarteirão da capela e das escolas, e representa uma linha divisória entre esse quarteirão e a praça,

e) a Alameda Pirajuí, cortando longitudinalmente o núcleo, corre paralela à Avenida São Paulo e Alameda Três Lagoas até alcançar a Alameda Corumbá (suas únicas longitudinais),

f) a Alameda Três Lagoas ligando a Avenida Elias Miguel Maluf até sua intersecção com a Alameda Corumbá, representa o leito mais distante (no sentido da entrada no núcleo) compondo limite com a Vila Industrial,

g) a Avenida São Paulo liga a Rua de Acesso até o limite em que a Alameda Ponta Porã e Alameda Corumbá se fundem,

h) a Alameda Malan liga longitudinalmente a Avenida Joaquim C. Mattos à Alameda Três Lagoas,

6°) A malha dessas interconexões contém incrustadas três praças distribuídas de maneira a compor não só a área verde, mas também dar ao todo mais equilíbrio pelas distâncias que cobrem. Observando-se o mapa cartográfico, tem-se:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

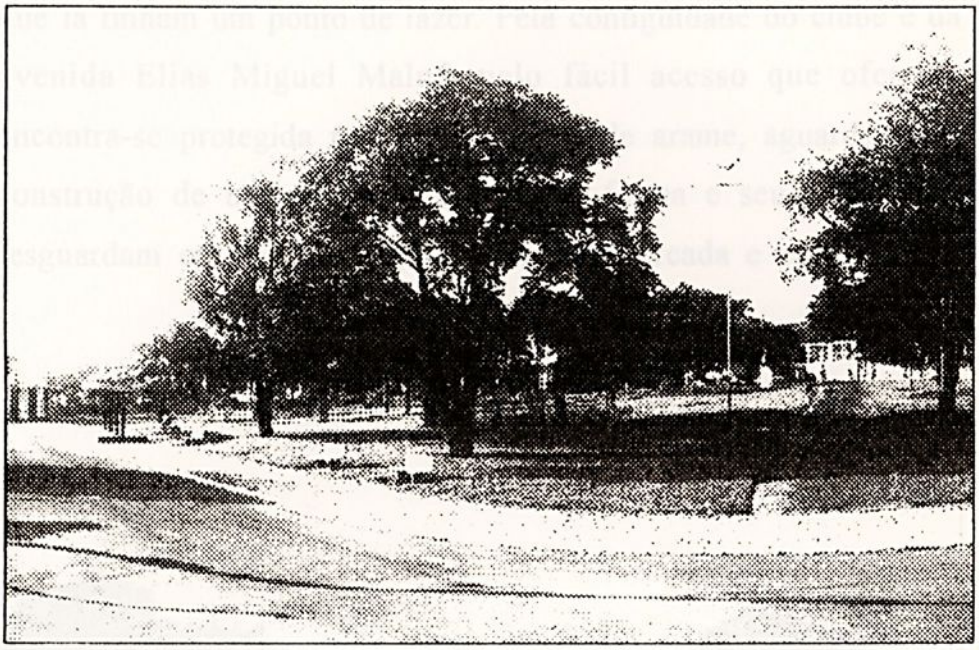


Figura 4: Praça de São Pedro - Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

a) A Praça de São Pedro (Figura 4) com 3.600 m², forma três grandes triângulos com as bases voltadas para a Alameda Campo Grande. Com sua base de chão batido e forrado de grama, possui uma arborização rarefeita diagramada por 26 árvores, a maioria plantada recentemente, incluindo um pau-brasil. Tal rarefação coloca a impressão de uma ''ágora'' que não permite nenhum recanto ''fechado'' aos bancos que a servem. Localizada à frente da Capela de São Pedro, seus caminhos internos cortam-na de modo a dar trânsito de acesso à suas lateralidades o que significa excelente mobilidade, até em função de sua presente volumetria ser fiel ao passado.

b) A Praça II - com seus 2.220 m² - encontra-se localizada sobre o triângulo verde da Caixa D'Água. Hoje, descaracterizada, consta apenas nos mapas da Prefeitura, nos documentos iconográficos,

como pano de fundo de velhas fotos e na memória das famílias que lá tinham um ponto de lazer. Pela contigüidade do clube e da avenida Elias Miguel Maluf, pelo fácil acesso que oferece, encontra-se protegida por uma barreira de arame, aguardando a construção de uma futura creche. Sua forma e seu aspecto se resguardam em sua ex-função: uma área cercada e esquecida.

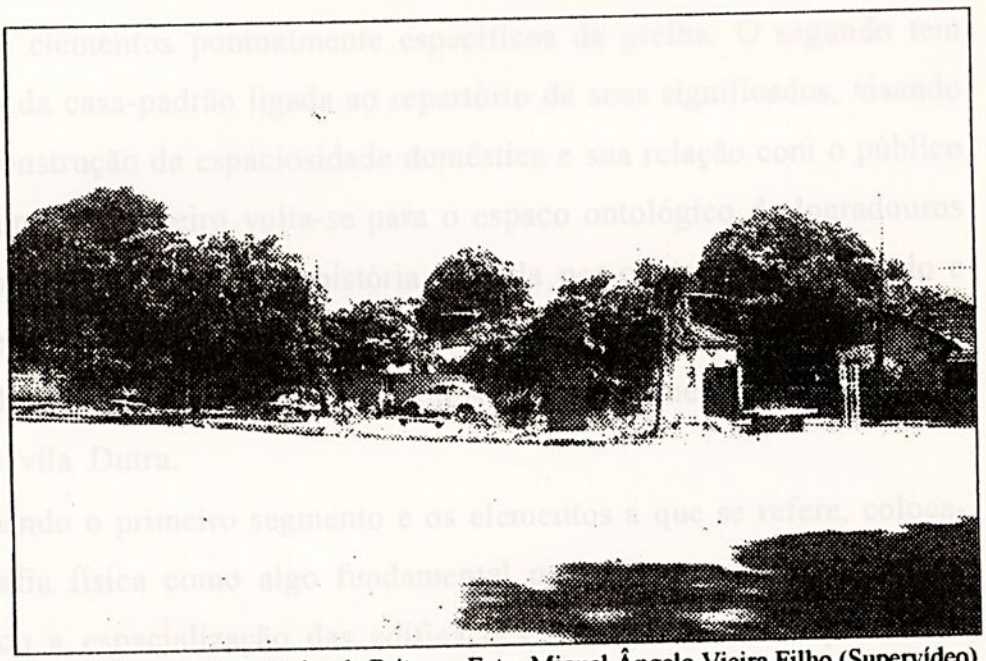


Figura 5: Praça José Leandro de Brito - Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

BIBLIOTECA - UNESP - CAMPUS BAURU

c) A Praça III com sua área de 325 m² forrada de grama exerce a função de um ''delta'' separando as Alamedas Campo Grande e Malan. Ladeada por seis bancos periféricos, com um pequeno obelisco, marca o logotipo da administração anterior e a data de sua inauguração: 24-08-1990, sem qualquer vínculo do pioneirismo de outros equipamentos. A grama alta não a impede de ser um ponto de encontro para crianças e adolescentes que fazem dela um momento de lazer ao cair das tardes em que não chove. Com o nome de ''José Leandro de Brito'' (Figura 5), compõe com o entorno uma das referências da comunidade (vide Anexo IV).

A observação desse conjunto dialético de logradouros e quarteirões, além de suas descrições, deve buscar a transcendência de uma classificação presa a funções da grelha.

Nesse sentido, torna-se inevitável, pois, a evocação do peso radical das Relações Sociais de Produção e seu desmembramento em classes sociais produzidas na divisão social do trabalho de onde emerge sua territorialidade fundida à sua identidade. Assim, o texto abre-se para segmentos que, no conjunto, aprofundam mais o entendimento dessa identidade. O primeiro tem o registro de elementos pontualmente específicos da grelha. O segundo tem a morfologia da casa-padrão ligada ao repertório de seus significados, visando entender a construção da espaciosidade doméstica e sua relação com o público dos logradouros. O terceiro volta-se para o espaço ontológico de logradouros como referências que marcam a história da Vila por conta de seu passado e seu presente. O quarto, incumbe-se da identidade da Vila, ampliada através de um paralelo entre os dois assentamentos que constituem a totalidade do território da vila Dutra.

Tomando o primeiro segmento e os elementos a que se refere, coloca-se a topografia física como algo fundamental para um arruamento que, por vez, sinalizou a espacialização das edificações residenciais, *"compatíveis à função de morar"*, para usar uma expressão de Santos (1988). E compatíveis às edificações públicas e equipamentos como placas de sinalização e telefones, responsáveis por uma redundância urbana, mas que, processados no histórico patrimônio da NOB não conseguem anular o passado. Parafraseando Canevacci (1993), Curuçá se oferece como comunicação desse passado numa viagem com o sentido de alteridade. Dessa herança, a grelha se apresentou tecnicamente útil à adaptação do segundo assentamento, por ser despida de qualquer obstáculo ou sofisticação. Ainda dessa herança resultam terrenos retangulares - ou que podem chegar a tal - significativos com relação a outras formas geométricas, no sentido de uma potencialidade capaz de flexibilidade para as reformas que venham a ocorrer; segundo orientação de Santos (1985), a respeito

dessa geometria. A topografia, como fundamento, torna-se secundária face à determinação histórica desse assentamento. Por essa mesma determinação, o que é relevante não é esse caráter geomorfológico, mas a alteridade brotada da luta de classes que a gestou muito distante da cidade com as características de periferia.

Além da topografia e sua influência no traçado e volumetria, o texto elege de sua estética agrário-proletária focos que ampliados resultam importantes como parte da história que os plasmaram, além de comporem o inventário patrimonial da Vila.

- Capela: construída no regime de mutirão em 1969, teve como primeiro padroeiro São José Operário. Por motivos políticos, elegeu-se como segundo padroeiro São Pedro, em homenagem ao então diretor da Estrada Pedro Pedrosian, conforme depoimento de Benedito Nunes de Oliveira, já falecido. Seu estilo despido e colonial, destaca-se como tradição, não só de Vila Dutra, mas também da cidade, carente de memória física (Figura 6).

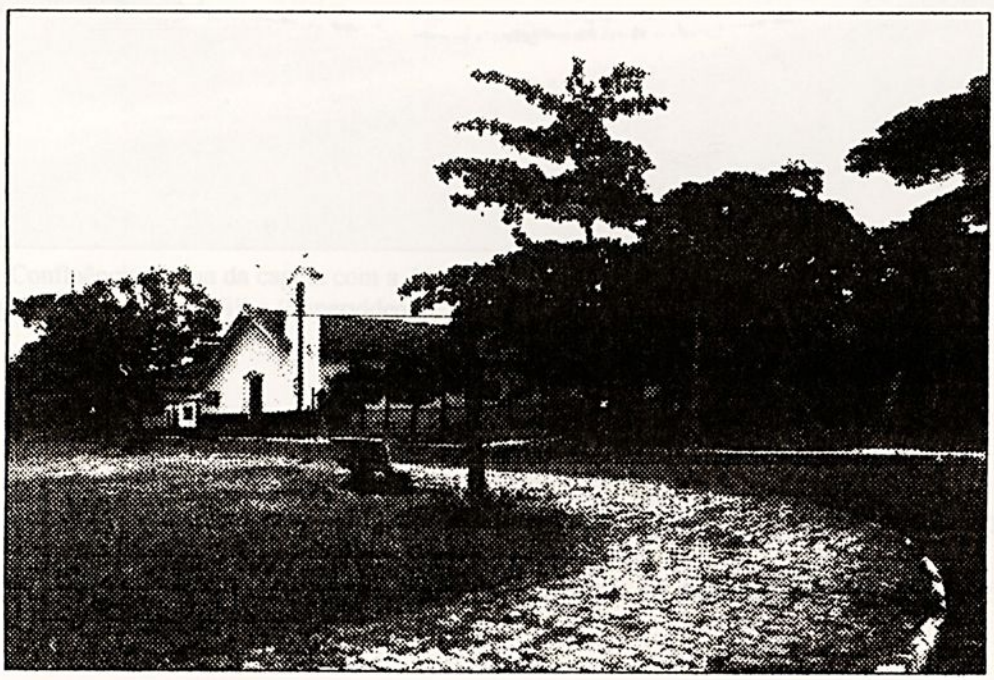


Figura 6: Capela de São Pedro Foto: Luiz Alberto de Oliveira

- A Praça de São Pedro e seu entorno: principalmente sua vizinhança com o logradouro da Campo Grande que, margeando-a concavamente insinua-se e a prende num abraço (Figura 7); igualmente estético o ângulo de visão do cruzamento da Avenida São Paulo e Alameda Campo Grande (com suas reformas já efetuadas).

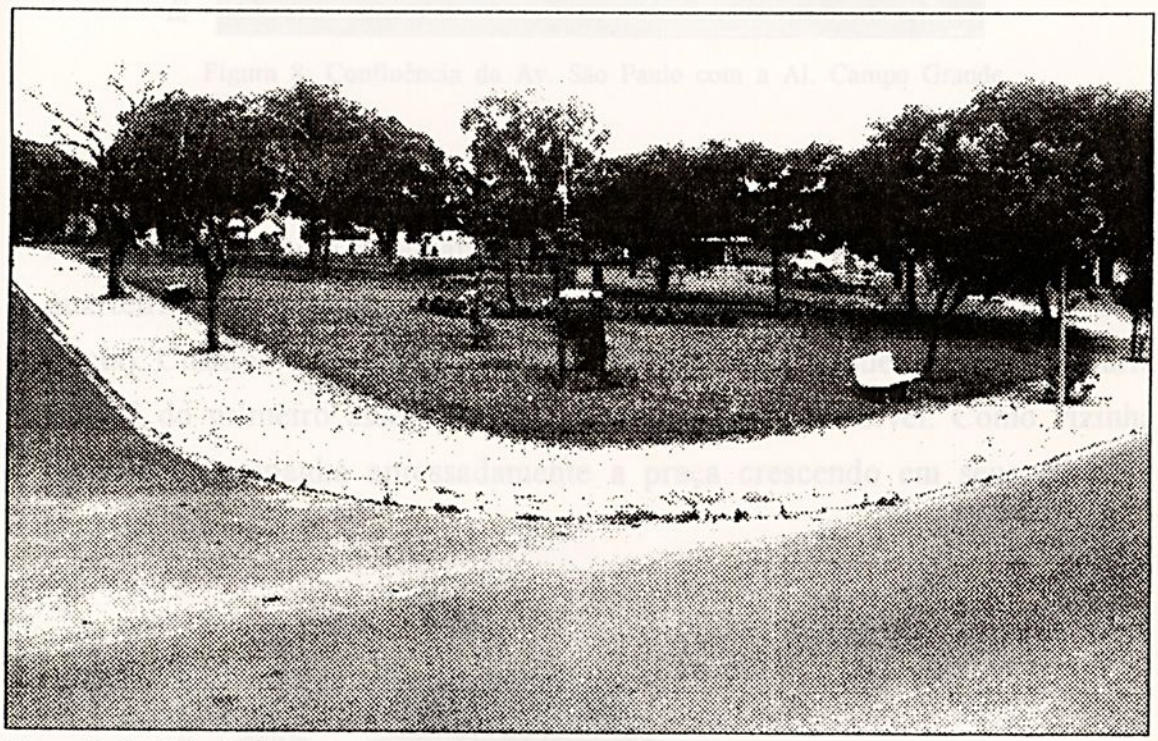


Figura 7: Confluência da rua da capela com a Alameda Campo Grande
Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Ainda nesse cruzamento, a construção de uma farmácia como algo novo, longe da velha memória da praça, a diferença de tempos históricos gera o contraste e chama a atenção (Figura 8).

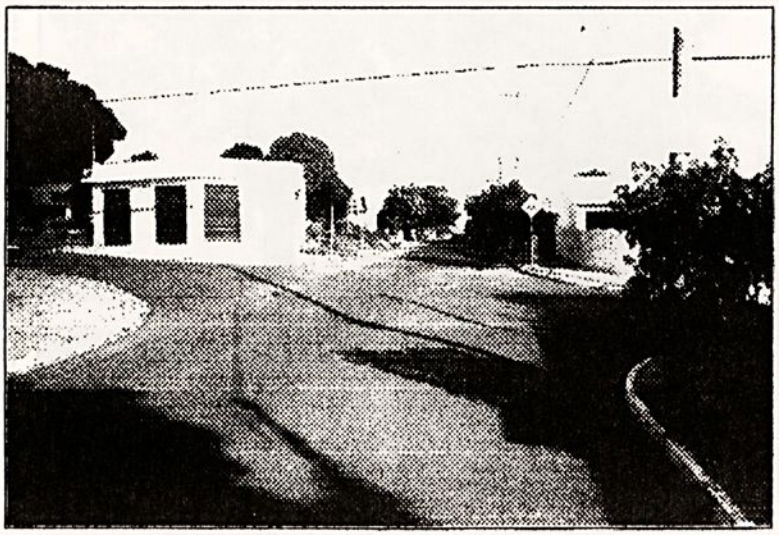


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 8: Confluência da Av. São Paulo com a Al. Campo Grande

- Rua da capela: com o tamanho de um gesto rápido, apresenta-se como um quarteirão servindo à contigüidade de seus edifícios (duas escolas, uma igreja). Chamou a atenção do texto como algo especial que compõe o cenário central do primeiro assentamento e seu local mais sensível. Como vizinha especial, acompanha apressadamente a praça crescendo em seus arbustos (Figura 9).

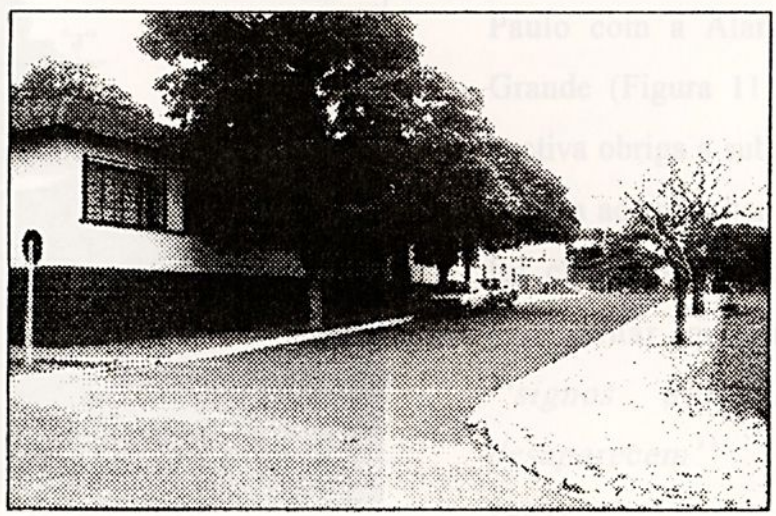


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 9: Rua da capela

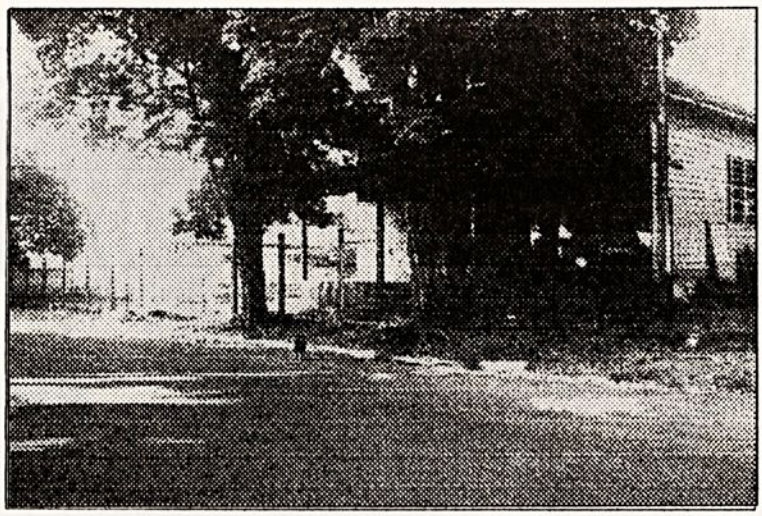


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 10: A velha escola de madeira

- Escola de Madeira: segunda escola da história da Vila, hoje depósito de máquinas, expõe a didática de sua construção em madeira-de-lei, desnuda e abandonada à Alameda Malan (Figura 10). Nela, a Associação de Bairro mantém uma horta comunitária.

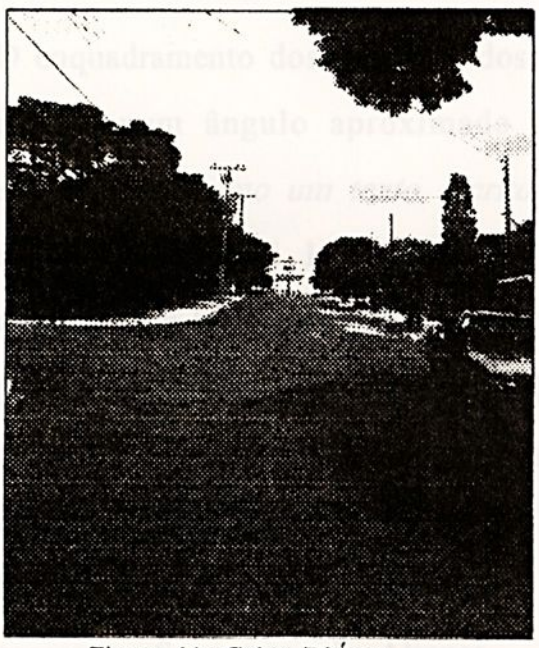


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 11: Caixa D'Água

- A vista da Caixa D'Água: na intersecção da Avenida São Paulo com a Alameda Campo Grande (Figura 11). Essa perspectiva obriga a subjetividade do olhar a acompanhar o aclive que faz chegar. E quanta graça tem esse olhar querendo captar *"signos de mundo que desaparecem"* (Canevacci, 1993).

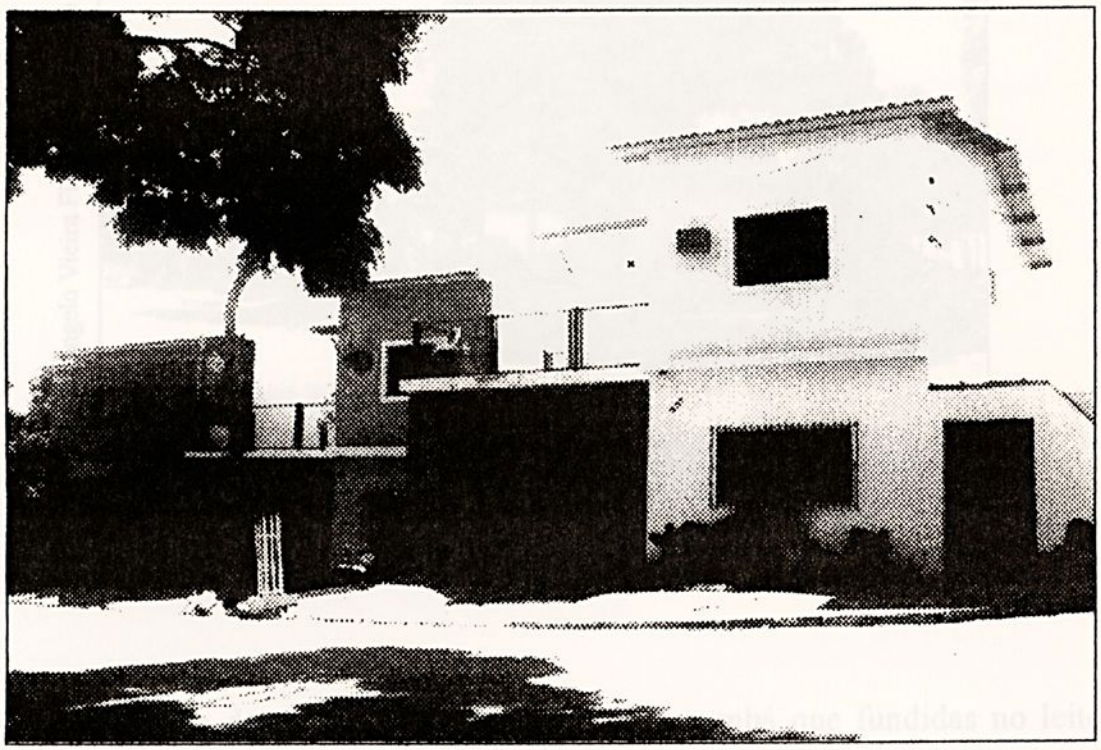


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 12: Signos de mudança. O exemplo dos três sobrados.

- O enquadramento dos três sobrados: mesmo estilo (Figura 12), justapostos à guia num ângulo aproximado de 10°, colocam-se como *"matéria significante, como um texto escrito com a colagem (...) de uma série de signos"* (Canevacci, 1993). Signo de posição econômica (principalmente por estarem num lado mais "abandonado" e "periférico" da Vila, signo de bom gosto e signo de status (Figura 13). Uma matéria significante que, pelo destaque de suas pinturas, projetam-se sobre o abandono econômico da cor amarelo escuro das casas-padrão da Alameda Pirajuí. Tal rua, por sua vez, faz jus ao conceito de Alameda por ser arborizada dos dois lados em seu acesso ao Supermercado Aliança.

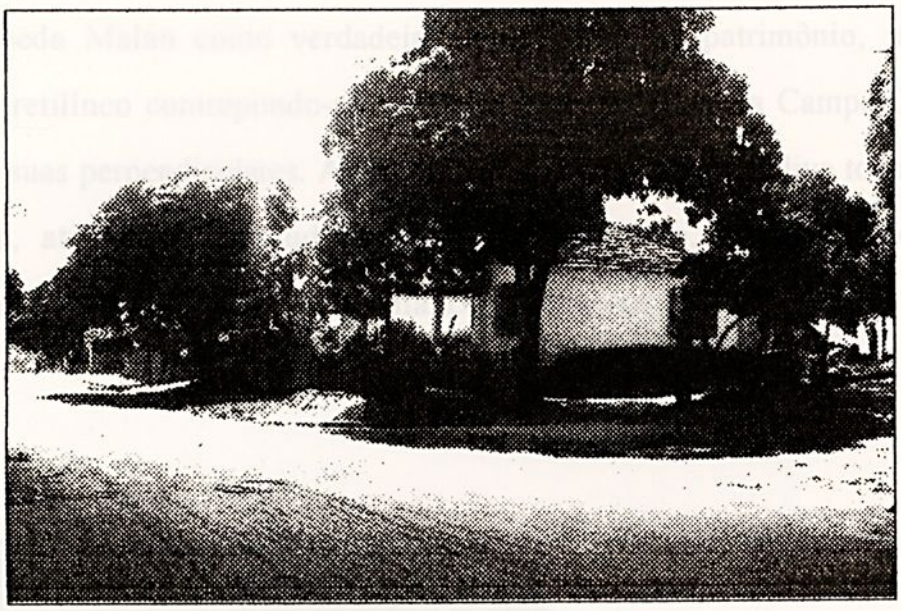


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 13: O lado pobre da Vila.

- A convexidade das Alamedas Ponta Porã e Corumbá que fundidas no leito da Avenida São Paulo, arredondam o perímetro do velho assentamento que, se transformado em notas musicais, comporia num coral o grau barítono (Figura 14).

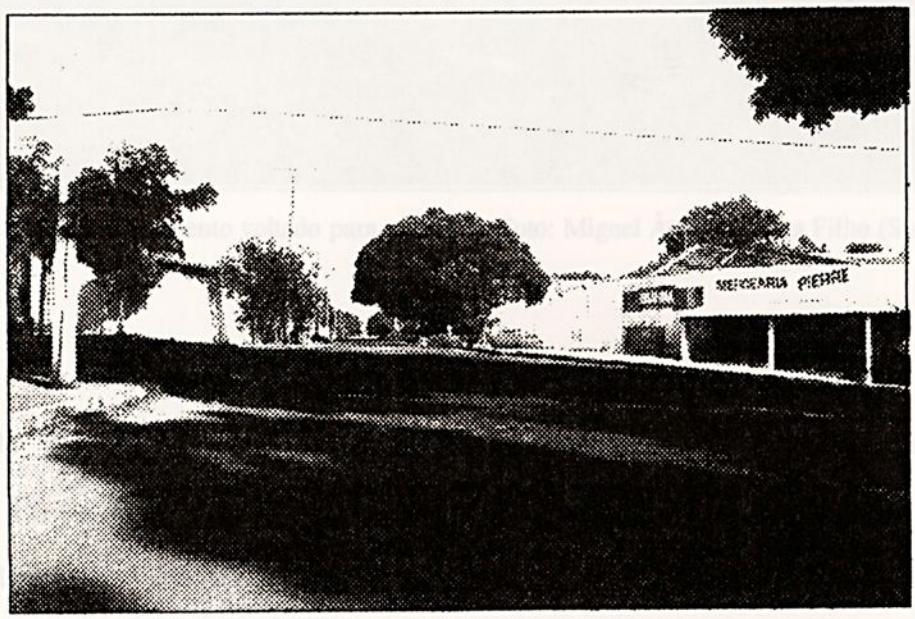


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 14: Intersecção entre as Al. Corumbá e Ponta Porã com a Av. São Paulo.

- A Alameda Malan como verdadeira passarela desse patrimônio, tem seu traçado retilíneo contrapondo-se à convexidade da Alameda Campo Grande, uma de suas perpendiculares. Arborizada e materializando o aclive topográfico da área, atravessa longitudinalmente seu território, conseguindo ser o logradouro principal de toda a Vila Dutra (Figura 15).

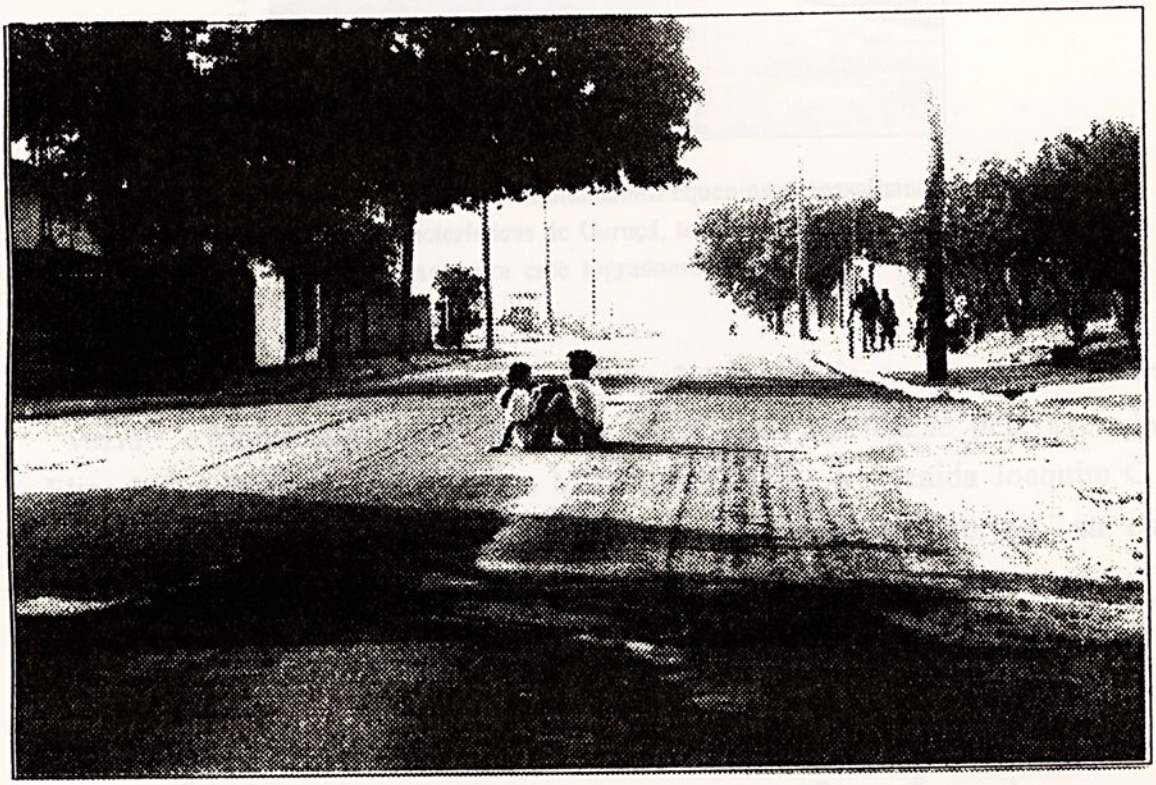


Figura 15: Al. Malan, segmento voltado para o leste - Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

- O corte em diagonal da Alameda Aquidauana, ligando a Alameda Ponta Porã à Praça de S. Pedro, caracteriza-se por não apresentar nenhum lindeiro dos lotes. Isso equivale a colocá-la como limite de quintais, expondo suas intimidades através dos balaústres. Cromaticamente, marca bem forte a

identidade proletária da Vila. Em tamanho, compete com a rua da igreja (Figura 16).

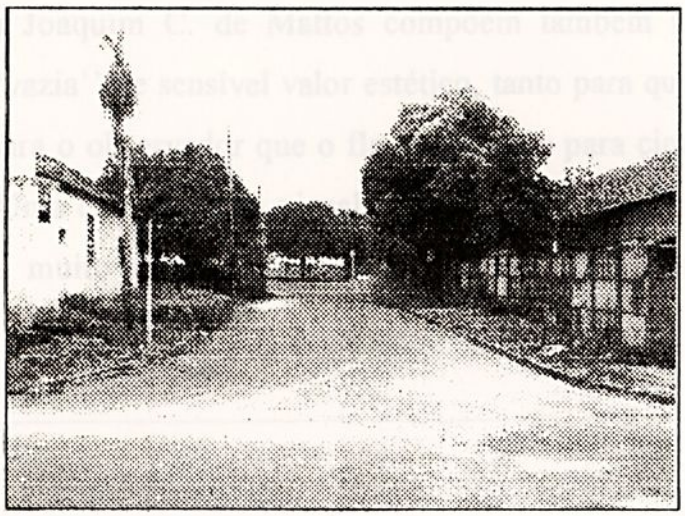
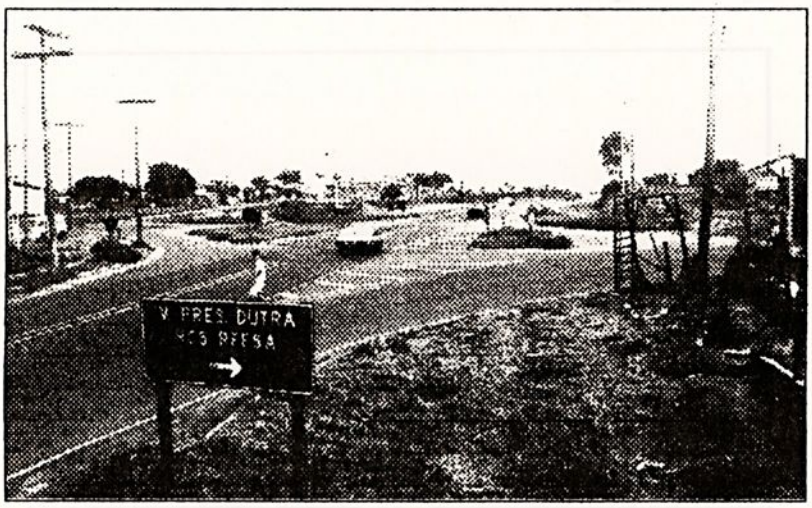


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 16: Alameda Aquidauana.Pequenina e agasalhando uma das características de Curuçá, todas as divisas de seus lotes se voltam para esse logradouro.

- A entrada na Vila, permitindo a percepção visual de uma espaciosidade ''vazia'' e iluminada, tem à esquerda o caminho que segue pela avenida Elias Miguel Maluf em direção a Marília e, à frente a Avenida Joaquim C. de Mattos dando o acesso à Alameda Malan que segue ''comprida'' até os limites dos trilhos da NOB (Figura 17).



Fotografado por Miguel Ângelo Vieira Filho

Figura 17: Intersecção entre a Av. Elias Miguel Maluf e a Av. Joaquim C. de Mattos.

- A vista flagrada de um dos lados da cidade num lote ladeado da Alameda Ponta Porã. A altitude do logradouro da Alameda Ponta Porã, sua vizinhança com a Avenida Joaquim C. de Mattos compõem também um quadro de espaciosidade ''vazia'' de sensível valor estético, tanto para quem o visualiza do alto, como para o observador que o flagra debaixo para cima, alcançando as residências. Uma comunicação visual que fornece seu próprio signo com elementos ainda muito fortes de memória histórica (Figuras 18 e 19).

Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

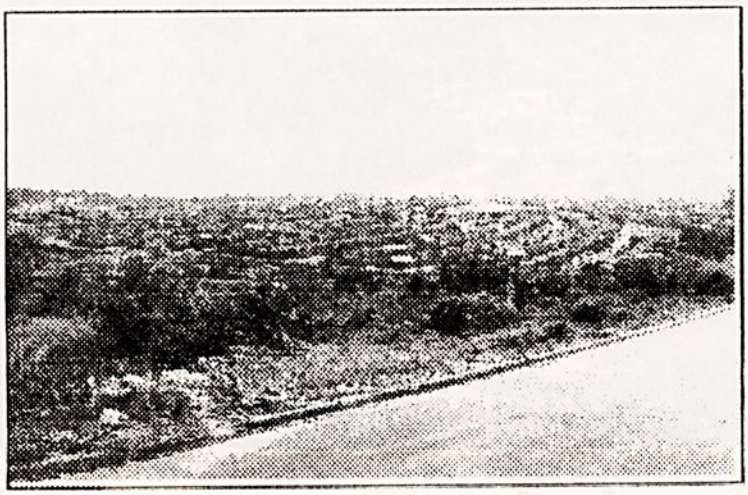


Figura 18: Vista panorâmica da cidade

Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

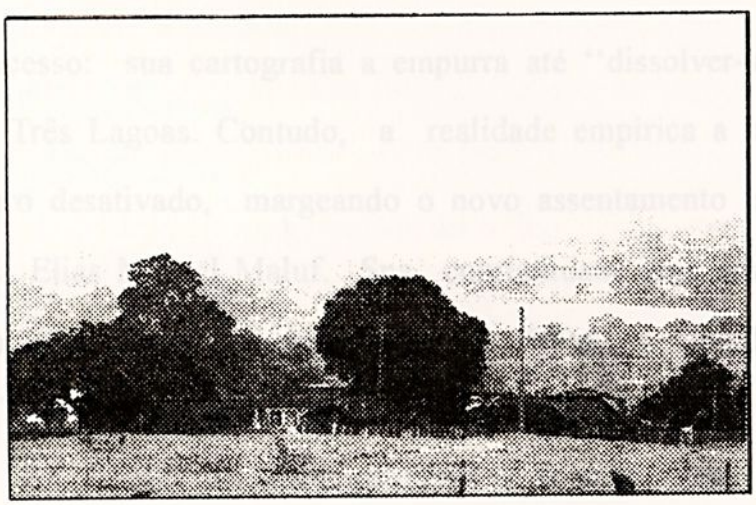


Figura 19: Vista panorâmica da cidade



Figura 20: Rua de Acesso

Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

- A Rua de Acesso: sua cartografia a empurra até ''dissolver-se'' no leito da Alameda Três Lagoas. Contudo, a realidade empírica a coloca como um logradouro desativado, margeando o novo assentamento e separando-o da Avenida Elias Miguel Maluf. Sua contigüidade com essa avenida a coloca como uma rampa que desaparece nos 600m de altitude do ponto máximo da Vila Dutra correspondente à Caixa D'Água (Figura 20).

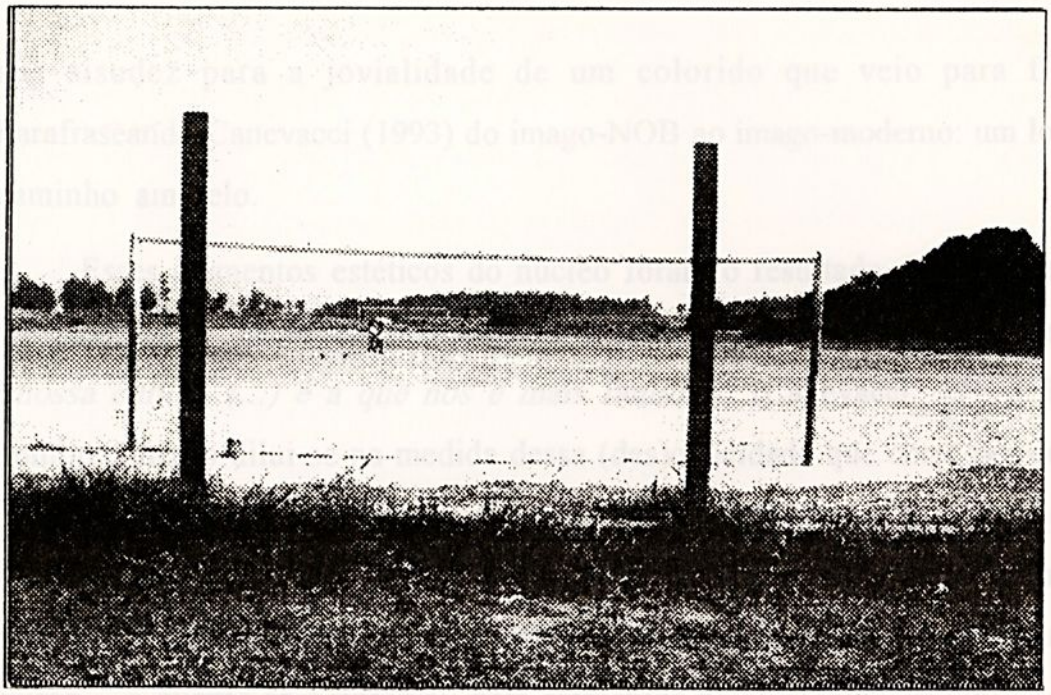


Figura 21: Clube - Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

- A contigüidade da Caixa D'Água e o Clube, cada qual, em si, institui-se como memória dessa história proletária. Tal contigüidade realça mais a presença do outro e, o campo gratifica a percepção de um espaço largo, ''infinitizado'' pelas cores do céu sobre sua área, representando para o núcleo, mais um presente visual de espaciosidade (Figura 21).
- A vista flagrada sobre a passarela que liga o velho núcleo aos lotes do novo assentamento além da Avenida Elias Miguel Maluf - no pico dos 600 m de altitude localizado, meridianamente sobre esse logradouro.
- A cor das casas-padrão: a monocromia do velho núcleo reforça o padrão arquitetônico agrário-proletário. Curuçá, sempre amarelo escuro, oferece-se ao texto como matéria significante, equivalência da história que o forjou. Nesse sentido, marca-se a coexistência dessa monocromia e a policromia das construções e reformas, cujo paralelo contribui para a ratificação de ambas e, obviamente um dado específico do núcleo. Assim, a Vila sai de

sua sisudez para a jovialidade de um colorido que veio para ficar. Parafraseando Canevacci (1993) do imago-NOB ao imago-moderno: um longo caminho amarelo.

Esses elementos estéticos do núcleo foram o resultado da experiência de estranhamento da familiaridade que a cultura gesta. *''A coisa mais opaca de nossa cultura (...) é a que nos é mais familiar''* (Canevacci, 1993). Esse ensombrecimento dilui-se na medida dessa (des)opacidade que corre por conta da ''observação observadora''. Essas palavras de Canevacci (1993) implicam a idéia de uma ação que *''observa a si própria como sujeito que observa o contexto''*. É meta-observação que reflete a preocupação de se comunicar ao máximo -, o quanto se é possível, com elementos de cuja somatória brota com força a identidade desse velho assentamento. *''O visual, torna-se assim o centro polimórfico que deve ser interpretado e o meio da interpretação''* (Canevacci, 1993). O visual como método e como objeto.

Fora da dimensão estética, outras referências constroem o significado da Vila: Bar da Pastora (hoje, Mercearia Pierre), o clube, o antigo grupo escolar Guia Lopes, o Parque Infantil e a horta comunitária. Assim, o bar em sua função comercial abrigou, através de sua antiga e estreita porta, uma das dimensões da história da Vila. Foi o primeiro estabelecimento comercial no gênero e um *''momento de quebra da rotina diária do trabalho e da vida comedida, para desperdiçar, comer, beber e consumir todas as posses''* (Ferrara, 1993). O rompimento de algo, ainda que por um momento; momento em que esse clima tão marcadamente masculino extravasa tensões gerando o riso, o papo sobre o custo de vida e o dia-à-dia ferroviário. Como afirma Santos, os *''cigarros e as bebidas (...) são as mercadorias vendidas ou consumidas neste espaço. O bar é o ponto dos homens. Nele se exercita principalmente o estar junto. Os homens formam pequenos grupos. Fumam, bebem e conversam uns com os outros sobre assuntos pertinentes a vários domínios de seu mundo.*

Futebol, (...) jogos, eventos do cotidiano masculino, constituem os assuntos permanentes, verdadeira ordem-do-dia da conversa de botequim. O trabalho também faz parte dele. Com a bebida, consomem o 'tira-gosto' '' (Santos, 1985). O Bar da Pastora, torna-se pois, por seu pioneirismo, a referência masculina de Curuçá. Como guardião de sua história, tem-se nele um pouco de seu estilo de vida, embora fisicamente pertença à jurisdição da Vila Industrial, porque o lindeiro de seu lote o enquadra na esquina da Alameda Corumbá e Avenida São Paulo, socialmente ele contribui para o constructo de sua cultura (Figura 22).

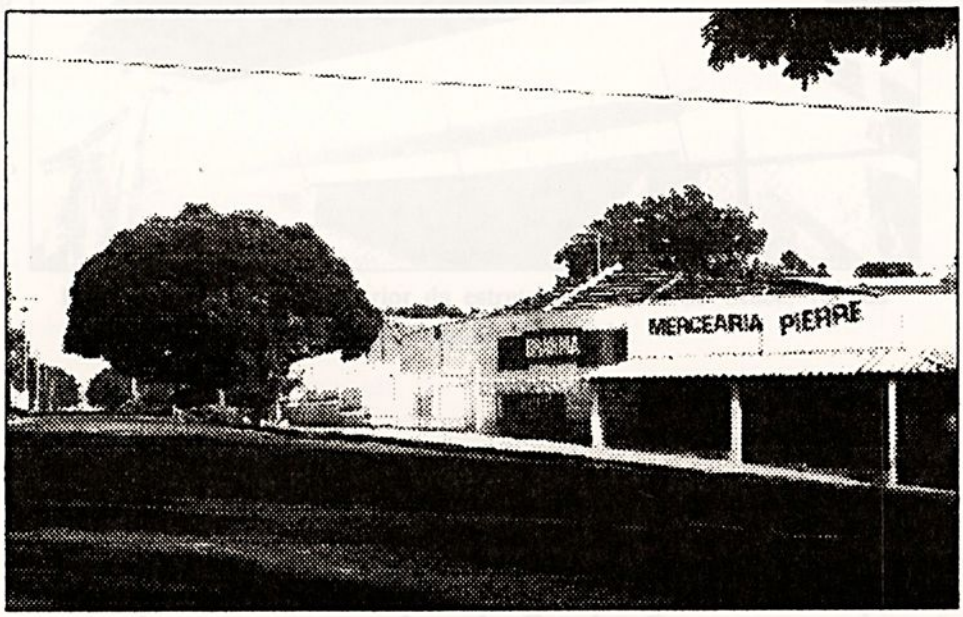


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 22: Mercearia Pierre (antigo Bar da Pastora)

Clube: com seu lindeiro voltado para a Avenida São Paulo, à direita, tem como limite 10 lotes. À esquerda faz limite com o segmento da Rua de Acesso. Isso significa que, de suas dependências torna-se possível visualizar o leito da Avenida Elias Miguel Maluf. Com suas estruturas de ferro, serviu

ao lazer da Vila com suas quadras de basquete e futebol. Hoje sucateado, subsistiu em função das peladas, suas competições e como local de comemoração das festas de Primeiro de Maio (Figura 23).

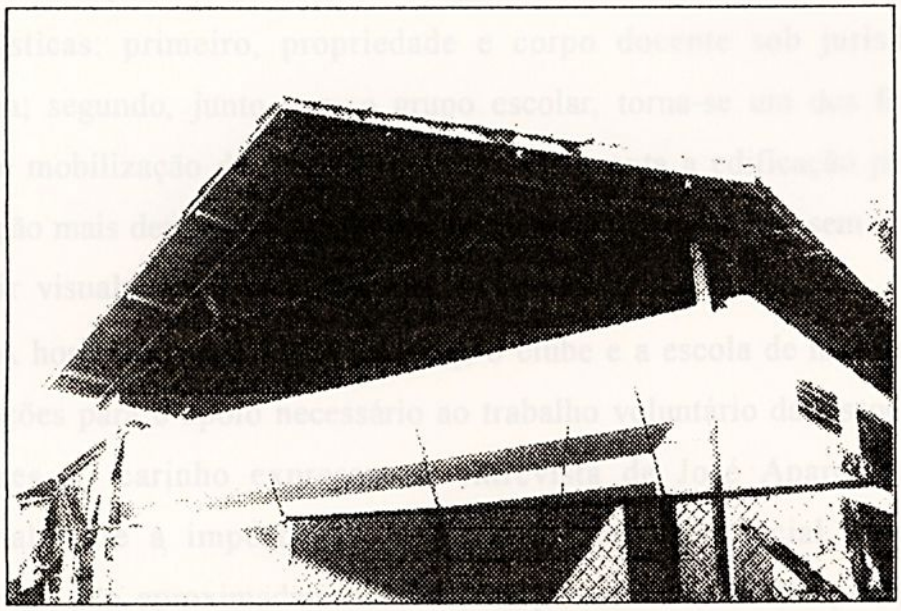


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 23: Segmento superior da estrutura de ferro do Clube, voltada para a Avenida São Paulo.

O Grupo Escolar de 1° grau Guia Lopes, propriedade da Prefeitura, tem seu corpo docente remunerado pelo Estado. Ocupa na escala o terceiro lugar de duas escolas que o antecederam: primeiro, a que funcionava numa das casas-padrão da Alameda Ponta Porã; a segunda, de madeira passou a funcionar no que hoje é Oficina de Aprendizagem (nome designativo da planta). As salas são ocupadas nos três períodos do dia, durante o ano letivo. À noite, recebe estudantes de fora, procedentes de localidades vizinhas como Leão XIII, Santa Cândida e Bauru XVI. Contudo, a presença deste edifício público no texto se deve à história de seu passado, ao papel da ideologia na seiva da

educação e ao investimento que representa nos filhos dos operários como futura mão-de-obra da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Isso porque a gênese e a circulação das idéias ficam sob a jurisdição e controle do poder hegemônico subjacente às instituições como família e escola, por exemplo.

Vizinho desse grupo, e separado dele pelo prédio da Capela de São Pedro, o Parque Infantil Eime Jaty Gorreta marca-se nas seguintes características: primeiro, propriedade e corpo docente sob jurisdição da Prefeitura; segundo, junto com o grupo escolar, torna-se um dos fatores de energia e mobilização de Curuçá; terceiro, representa a edificação pública de arborização mais densa, compondo esteticamente a ele e à praça, sem no entanto confundir visualmente os limites que os separam.

A horta comunitária (Figura 24), o clube e a escola de madeira, unem suas funções para o apoio necessário ao trabalho voluntário da Associação de Moradores. O carinho expresso na entrevista de José Aparecido marca emocionalmente a importância dessa atividade assistencial. Segundo o depoimento, são aproximadamente 15 crianças carentes da Vila, somadas às 65 procedentes de localidades vizinhas - Leão XIII, Santa Cândida, Parque Real e Industrial III. Esse projeto da prefeitura tem seus horários conectados aos horários das aulas. Assim,

1°) para quem trabalha cedo é servido o café da manhã, com leite e pão; cumpridas as tarefas, tem direito ao banho e almoço: a tarde é reservada aos estudos,

2°) quem estuda cedo, cumprido o horário das aulas, tem direito ao almoço: a tarde é reservada ao trabalho. Neste turno, a volta para casa tem à disposição um banho,

3°) a alimentação fornecida pela Prefeitura é favorecida por trabalho voluntário,

4°) a manutenção de todo o esquema é responsabilidade da Associação.

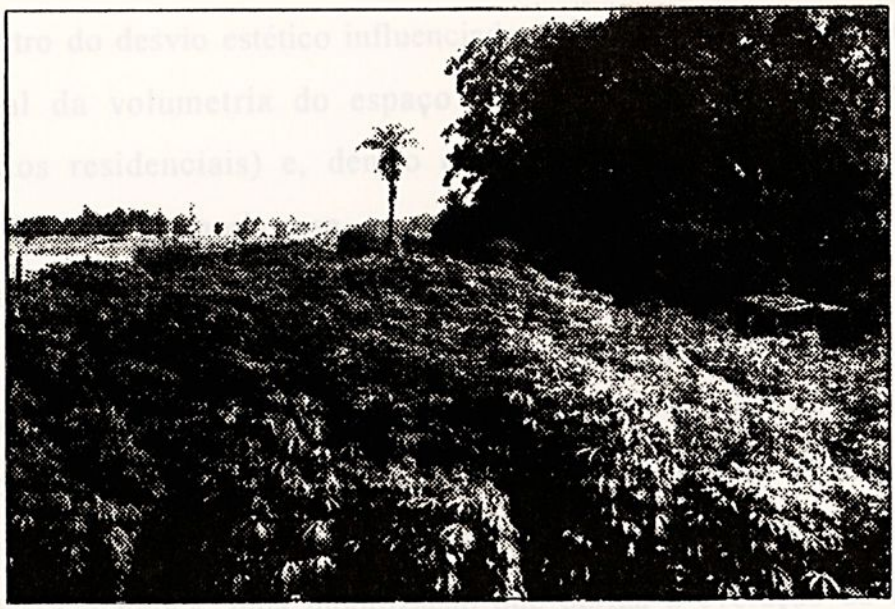


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 24: Horta Comunitária

O cultivo do texto para com a grelha viária, os elementos estéticos da Vila, eleição de equipamentos se deve à intenção de um caminho paulatino da identidade de Curuçá. Daí justificar-se o desvio para Brandão (1986) valendo-se de uma citação de Lévi-Strauss onde registra essa categoria *"como tipo de foco virtual ao qual nos é indispensável referir para explicar um certo número de coisas. O diferente é o outro e o reconhecimento da diferença é a consciência de alteridade"*.

Dessa contribuição, entende-se Curuçá como uma alteridade emersa de seu *locus* social e cultural, brotado de uma história singular, na história da cidade. E, muito menos, uma identidade original: primeiro, por conta de seus códigos e símbolos terem a similaridade de outros assentamentos (entendidos como uma área diferenciada, afixada pelo Estado, cuja territorialidade é construída pelos trabalhadores); por conta, também, de seu processo de transformação colocá-la na mesmice de uma globalização, simultaneamente contemporânea.

Dentro do desvio estético influenciado pela topografia como um dado fundamental da volumetria do espaço (inclusive pela firmeza de seus equipamentos residenciais) e, dentro da singularidade da Vila, torna-se necessário firmar a categoria casa, como variável principal de sua identidade.

Esse equipamento tem uma longa trajetória e traz, em sua bagagem, a questão de que, nas relações de classe, a casa do operário está ligada às transformações de uma conjuntura significativa, fator de grandes mobilizações. O exemplo disso é o projeto da NOB. Como empresa, tem as características de algo que se chama processo de urbanização, a quem serve e dela é servido, gerando, nessa dialética, uma mobilização que obriga a evolução do urbano que, por vez, atrai a migração interna e externa, ambas representando a mão-de-obra necessária a essa conjuntura.

A presença desse contingente gera, na urbanização, o déficit de moradias, ligado à insuficiência de equipamentos para assistir essa demanda. A partir daí, a concentração periférica torna-se o devir de idéias políticas que podem colocar em risco os interesses hegemônicos. Tenha a designação que tiver, quaisquer planos de assentamento passam por essa nevralgia. Nesse sentido, a NOB, sem caráter de exceção, trata de "assistir" seus trabalhadores e "favorecê-los". Curuçá e suas casas-padrão marcam essa história particular de habitar, símbolo de uma temporalidade cultural.

Assim, a estratégia de homogeneidade arquitetônica e monocromática afirma um conteúdo histórico de atrelamento e domínio, colocado de maneira eficaz a serviço de interesses alienígenas. Nessa perspectiva e, ao mesmo tempo que o padrão materializa uma identidade comum do grupo social, torna-se fator de socialização das subjetividades, na pretensão de um domínio total.

Tal estratégia arquitetônico-monocromática caracteriza, para Lemos, (1976) um *"quadro técnico (...) conforme as disponibilidades sempre tão mesquinhas e os desejos, quase sempre políticos, de se fazer o máximo com*

o mínimo de verbas", um contraste com a exuberância da modernização em processo. Nessa especificidade, Lemos prende-se a saber o que distingue esse tipo de arquitetura; a resposta que se tem é para o critério não de tamanho, mas de espaço arquitetônico, comprimindo o cotidiano em suas *"funções de habitação"*. Já Svensson (1988) entende a casa-padrão e a seiva de sua identidade como algo não beneficiado pela praxis da arquitetura, dando assim lugar a formas de caráter populista. Esse caráter de soluções paliativas acabam por desenergizar a força material-espiritual dos trabalhadores, sorvendo sua energia no paternalismo que a determina (Figura 25).

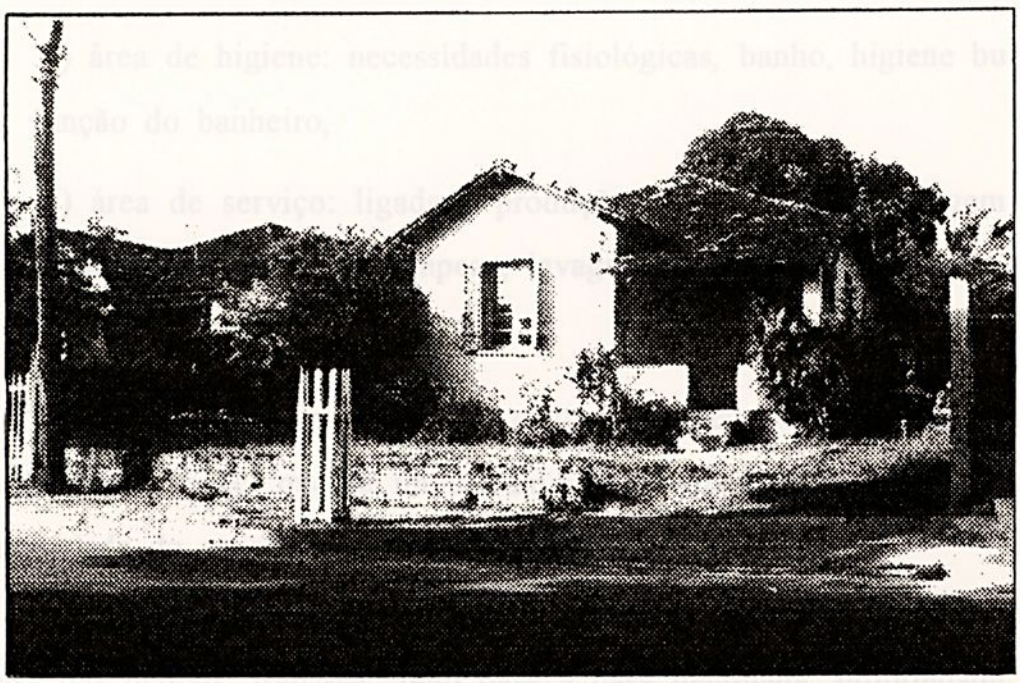


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 25: Casa-padrão original

Isto posto, o texto segue com a descrição interna desse padrão que coordena a inter-relação de suas áreas básicas. Começando pelo corredor, como centro irradiador de acesso aos quartos e à cozinha, através da qual se alcança

o quintal, fecha-se, assim, a espaciosidade da casa. Por vez, seu exterior e sua contigüidade com o logradouro, compõem outro aspecto da identidade da Vila. A relação dessas áreas básicas deve deixar claro que suas características não se constituem exclusividade, não fosse o contexto próprio da história do seu assentamento. Em separado, as áreas seqüenciam-se em:

1°) área de estar: ligada à comunicação, TV, Lazer: função da sala de visita,

2°) área de repouso: reservada ao descanso noturno de reposição das energias, convalescença, sexualidade do casal, estocagem de roupa: função dos quartos,

3°) área de higiene: necessidades fisiológicas, banho, higiene bucal: função do banheiro,

4°) área de serviço: ligada à produção de refeições, estocagem de alimentos, produtos de limpeza, lavagem da utensilagem: função de cozinha da copa.

Esses itens, sob a orientação de Lemos (1976), encontram-se encolhidos na exigüidade do espaço que lhe impuseram e possibilitam visualizar e entender a organicidade do espaço e do cotidiano da Vila.

Levando-se em conta que aquele que visse uma casa teria visto a estrutura das demais, toma-se como base a casa geminada, propriedade do casal Nelsindo Silva e Ilgmes Correa Souza Silva, sito à Alameda Campo Grande 3-52, com apenas dois quartos. Tem-se:

1°) Um padrão que não leva em conta as questões do clima de uma cidade tropical como Bauru. A extensão do lote com 30,00 m x 12,13m

apresentando uma área de 353,10 m², apresenta apenas 58,24 m² de área construída, representando apenas 16% do terreno. Nota-se, pois, que a espaciosidade interna da casa fica comprimida em seu corpo, não correspondendo à sua espaciosidade externa (vide Anexo XII). Isso se deve ao fato, já explicado alhures, de que o critério não só do assentamento em si, mas suas edificações, remetem a um projeto alienado dos trabalhadores.

Segue-se a casa individualizada, propriedade do casal Geraldina Bento Robotão e Benedito Robotão, situada à mesma alameda. Com três quartos, marca a única diferença permitida quando do assentamento da Vila (Figura 26, vide também Anexo XII).

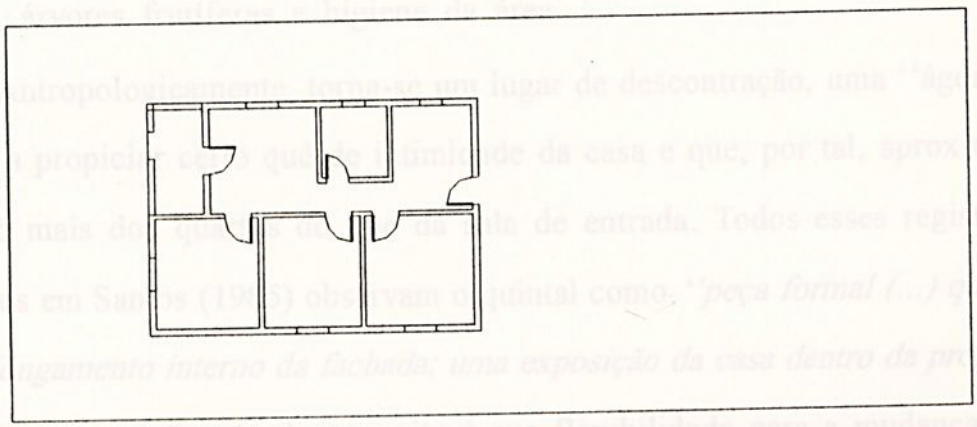


Figura 26: Planta da casa-padrão original Fonte: Prefeitura Municipal de Bauru, SP

2°) A perpendicularidade do edifício em relação à calçada, coloca o corpo da casa como mediador entre a testada do lote e suas divisas, a agasalhar um quintal de extensão considerável, inclusive, se for levado em conta o uso do espaço do novo assentamento.

3°) A incidência em alguns graus de declive, do leito da rua para a área interna da testada corre por conta não só da topografia, mas em decorrência da história do arruamento feito pelos serviços empíricos de carroças, segundo o testemunho de colegas do primeiro proprietário. Nesse fato está também justificada a facilidade de se ver a cobertura de quatro águas do telhado, encimando uma altura de 2,70 m.

Os atributos morfológicos de Curuçá, já tantas vezes referidos, refletem não só a memória física de sua história, mas também atividades e usos do espaço enquanto códigos reforçadores de práticas sociais *"amaciadas pelo uso"*, para usar uma expressão de Tuan (1983). Esse uso amaciado começa a aparecer através do quintal que acopla funções de lazer das crianças, afazeres domésticos externos como lavagem e secagem das roupas, criação de galinhas, cães, plantas de vaso, árvores frutíferas e higiene da área.

Antropologicamente, torna-se um lugar de descontração, uma "ágora" fechada a propiciar certo quê de intimidade da casa e que, por tal, aproxima-se muito mais dos quartos do que da sala de entrada. Todos esses registros inspirados em Santos (1985) observam o quintal como *"peça formal (...) quase um prolongamento interno da fachada; uma exposição da casa dentro da própria casa"*. Uma outra função diz respeito à sua flexibilidade para a mudança de cenário em dias de comemorações ou reuniões informais: passa a ser o reduto do preparo dos alimentos substituindo a cozinha e, simultaneamente a função de sala para os parentes, amigos em geral e os mais chegados.

Conforme a opção, esse costume varia: Ilgmes C. S. Silva deixa claro *"nada de vizinhos, só parente mesmo"*; o depoimento de Maria Pastora de Lima afirma que *"os cumprimentos de aniversário eram recebidos*

espontaneamente'' referindo-se a um tempo de vivência celebrada mais coletivamente. Essa intimidade traz a marca do encontro, da hospitalidade, da solidariedade num clima de lazer. Contudo, certos quintais da Vila, em razão de sua posição e a relação que mantém com a rua, se diferenciam um pouco. Caso típico das casas que expõem a lateralidade de seus quintais, de ambos os lados na Alameda Aquidauana. Outros logradouros os expõe através dos balaústres caídos à frente da casa ou reformas na espera dos muros e portões.

Referência especial nos quintais corre por conta da tradição dos ''puxadinhos'' de madeira que, inclinando-se da porta da cozinha em direção ao fundo e, com aberturas laterais, fazem cobertura ao tanque. Essa herança não marca mais presença nas reformas e novas construções.

Quanto aos detalhes, em Santos (1985), a função das janelas se sobressai na variedade de significados que a conteudizam.

> *''As mulheres, dedicam-se à observação do que se passa, registrando toda a gama de comportamento e atividades. São espectadoras mas estão também envolvidas com o espetáculo, podendo, ocasionalmente assumir papéis dentro dele (...). Das janelas controlam as situações de perigo, os conflitos ou os comportamentos desapropriados que sancionam, emitindo ordens, avisos ou reprimendas. As intervenções têm a virtude de suscitar uma modalidade de discursos marcadamente domésticos''* (Santos, 1985).

Este excerto faz jus na medida em que consegue ressaltar o que não se faz em Curuçá. Nesse mister, a Vila tem suas janelas em venezianas, quase

todas laterais, à exceção dos quartos contíguos à área de entrada da residência (Figuras 27 e 28). Em outras palavras, há somente um quarto cuja janela encontra-se voltada para o lindeiro do lote (Figura 29).

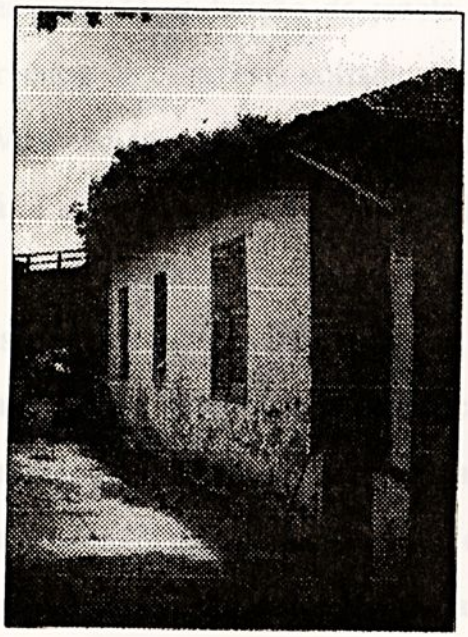


Foto: Luiz Alberto de Oliveira

Figura 27: Vista lateral da casa-padrão



Foto: Luiz Alberto de Oliveira

Figura 28: Vista lateral da casa-padrão

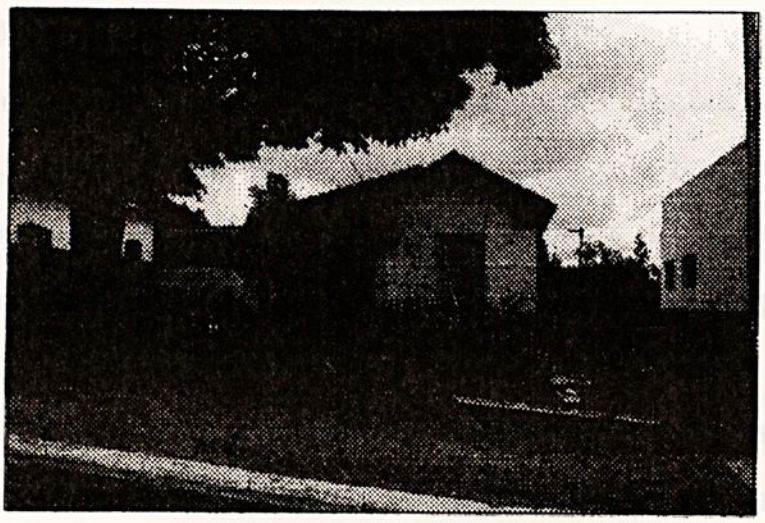


Foto: Luiz Alberto de Oliveira

Figura 29: Vista frontal da antiga casa nº 2

Essas características somadas ao trabalho feminino, seqüestrando a mulher e jogando-a em dupla jornada de trabalho, mais o império do cansaço, de outros papéis pertinentes e da presença da televisão, são os elementos responsáveis pela inexistência da prática citada em Santos.

Levando-se em conta, porém, os aspectos antropológicos da comunicação, a função da janela, além de suas características físicas para a serventia da casa, está voltada para o ato de olhar e ser olhado. Nesse sentido, a Vila não escapa à regra: o contato fugidio na prática da arrumação e higiene diária da casa, facilita a integração do espaço privado e público em virtude da pouca distância que separa os logradouros das respectivas janelas, acrescendo a isso, grosso modo, a ausência de muros altos. Esse espontâneo contato coloca alamedas e avenida em interação com as janelas através dos olhares, cumprimentos ou outra observação qualquer. Um ato simples, que, na construção de um momento, faz o cotidiano participativo. Essa prática cultural, hoje fugidia ganha força nas palavras de Ilgmes C. S. Silva *"hoje não tem isso não (...) eles ficam só no portão e, assim mesmo esse lado de cá"* correspondendo ao costume de algumas residências na altura da Alameda Três Lagoas, cujas casas, apresentam-se sem reforma alguma e onde as intervenções domésticas são mais atuantes, através do portão.

Essa observação constata que um paralelo das funções da porta e da janela coloca, sensivelmente, a primeira mais usada pela função que exerce. Essa função cruzada à função dos bancos de madeira, contíguos à cerca de balaústre tinha, neles, um fator que energizava mais a função da porta (Figura 30). Isto porque, pela tradição brasileira, os fins de tarde eram circunscritos entre a porta e a guia virtual da calçada, quando, então, formava-se entre a porta e a cerca uma área de transição para o acesso ao banco que se transformava, por vez, área de encontro dos adultos e os logradouros, em área

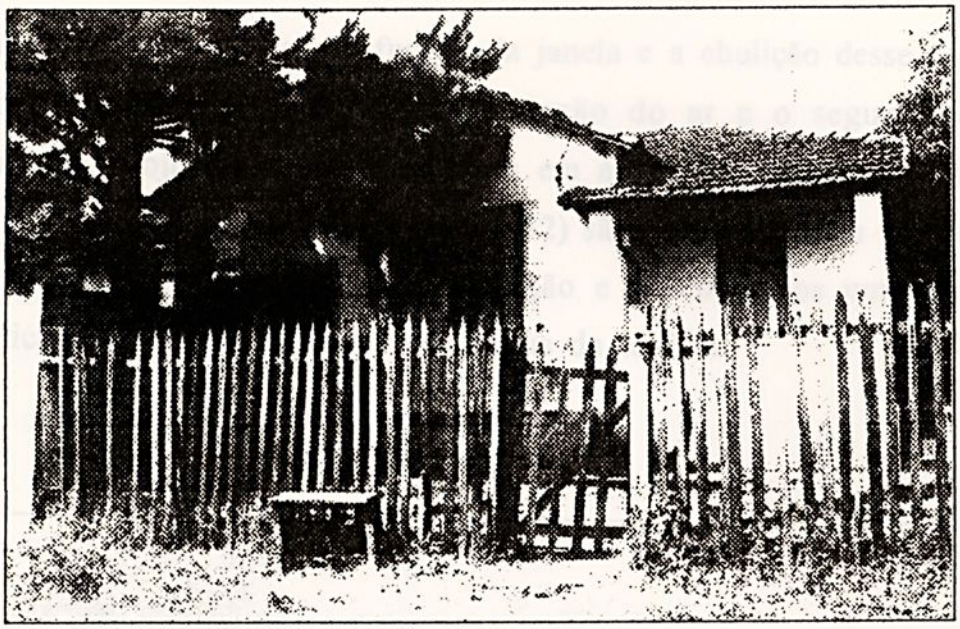


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 30: Banco de madeira: a imagem preservada da casa-padrão e seu tradicional banquinho na companhia da cerca de balaústre. Alameda Três Lagoas.



Foto: Luiz Alberto de Oliveira

Figura 31: Casa-padrão - antiga casa nº 2 da Avenida São Paulo

de lazer para as crianças. É pena que a casa do antigo número 2, na esquina da Avenida São Paulo e Alameda Campo Grande - por ser fiel à estrutura original e ainda com sua cerca e sem sua calçada - apresente-se sem o banquinho que tanta integração fez com essa esquina e a Praça de São Pedro.

Com a chegada da televisão a função da janela e a ebulição desse costume ficaram reduzidos: a primeira à circulação do ar e o segundo quase desaparecido. Hoje, os bancos, presentes em aproximadamente uma dezena deles (inclusive um de concreto - Figura 32) são muito mais um testemunho de um passado que lhe dava essa ebulição e muito menos um utensílio, esporadicamente usado, fora dos programas da telinha.

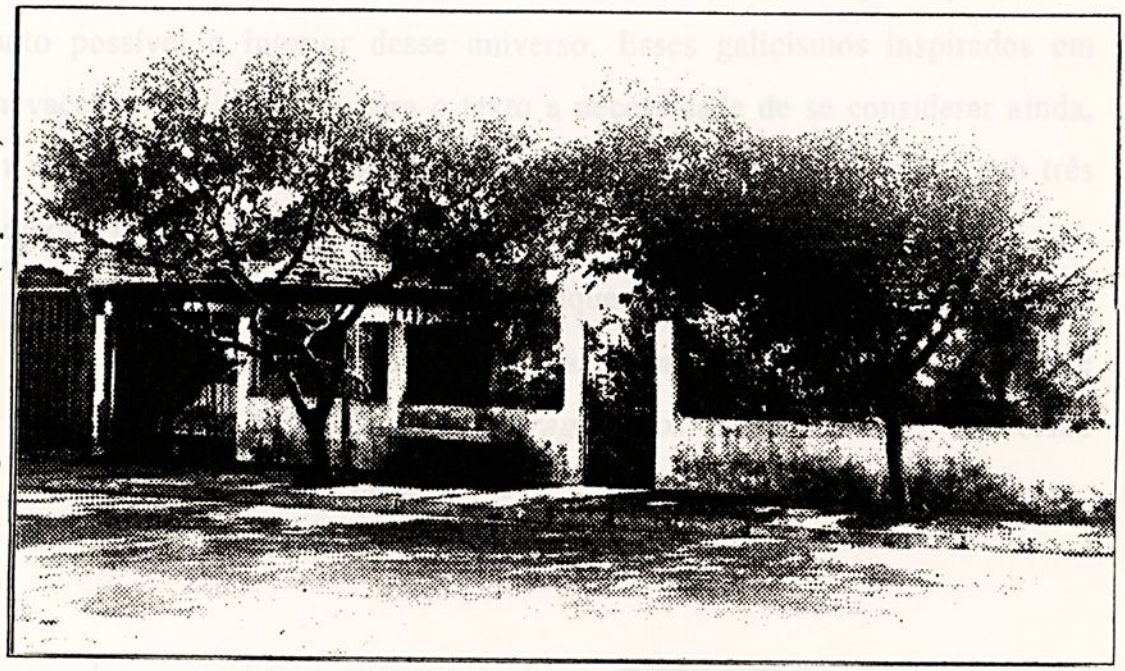


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 32: Banco de concreto

José Aparecido diz *"ainda todas as tardes a gente senta na calçada e olha a praça"*. Essa frase, carregada da poética de Chico Buarque, embebe-se dessa cultura e assiste ao estertor desse costume bucólico, mesmo nas casas de padrão original; as reformas significativas e as novas construções erradicaram-no, até porque a urbanização faria dele outras funções.

Saindo-se do apêndice do banquinho e voltando ao corpo da casa-padrão, tem-se na parte frontal, oposta ao quintal, minúscula área. É formada

originalmente pela parede de sustentação da sala de visita - onde se localiza a porta de entrada, voltada para o logradouro - somada à sustentação da parede do quarto, único voltado para o logradouro (e que no uso da Vila corresponde ao quarto do casal). Uma pequena área completa o retângulo por uma estreita coluna que une o teto a uma mureta com pequena abertura de entrada, sem portão algum.

Um outro modo do núcleo se manifestar corre por conta de se conseguir, muito menos como flâneur e muito mais como voyeur, penetrar o quanto possível o interior desse universo. Esses galicismos inspirados em Canevacci (1993) colocam para o texto a necessidade de se considerar ainda, com relação à categoria casa, uma reorganização visual do espaço, sob três condições ligadas à forma arquitetônica.

1º) Residências sem alteração qualquer (Figura 33) sob razões próprias de cada família, preço da reforma ou prática do inquilinato - o que transforma tais casas em *"fragmentos de memória"*, conforme expressão de Canevacci (1993).

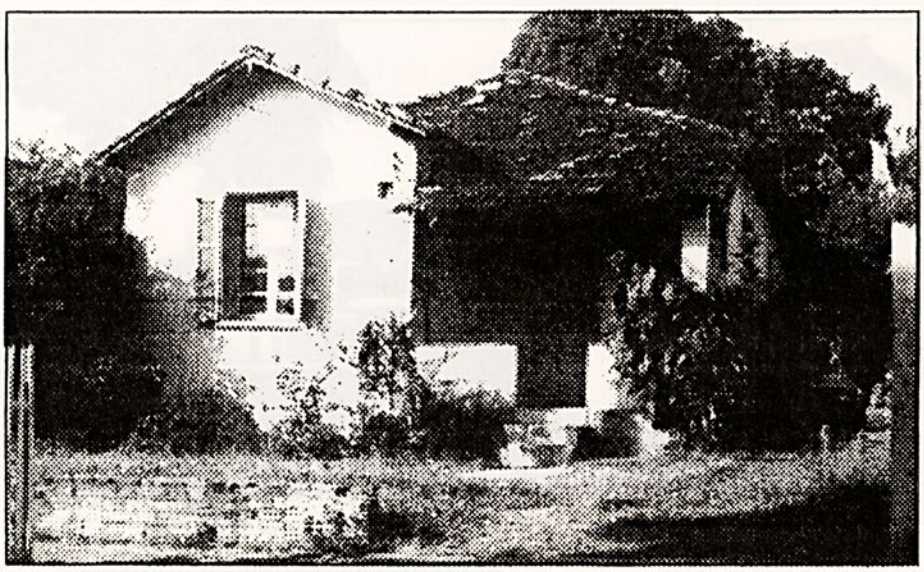


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 33: Residência sem alteração

2°) Residências com reformas pequenas, aguardando suas continuidades, divididas com as que já conseguiram terminá-las, ou em fase de pintura tão somente (Figura 34).

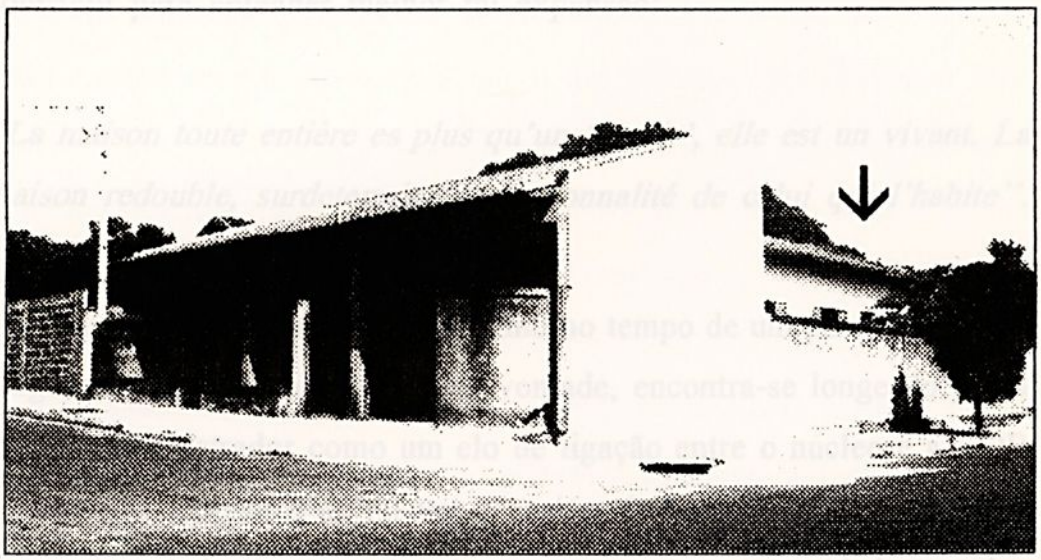


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 34: Residência reformada. Casa-padrão reformada e seus signos de mudança (a flecha indica a antiga estrutura sob a fachada)

3°) Residências novas e alienígenas de seu processo histórico (Figura 35).

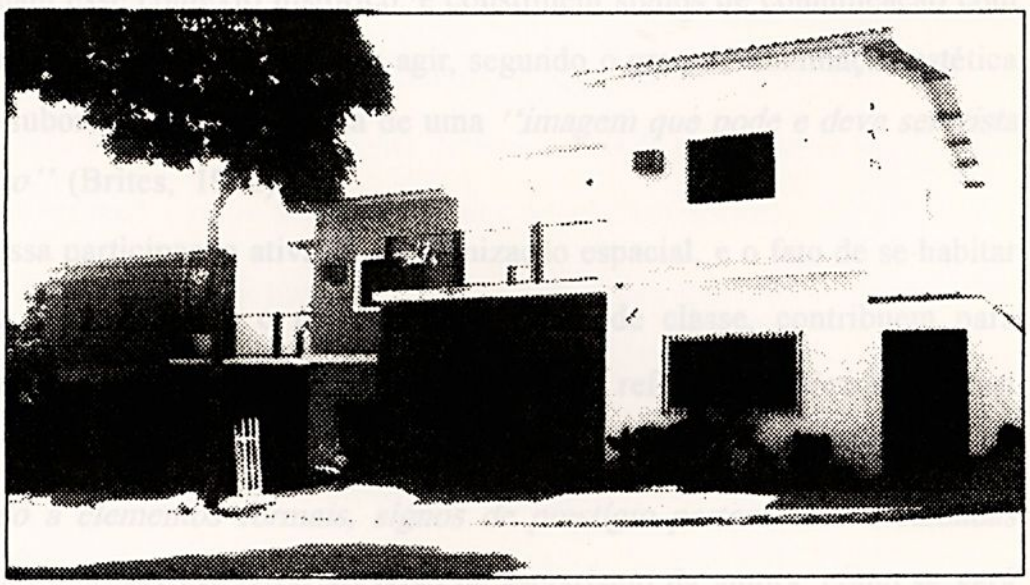


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 35: Residência com características inteiramente novas

Em Brites (1982) pode-se considerar essa categoria-casa, na realidade de uma Curuçá preocupada com a expansão de sua espaciosidade interior, ultrapassando assim a função de abrigo apenas, e incorporando a imagem das razões dessa ultrapassagem, citando Gilbert Durand contribui para entender melhor tal expansão:

"La maison toute entière es plus qu'un 'vivoir', elle est un vivant. La maison redouble, surdetermine la personnalité de celui qui l'habite".

Assim o velho assentamento, próximo no tempo de um passado recente e, para alguns, muito distante dele, pela vontade, encontra-se longe do papel exercido pelo administrador como um elo de ligação entre o núcleo e a NOB com seu poder de controle para manter o caráter da homogeneização amarelo escuro, sua integridade física, incluindo nesse aspecto a integridade moral e social da comunidade.

Hoje, pela qualidade própria desse quadro, essa comunidade sente pleno domínio do espaço interno e externo de suas moradias, enfatiza mais sua participação no cenário do núcleo, criando diferenças idiossincráticas que se transformam esse contexto histórico, e constituem signos de comunicação com o texto, de um modo de sentir e de agir, segundo o grau de dominação estética a que se subordinam, como causa de uma *"imagem que pode e deve ser vista pelo outro"* (Brites, 1982).

Essa participação ativa na reorganização espacial, e o fato de se habitar o mesmo lugar físico e o mesmo *locus* social de classe, contribuem para reflexões que em Brites, ganham o sentido de que reforma é sinônimo de uma imagem semanticamente remetida a um novo status *"o que será atingido recorrendo a elementos formais, signos de prestígio pertencentes a camadas dominantes"*. Ressalvas feitas ao laivo de sectarismo da autora, como se verá

adiante, mas, ao mesmo tempo a concebendo coerente, não se pode deixar de se registrar que tais aspirações são profundamente alimentadas pela ideologia hegemônica, universalizada na pirâmide social e absorvida nos diferentes graus de consciencização. Segundo tais graus - já evidenciados por inúmeras pesquisas - assim será o quadro valorativo das reformas em destaque. Nessa perspectiva, Curuçá não foge à regra de uma radicalidade ideológica: compra a idéia de um objeto e não sua realidade concreta. E isso implica uma sujeição à mídia enquanto classificador totêmico e, em que se pese as diferenças arquitetônicas e cromáticas, de caráter urbano-industrial. Em decorrência, as intervenções ocorridas em Curuçá, agora como propriedade privada - e sob jurisdição da Prefeitura -, mostram as reformas significativas como máscara de integração simbólica nesse urbano, simultaneamente à fuga radical dos signos não-urbanos das casas-padrão. Essas reflexões de Brites e seu citado laivo de sectarismo, fazem jorrar do texto algumas considerações ligando as idéias da autora à Vila.

1°) Como já foi mencionado, o enquadramento de Curuçá, num processo emergente de mudança, focaliza-a, na similaridade de outros bairros - um dia valorizados economica e socialmente como vila - ou seja, esse fato não a faz diferente da racionalidade que permeia seu processo: o urbano evolui abarcando todas as classes sociais.

2°) A questão da territorialidade, como construção social (Santos, 1994) é imposta de maneira muito mais reduzida a determinadas categorias de trabalhadores. Então, deve-se levar em conta as necessidades físicas geradas pela depreciação parcial ou total das edificações. Além do mais, suas considerações prescindiram o fato de que o movimento de transcendência é antropológico, e não característica de um indivíduo

ou de uma classe social. Portanto implica a experiência de territorialidade enquanto espaço-espaciosidade somada à exigência de uma (re)novação que é sempre mítica. E, portanto, não relevou que as práticas culturais têm na pulsação de suas raízes, um caminho inerente ao ser humano do não-ser para o ser que projeta o mais-ser, conforme aprendizado do texto em sua carente relação com a filosofia;

3°) Por mais que as reformas digitalmente tenham imprimido, em Curuçá, sóbria variedade de estilos e cores, na tentativa de fugir da homogeneização amarelo-escuro e , paradoxalmente, tenha mergulhado num outro tipo de homogeneização totêmica e não explicitada, sempre restam as brechas de singularidades, de criatividade dos atores sociais. A apropriação histórica do espaço não consegue anular as imperceptíveis tramas de subjetividade como fator complexo da personalidade a alcançar o eco *"do domínio e [da] posse sobre si mesmo"* - para usar uma citação da própria Brites (1982). Impossível Curuçá fugir da própria dialética da história, até para transcendê-la e, sobretudo quando a transcendência abarca a necessidade concreta de espaço. O que torna-se difícil é assegurar o limite e a inerência dessas necessidades, o que seria motivo para outra dissertação.

4°) A imposição de muros, grades, não representam só uma questão arquitetônica; constituem elementos do universo urbano enquanto mecanismos de defesa contra a violência, grosso modo, caracterizada pela agudização das desigualdades sociais. Curuçá não escapa à regra, pois que já se torna vítima desse quadro.

Nº
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

Num outro corte, a relação das casas e seus logradouros relatam uma vila que procura encorpar sua arborização, paralela às árvores frutíferas que acompanharam sua história pelos anos (Figuras 36).

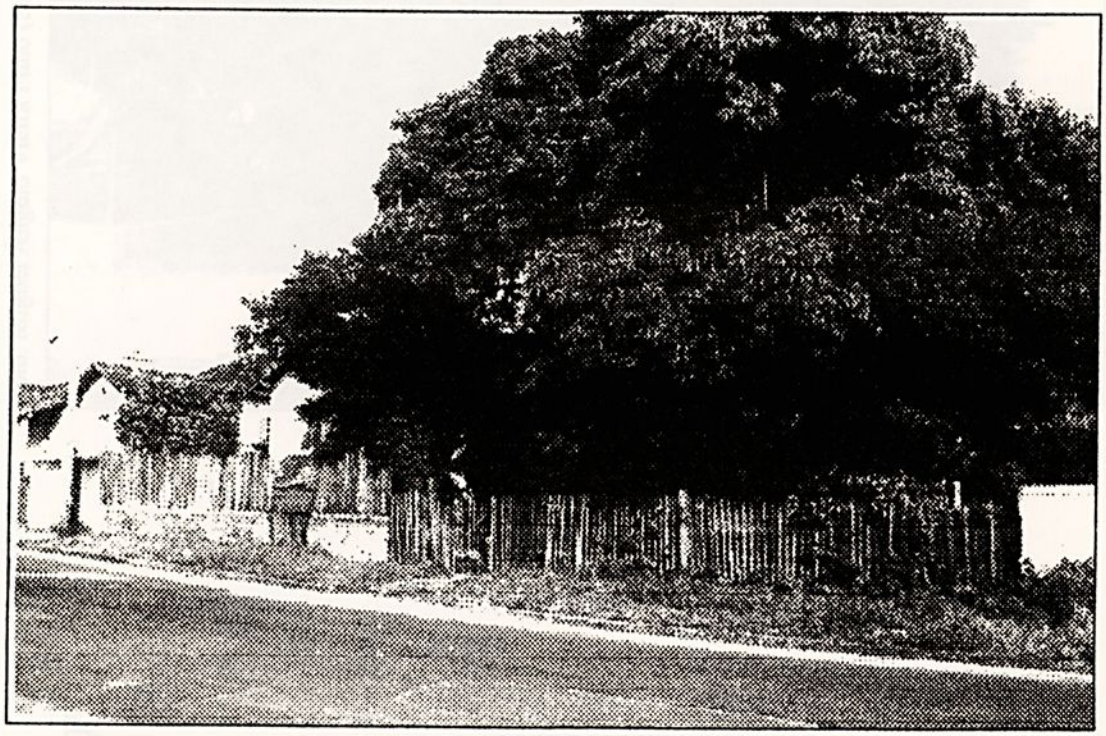


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 36: Árvore frutífera de um quintal, na Alameda Ponta Porã

Os quarteirões têm definidas essas duas instâncias por um certo equilíbrio entre muros, suas grades e balaústres. Pontual, mas significativamente, a arborização dos logradouros alcançam o interior do frontispício das residências e edificações públicas. Exemplos disso, dentre outros, são alguns quarteirões da Alameda Malan, o Parque (que tem o realce estético de suas calçadas, correspondente a essa alameda e à Avenida São Paulo) e também a casa intacta, na esquina da Alameda Campo Grande com essa avenida (Figuras 37 e 38).



Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 37: Segmento correspondente ao Parque Infantil

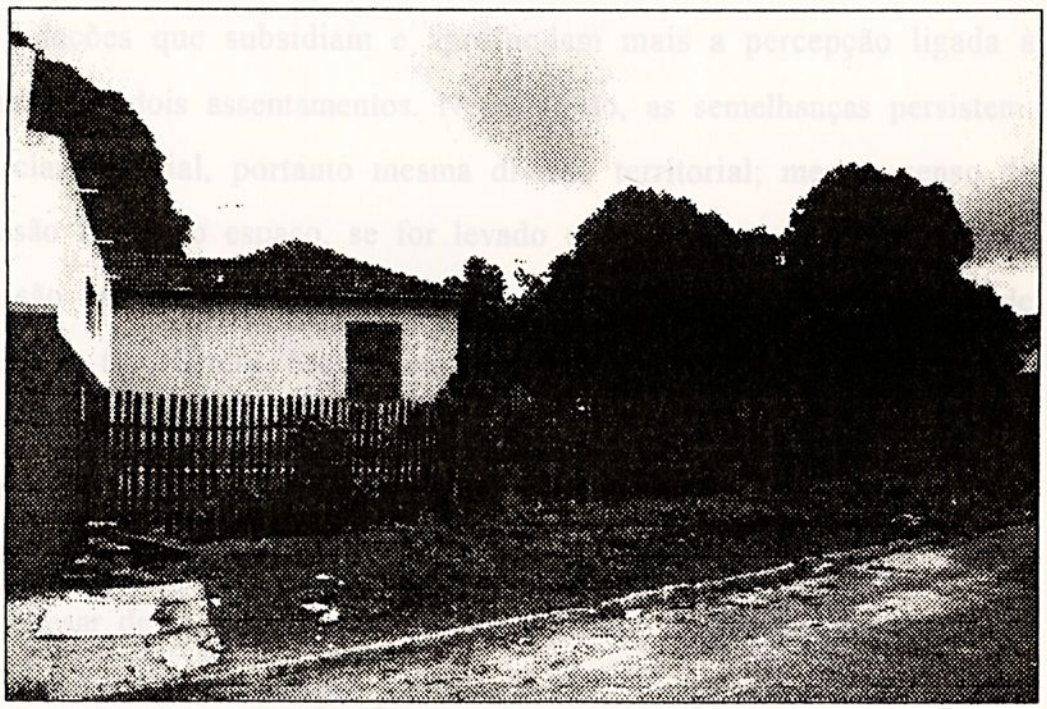


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 38: A casa intacta na esquina da Alameda Campo Grande

Levando-se em conta o que escreve Lucréssia D. Ferrara em consonância com Canevacci (1993), há que se pensar a categoria espaço enquanto informação perpassada pela idéia de uma produção *"que decorre da capacidade de inferir, da e sobre a realidade, novos conhecimentos suficientes para provocar aprendizado e mudança de comportamento"*. Inferência, aprendizado e mudança de comportamento são os fatores que caracterizam uma informação: *"espaço de informação é aquele ambiente físico, social, econômico e cultural que agasalha um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida, um modo de produção. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos"* (Ferrara, 1993).

Sob a jurisdição da bibliografia em geral e de Ferrara (1993) em particular, toma-se a inferência como fator de caracterização do velho núcleo e o espaço de informação que ele representa; o mesmo acontencendo para se perscrutar a integração física do novo assentamento a Curuçá. Um paralelo ancora relações que subsidiam e aprofundam mais a percepção ligada à identidade dos dois assentamentos. Nessa razão, as semelhanças persistem: mesma classe social, portanto mesma divisão territorial; mesmo senso de compressão física do espaço, se for levado em conta que o conceito dessa compressão está ligado à época, do que se entendia ser a espaciosidade necessária ao trabalhador. Mesmo caráter de contigüidade e, até certo ponto, mesma dificuldade de mobilização no uso do solo, correspondente à quebra de esquinas que dificulta o contato com a contigüidade da retaguarda, face ao tamanho de seus quarteirões.

Apesar de tudo, o que deveria ser rigorosa semelhança, acaba por se transformar em diferença, porque o velho núcleo possui em sua grelha ortogonal, mobilidade significativa, pela largueza dos logradouros e pela largura

dos lotes (Figura 39). O segundo assentamento, extremamente comprimido e com ausência de ortogonalidade, apresenta suas ruas, muito menos como logradouro e muito mais como um corredor - como é o exemplo da Rua Elpídio Bispo dos Santos (Figura 40). Essa circunstância obriga os atores a caminharem sem chance de opção para as quebras de esquina. Então, o tamanho dos quarteirões de um obriga a uma similaridade que o faz se aproximar das ruas estreitas do outro.

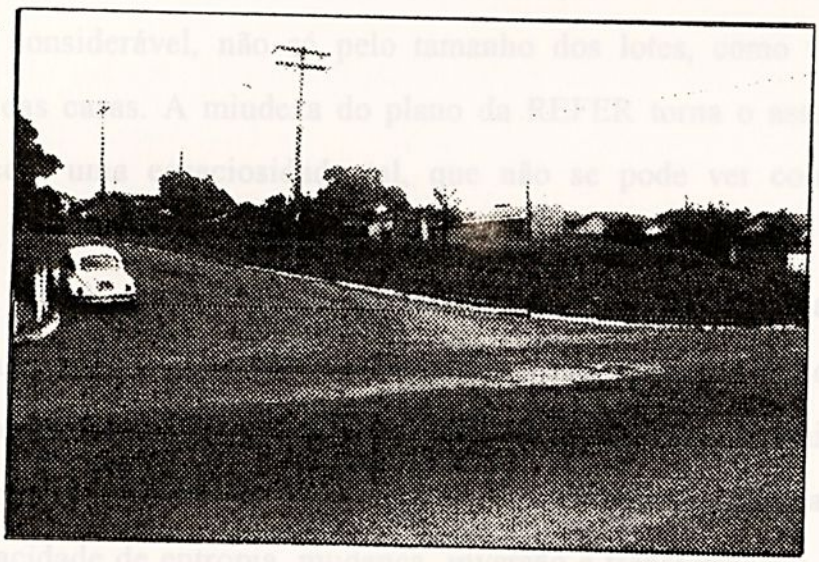


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 39: Início da Alameda Malan

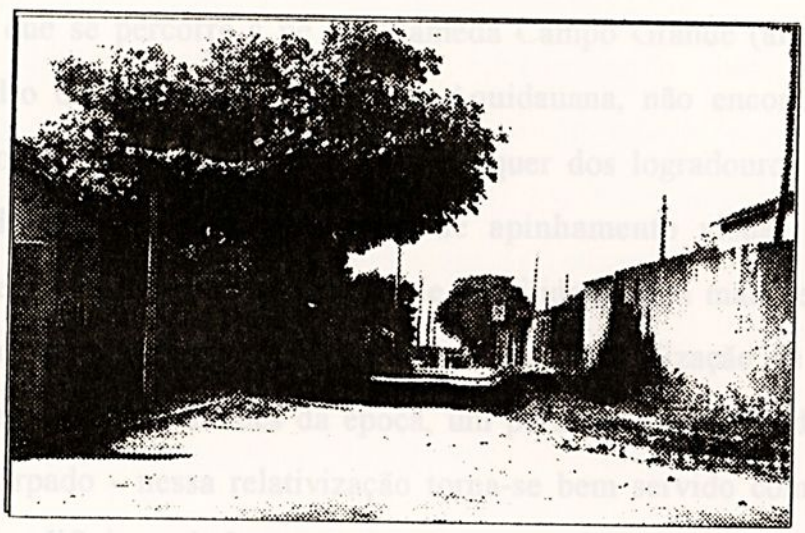


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 40: Rua Elpídio dos Santos (Novo Assentamento)

Um outro paralelo consegue explicitar e explicar o como a história processa a relação entre esses lugares nucleados. Como reza o assentamento da REFER (Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social da Rede Ferroviária S/A, responsável por seu projeto) a estrutura que se objetivava implantar deveria ser acentuadamente voltada para o domínio do pedestre, aberta à opção imprevista de pontos de encontro, mas sem grande flexibilidade na mobilização dos atores sociais. A ratificação dessas características cria distância considerável, não só pelo tamanho dos lotes, como também, pelo tamanho das casas. A miudeza do plano da REFER torna o assentamento de Curuçá com uma espaciosidade tal, que não se pode ver correspondência nenhuma, inclusive com certos tipos de casas térreas, ou não, de pequena burguesia situada muito distantes da Vila, nos bairros que servem a essa classe. Os caminhos percorridos por essa espacialização coloca o velho patrimônio como testemunho de uma relação entre dinâmica cultural e dinâmica territorial - para usar uma expressão de Santos (1994) - permeadas no filtro da urbanização e sua capacidade de entropia, mudança, inversão e transformação. O que antes era uma área comprimida, hoje, na relativização das coisas, imposta pelo tempo, torna-se algo de uma espaciosidade significativa. Por exemplo, a extensão e a larguesa que se percorre a pé da Alameda Campo Grande (altura da Praça José Leandro de Brito) até a Alameda Aquidauana, não encontra termo de comparação com o percurso feito em quaisquer dos logradouros de pequena extensão do novo núcleo. O quadro de apinhamento visual, de estética específica e sem condições adequadas de mobilidade, fica mais reduzido ante a percepção de uma outra escala de tempo da espacialização de 1948. Esse velho núcleo - para os moldes da época, um perímetro comprimido e cercado de arame farpado - nessa relativização torna-se bem servido com o tamanho dos lotes e edifícios, ainda que apresente suas casas munidas de cômodos

pequenos. Assim, torna-se hierarquicamente superior, com mais qualidade de vida, face à sua arquitetura tradicional. Nessa relativização, as melhores casas-padrão de um lado e as casas reformadas ou construídas - com suas fachadas, seus muros, suas grades, seus carros, suas árvores - de outro, compõem, para Curuçá, uma escala que é sinônimo de um tempo novo.

A projeção de uma outra escala para Curuçá a coloca frente a um dinamismo interno, com novas experiências de uso do solo. O tempo em memória que seu patrimônio é, se viu permeado sincronicamente por uma modificação interna. O entre-olhar dos dois núcleos faz realçar um espaço arejado e um espaço apinhado; o segundo representa para o primeiro um corte abrupto em sua largueza pela construção de 210 casas-padrão. Integrados fisicamente, porém distantes no tempo, um sendo a memória viva da Rede Ferroviária e de Bauru, o outro sendo apenas mais um assentamento, porém, ambos construindo um espaço em sintonia, concomitantes e simultâneos com o mundo.

A relação da Vila Dutra e seus dois assentamentos (vide Anexo IV) começa tornar mais densa a trajetória dos logradouros em direção à cidade e, em direção mais reduzida para outros bairros. O sentido Vila Dutra - cidade, cidade - Vila Dutra tecem a radical sustentação do seu fluxo - num primeiro plano, ligado às práticas do trabalho. Num segundo plano, esse fluxo é sustentado por equipamentos que se distribuem através do suprimento de alimento, roupa, saúde, culto, bar, praça, uso dos telefones públicos e o clube. Esses equipamentos de senso empírico que se confundem com a própria vida trazem para o foco, o papel e a função dos logradouros, já evocados em outros contextos da dissertação. Dessa maneira:

1°) Tem-se na Avenida Joaquim Conceição de Mattos, o primeiro logradouro. Perpendicular à avenida Elias Miguel Maluf (importante

artéria da Vila Industrial) aquele logradouro torna-se porta de entrada de Vila Dutra além de criar o ponto mais nevrálgico ao fazer confluência com a Alameda Malan. Fisicamente situado na jurisdição de Vila Industrial, representa em si ponto estratégico para a implantação do comércio, pelo qual passa a depender socialmente de Vila Dutra. Isso justifica a presença do Mercado São Benedito (Figura 41) e de mais dois bares, no mesmo quarteirão do mercado (vide Anexo II); ambos sem placa de identificação ficam somados a uma caixa de correspondência do correio e a um telefone público e local. O mercado foi o gerador de uma energia própria à instalação desses bares. Porém, esse painel deve-se à função a que se destinam os quarteirões desse logradouro: ser passível de atividades mistas, isto é, a coexistência de edificações públicas e privadas.



Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 41: Supermercado São Benedito

2°) O segundo logradouro diz respeito à Alameda Pirajuí e Alameda Corumbá em cuja esquina fez-se a instalação recente do Supermercado Aliança (Figura 42), situado no velho assentamento, tendo inclusive potencial de atração para outras funções comerciais levando-se em conta: a) o consumo da população do entorno - Leão XIII e Santa Cândida; b) a promessa de uma passarela entre o velho núcleo e outro grande assentamento do Bauru XVI; registra-se ainda no logradouro da Pirajuí os serviços de manicure do Salão Pequitita;



Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 42: Supermercado Aliança

3°) A Avenida São Paulo, como terceiro logradouro, compõe com a Alameda Corumbá o esteio da Mercearia Pierre, cujo lindeiro alimenta-se socialmente do velho núcleo. Registram-se ainda nesse mesmo logradouro, a presença de um bar sem denominação, fisicamente ligado ao novo assentamento, mas alimentando-se da avenida, na altura da Caixa D'Água; outrossim, a presença do Clube contíguo a essa caixa, somado à presença da Praça de São Pedro - um quarteirão abaixo - constituem pontos fortes de energia do núcleo original;

4°) A Alameda Campo Grande, como quarto logradouro, faz vizinhança com dois estabelecimentos comerciais: um comércio de armarinho e uma padaria (Balaio Doce); incluídos nesse logradouro o bar do sobrado (sem designação) e o Kalangu's Lanche (Figura 43).



Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 43: Kalangu's Bar

O cruzamento desses itens como pontos prenhe de mobilização, faz gerar a teia empírica dessa mobilização. Faz a Vila entrar num contexto específico de fluxos, eventos históricos e culturais, em razão de mergulhar no interior de seus dois núcleos.

Assim, a mobilização do vigente sistema viário, desloca o fluxo da Rua de Acesso para a avenida Joaquim Cândido de Mattos que acolhe o fluxo de entrada e de saída de todo o território como já constatado. Essa simples e técnica transferência encobre fragmentos de história do velho núcleo. Caminhando do remoto para o próximo, flagra-se uma Curuçá divorciada do

centro da cidade e, portanto, colocando sua dependência vital atrelada a uma composição de três vagões (de segunda classe, com bancos de madeira) e uma locomotiva, então único elo de ligação com a cidade.

Popularmente conhecida como Coréia, tinha a função de colher os trabalhadores ilhados e deixá-los nas portas das Oficinas da NOB, seguindo depois até à estação, onde dava vasão aos usuários que necessitavam dos serviços da cidade. Em razão da segunda classe de seus vagões, sinal de desconforto, em razão das fagulhas da locomotiva que importunavam o trajeto e punham em risco a qualidade da roupa e, em razão de se remeter essas condições às contradições da Guerra da Coréia, a composição foi batizada de "Coréia". Tal nominação torna-se motivo de indignação por parte do maquinista Pena. Frustrado, procura fazer queixas a quem de direito. Essa atitude não conseguiu impedir a criatividade popular, mas deixa marcado o amor ao trabalho (que construiu a NOB), a ponto de fundir sua identidade individual com o papel de sua profissão. Em outras palavras, o trabalho se interseccionou entre a identidade de Pena e a identidade coletiva da composição. Esse fato veiculado pelo depoimento de Benedito Teixeira (84 anos e aposentado da Estrada) deixa para a história proletária de Vila Dutra a capacidade do amor que "veste a camisa" ao ponto de se confundir com ela. Num lance de emoção, que como óleo de toda essa engrenagem, serviu o assentamento durante anos. Para o texto, "Coréia" e Pena também fundem-se na força entrópica de que tudo é levado ao fim. E o fim dessa composição chegou com a intensificação dos automóveis, fruto de um novo modelo de desenvolvimento, voltado para a indústria dos automotores e à indústria dos pneus. A partir de então, a preocupação da nação, dos Estados e dos municípios, voltou-se para a ampliação do sistema viário em função desse consumo. Daí

por diante, a ''Coreinha'' se transforma num adendo da rodovia até desaparecer em 15-12-85.

O documento a respeito diz:

''... Devidamente autorizado através do processo nº 46-1-85-SP 4.2, informamos que a partir de 15-12-85 ficará definitivamente suprimida a circulação dos trens SAQ/SAC, que trafegam entre Bauru e Curuçá e vice-versa'' .

Um outro documento referente à Coréia registra:

''SR - 4 - Subst. 'Supressão Coréia' (...) entre Bauru e Curuçá já que a arrecadação é desprezível e existem ônibus circulares que atendem a essa área da cidade'' (vide Anexo VI).

Antes disso, a Rua de Acesso representava o principal elo de ligação entre a entrada e o corpo viário do núcleo. Recebia todo fluxo e seu escoadouro. Tal fluxo tinha quase que total dependência da única empresa circular de Bauru, propriedade de Alexandre Quaggio - a ECCB - até hoje servindo à causa da empresa. Essa rua, colocava para o observador, um acesso aclivoso que esteticamente impregnava Curuçá com ares de aldeia. Pequenina e dinâmica, tinha o grau e a medida desse dinamismo em função das necessidades do primeiro núcleo. Hoje desativada espera os desdobramentos do segundo assentamento.

''Morte'' de uma, para o ''nascimento'' de outra. Com a chegada do segundo núcleo, a já referida entrada da avenida Joaquim C. de Mattos, após

um quarteirão, logo à esquerda, ortogoniza-se com a Alameda Malan. Em virtude disso, a alameda recebe todo o fluxo da avenida (ônibus, automóveis e pedestres) repartindo, palidamente esse trânsito com o resto da avenida que lhe dá origem, com a Alameda Ponta Porã, Alameda Campo Grande, Avenida São Paulo, Alameda Pirajuí e Alameda Três Lagoas, ao mesmo tempo que constrói pontos de intersecção significativos para a vida da comunidade.

Cortando transversalmente o território todo de Vila Dutra (vide Anexo V), apresenta-se como um logradouro aclivoso, largo e adequado a qualquer tipo de trânsito. Sua relação de contigüidade com as casas-padrão, casas reformadas, muros altos, cercas de balaústres, sua volumetria enfim, coloca em evidência a harmonia de seus flancos, inclusive pela relação definida de seu espaço público e privado. Cada um no seu domínio, com suas próprias arborizações, impedem qualquer característica de rua-corredor. Fazendo vizinhança com o parquinho e o "Guia Lopes" pelo lado direito de quem a sobe e, pelo lado esquerdo vizinhando apenas um quarteirão com a Praça Antonio Pascoalino e a praça do novo assentamento, esses elementos a colocam como denominador comum para os dois núcleos de Vila Dutra. Porém, sua importância reside no fato de personificar o novo momento que a Vila vive e o que ela representa nesse sentido. Com a mesma idade dos outros logradouros, e hoje como artéria principal (por ser gerada num ponto nevrálgico) torna-se um símbolo e corporifica a fusão do passado com o presente e, portanto, um fragmento de mutação urbana do núcleo, para usar uma expressão de Canevacci (1993). E, parafraseando esse autor, essa sintaxe decorre dos novos parâmetros em que se assenta Curuçá, advindos, um dia do império das rodovias.

Em virtude dessas modificações, o eixo da Malan atinge, num efeito de onda a Avenida São Paulo que se viu obrigada a abrir mão do status que

ocupava na hierarquia viária, para corporificar um segundo lugar. Como logradouro, até hoje essa avenida institui-se como memória viva de Curuçá: cortando longitudinalmente seu perímetro, torna-se uma via de separação entre o L e o O da Vila, como um todo, e oferece-se esteticamente ao observador, por ser ponto de fusão entre a Alameda Corumbá e Alameda Ponta Porã, e por permitir apreender o atravessar da Alameda Campo Grande e sua guinada ao redor da Praça de São Pedro. O que dá ao seu dia-à-dia a possibilidade de registrá-la, como uma das referências a serviço do núcleo, como fator de recepção e dispersão do fluxo de sua população em trânsito.

O sítio do seu leito favorece à Vila um lugar de se olhar e, ainda que inconsciente aos olhos de seus usuários, a prática-voyeur a coloca *"motivo [de] comunicação visual"* e *"seu traço característico"*. Seus flancos vizinham diariamente à direita, com a rua da Capela e a Praça de São Pedro e um dos lados do parquinho e, à esquerda, com as edificações "mistas" de casa-padrão e edificações reformadas. Esse traçado cria elos circunstanciais que a colocam no ato de olhar e ser olhada, mergulhada no tempo e na linguagem de seus objetos, como afirma Canevacci (1993). Marca-se como memória de cheiros, ruídos do passado, infância, adolescência e maturidade de atores que não mais estão aqui e não mais são assim e ela inclusive, porque também mudou. Como fator de sucção de tempos individuais, é memória das festas juninas, do ir-e-vir à escola, à capela, à cidade; *"memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação na história de suas gerações"* (Bosi, 1979). Essas considerações, baseadas no depoimento de Luiz Alberto de Oliveira, prosseguem no depoimento de José Dalney de Oliveira. Assim, é dentro dessa categoria que a avenida serviu como eixo de separação entre dois blocos de crianças e adolescentes, frontalmente opostos nas peladas do clube, na conquista das meninas e nas brigas que os impulsionava a crescer: ronca-sapo a oeste

(designação ligada a uma lagoa de sapos, além da Alameda Três Lagoas) e pia cobra (sem referências), a leste. A análise de Santos (1985) induz a pensar as richas desses grupos como força simbólica de poder e como seiva da história dessa avenida em especial. Um dado antropológico de "investidura formal", legalizada pelos concorrentes e legitimada (consciente ou inconscientemente) pelos familiares. O íntimo desse logradouro de então e o íntimo de poder desses grupos encontram na Avenida São Paulo o símbolo dessa magia, suas práticas de crescimento e implicação de vários elementos que compõem o quadro: observar atentamente o que se passa, distinção sobre o que está acontecendo, avaliação das forças, intervenções oportunas e adequadas, comunicação gestual e verbal, experiências evocadas para soluções práticas, sentimento de propriedade natural do território de origem. Cumplicidade, responsabilidade, controle e poder. O poder de desafiar a lei da gravidade.

Hoje, tudo isso como depoimento e saudade, remete o texto a um outro nível de mediação. A avenida é a mesma de seu traçado original, mas o único edifício de seus dois flancos que permanece como testemunho concreto de memória é a casa-padrão, do antigo número 2 de seu logradouro. Seu cotidiano é outro, corporificado na nova dinâmica do território. Continua com algumas de suas funções antigas por ocupar a posição de um meridiano para a ele como um todo, por ocupar sua posição de vizinhança com a Praça de São Pedro e, portanto permear centralmente o dia-à-dia de Vila Dutra. Contudo, como territorialidade, é símbolo de um *"tempo dentro do tempo"*, para usar uma expressão de Santos (1994).

Sua mutação fica evidenciada no esquema interno de visualização das casas. Se antes as edificações eram marcadas por rigoroso implante de homogeneidade, hoje as reformas que ocorreram, per si, colocam-se como alteridade aparente. O texto constata o desenraizamento que começa a marcar

a morfologia desse núcleo. Hierarquicamente tem-se como exemplos:

1°) A antiga casa n° 2 da Avenida São Paulo fiel, com seus elementos de origem, exceção de uma pequena alteração em razão da construção de uma farmácia, que não chegou a comprometer em nada as características físicas de edificação. Também, exemplos outros ficam por conta da escola, da Capela de São Pedro e outras pouquíssimas casas intactas em seu padrão.

2°) Casas-padrão, com toda a estrutura original exceção feita a detalhes de portas, janelas, muros ou portões.

3°) Casas-padrão, com toda a estrutura original, acrescida de apenas um cômodo (vide Anexo VII).

4°) Casas-padrão, com toda a estrutura básica original, acrescidas de mais cômodos, apresentando pequena reorganização interna e externa, com alterações na entrada por grades e muros nas divisas.

5°) Casas-padrão, totalmente demolidas, onde foram aproveitados lotes conjugados, ou lotes individuais.

6°) A reforma do lote n° 6, em frente à Praça de São Pedro. Constando agora um sobrado, com um bar sem designação ao rés da calçada, antes uma casa-padrão.

Registram-se ainda a transferência do parque infantil do Clube para a vizinhança da escola, e o fato de que, o novo assentamento assegurou a implantação de uma praça (da Praça Antonio Pascoalino), cujo entorno é feito pelas novas edificações e pelo trecho da Alameda Malan que antecede a escola de madeira.



Essa praça, em virtude de sua localização entre os dois assentamentos, proximidade da Praça de São Pedro e da escola, além de ter a cabine de telefone (local e interurbano):

1°) serve seu entorno e adjacências dos quarteirões de seu assentamento;

2°) abriga os 2.389,25 m² do Centro de Saúde, com atendimento freqüente e imediato, como exigem os padrões urbanísticos;

3°) articula para metade de seu assentamento, segmentos de raios com destino às escolas, aos templos religiosos, aos bares, ao clube, aos mercados, ao armarinho, às padarias e às casas do núcleo original.

Tal praça articula a parte leste, norte e oeste do velho núcleo. Com esse raio de ação, possibilita acesso de seu núcleo a todos os pontos de serventia localizados nessa nova integração dos dois núcleos.

Essa dinâmica de suas práticas culturais e uso do solo deveriam enquadrá-la como praça principal. Isso, contudo, não acontece porque a velha praça consegue absorver muito do seu raio de influência, e consegue superá-la esteticamente em seu amaciado de tempo, num tráfego de recíproca influência. Ao uso do solo para funções como as do Centro de Saúde e serviço de telefonia interurbano e local, da nova praça, a velha praça responde com o movimento de idas ao culto, com sua ágora servindo verde, as práticas culturais ligadas às quermesses da Capela de São Pedro e como sítio importante para Vila Dutra.

Os bares, tanto de um assentamento como de outro, mobilizam lado a lado a população do território. Desses, dois se destacam pelo sítio que ocupam no entorno da Capela de São Pedro: o Kalangu's Lanche na esquina das Alamedas Campo Grande e Aquidauana que faz seu genitivo incorrer no que Canevacci (1993) evoca como *"regras do oximoro"*. Significando a retórica que une conceitos paradoxais *"como terror feliz"* por exemplo. Isso porque há um vigoroso contraste entre a morfologia urbaníssima desse genitivo e o

aspecto material de sua estrutura: um puxadinho no frontispício de uma casa-padrão com função comercial. O ensombrecimento do genitivo pelo puxado é fortemente empírico, ricamente aculturado e matéria social para o texto.

Ocupando um dos únicos sobrados da Vila, o outro bar (já referido), bem próximo ao Kalangu's faz, por essa proximidade, um dos pontos mais nervosos para os dois núcleos. Ambos estabelecem uma ponte social entre o Leão XIII e Santa Cândida. Essa ponte torna-se responsável por uma das alterações na vida dessa ''aldeia'': o final de semana, conforme depoimento do senhor José Aparecido conhece desrespeito às árvores da Praça de São Pedro que não conseguem crescer, cavalos sobre a grama, destruição de bancos, bancos quebrados; até o saldo de duas mortes com o assassinato de dois jovens moradores do velho núcleo, há questão de um ano. A praça com seus 16 bancos e no agasalho de novas mudas, tenta resistir. Essa violência, ainda pontuada, já traz preocupação e cautela. Por exemplo, o término rápido das comemorações de Primeiro de Maio por causa dos ''pé-de-cana''. *''A rapaziada de fora''* como também são conhecidos - depoimento de José Aparecido - cria para a comunidade uma experiência embasada no ''conhecido'' e no ''estranho'' como referências específicas. Na devida proporção, a violência desses atores, esparramada pelos assentamentos, expressa a mundial agudização das contradições sociais. Essa idéia de ''proximidade'' e ''distância'' coloca certo sentimento de impotência. Ainda com relação ao Primeiro de Maio, o depoimento de José Aparecido dá o tom: *''... eles acabaram com a festa. A polícia tava aqui, mas eles apareciam aqui e até a polícia não dava conta''*. Esse desabafo é carregado de indignação paciente em contraponto à determinação de interferência, numa prática cultural de tradição e em confronto à falta de um controle efetivo por parte do poder econômico e do poder público.

Esse clima de estranheza em Santos (1985) aparece sempre com uma certa insegurança para os dois lados afetados. Leão XIII e Vila Dutra abarca uma relação de espaços homogêneos em seus territórios de classe e, quando

do encontro, a diferença se estabelece do exterior para o interior dos dois núcleos. Por isso, a Praça José Leandro de Brito assiste Irani - dona do salão de beleza Pequitita e mãe aflita - correr para o telefone público da Rua Pirajuí, chamar a polícia que logo chega e não encontra ninguém: a turma se dissolve para a estratégia do próximo retorno. Essa pesquisa mesmo, durante uma de suas entrevistas, foi testemunha de um assalto a mão armada na Mercearia Pierre. Esse tipo de violência instaura-se como fenômeno alienígena, somado ao fato de tornar-se índice do processo mutativo por que passa o núcleo de 1948.

Um outro fator de mobilização para esse novo momento vincula-se à construção da farmácia de Droga Dutra (já citada) que, além da mobilização mudou radicalmente o visual da esquina da Avenida São Paulo com a Alameda Campo Grande. Outras três edificações situadas na Alameda Pirajuí na forma de sobrado, contribuem para a mudança visual do espaço antigo. Somados ao mercado Aliança que na mesma Alameda, esquina com a Alameda Corumbá institui forte pólo de mobilização para os dois setores de Vila Dutra. Tanto esse mercado como o mercado São Benedito constituem pontos fortes de ligação de Vila Dutra com o entorno da Vila Industrial e coloca principalmente o assentamento do Leão XIII e Santa Cândida numa hierarquia de inferioridade urbana.

Modificações e mobilizações esteiam ainda reflexões importantes para o texto. Atenção especial merece o Projeto de Loteamento apresentado pela Rede Ferroviária Federal à Prefeitura para a legalização do novo patrimônio. Além de socialmente representar o fim crucial da preocupação com a casa própria, esse assentamento teve sua racionalidade tecnicamente voltada para intensificação do uso do solo, para acrescentar algo útil à urbanística existente e prolongá-la ao máximo. Além disso, elevar o adensamento da área total da Vila Dutra sob o apelo de economia e soluções adequadas aos *"critérios de simplicidade que racionalizem os processos construtivos, permitindo acesso à*

economia de escala e tornando possível o atendimento das populações carentes'' (Projeto de Loteamento REFER, 1982). Tal racionalidade, vincando ainda o uso misto do assentamento em questão e, com toda sua teleologia, abre para Curuçá e o novo núcleo um vir-a-ser com contribuição de serviços que provocarão mudanças ainda maiores das que já se processam com vigor. Outras filigranas de mudança apontam:

1°) Para a chegada de outras categorias de trabalhadores que vieram residir em Curuçá com a marca da pequena-burguesia. Isso foi possível em virtude da Vila ter entrado no mercado imobiliário, a partir da opção da Rede Ferroviária de colocar à venda, alguns equipamentos de seu patrimônio - inclusive dando prioridade aos que lá só moravam - resultando a convivência desses novos moradores com o velho estilo proletário.

2°) Para a presença de práticas culturais aparentemente fragmentadas, mas que, inter-relacionadas criam uma rede de significados responsáveis pela circunscrição de subespaços. Até a implantação do segundo supermercado, o velho núcleo representava marcadamente o *locus* da produção não-material, por conta dos templos e das escolas. O novo núcleo gerenciava a produção empírica das necessidades: saúde, mercado, telefone público.

Isso impulsiona os dois núcleos à troca desses subespaços, criando uma mobilidade significativa, face às dimensões humanas que abarcam. Esse nível de mobilidade antes não existia.

3°) Para exemplos, onde o texto entende mostrar uma Vila Dutra como referência ao "exportar" dados toponômicos, eleitos na praxis de seu idealizador Coronel Lima Figueiredo, e práticas de espiritualidade. A respeito, observando sua cartografia ilhada, nota-se que o respectivo

entorno também agasalha nome de logradouros digitados, na semeadura urbana dos trilhos da NOB: Alameda Lins, Alameda Araçatuba, Alameda Cafelândia, Alameda Penápolis, Alameda Bauru e a homenagem para quem teve essa idéia (ou assumiu a criatividade de alguém) e ele próprio uma memória da cultura dominante da Estrada: Alameda Coronel José Lima Figueiredo. Nessa referência, mostra-se ainda uma prestação de serviços espirituais ligada fora de seu território através de um grupo de oração integrado por nove pessoas que já prestou assitência à Vila Godoy, Vila Falcão, Bauru XVI, Alto Paraíso, Jardim Pagani e já tem o pedido em pauta da Vila Santa Luzia. Esse grupo de nove pessoas é liderado por Geraldina Bento Robotão, ela mesma um signo quando das necessidades de práticas espirituais de ideologia católica. Embora, fisicamente, situado em Vila Industrial e, pelo fato de ter uma nutrição social em Curuçá, o Centro Espírita à Serviço do Mestre traz tradicionalmente identificado como um valor de Curuçá - apresenta-se como um pólo de convergência para bairros da cidade como: Geisel, Infante D. Henrique, Jardim Dona Sarah, Vista Alegre, Mary Dota, além de cidades como Alba, Cabrália Paulista, Ribeirão Preto e São Paulo (Anexo XI).

4°) Vila Dutra no interior de uma organicidade equilibrada, eivada em seus símbolos próprios. Contudo, torna-se oportuno lembrar que essa ordem provocada no encaixe físico e social dos dois núcleos escalona uma hierarquia que favorece a valorização do antigo núcleo. Antes não havia qualquer índice dessa hierarquia em seu aspecto formal, porque, obviamente não havia referência para paralelo algum;

5°) Vila Dutra como um *locus* único na cidade a integrar dialética e espacialmente dois assentamentos e temporalmente agasalhando uma memória histórica, ligada aos trilhos da ferrovia noroestina construída culturalmente pelos trabalhadores das oficinas.

Alteração, mobilização, mudança e transição são categorias que se infiltram mutuamente no texto do velho assentamento sob a égide inevitável da entropia, a partir do que foi feito no passado e o que se desfaz e se refaz, para usar uma reflexão de Santos (1994), constituindo o jeito de ser da dialética. Ao mesmo tempo que se tornam fator capaz de circunscrever subespaços, fazendo de Vila Dutra uma escala na equivalência de uma totalidade e, cada um deles, fragmentos que, inter-relacionados, a sintetizam. Integrada nesses assentamentos, conhece através dessa integração, uma reorganização de seu espaço. Essa reorganização nutre-se na mudança de seus eixos pois que seu interior expandiu-se criando uma teia de atividades e comportamentos que antes não existiam. O estocamento de alimentos, as práticas de rituais, a busca da saúde, o investimento na educação e as práticas de lazer colocam-na à justaposição do novo núcleo e, ambos na subversão da contra-mão.

São eixos e referências inter-relacionados pelo espaço-tempo de uma memória mas, também, de uma renovação que os provoca e que os torna responsáveis (num certo nível de mediação), por um movimento imperceptível de coexistência entre resistência e entropia, por si, fatores de gerir um perceptível afrouxamento de sua identidade original. Tal afrouxamento processa-se como início de um espaço-tempo em mudança, não só por si, mas também porque o segundo núcleo penetrando na antiga identidade, paradoxalmente a ratifica, ao mesmo tempo que contribui para seu sua mudança. E também porque o entorno da Vila Industrial dialetiza-se nesse processo; resultado, toda essa conjuntura instaura não uma ruptura de territorialidade ou classe social, mas a ruptura do ritmo na singularidade do seu gueto. Enquanto, potencialmente se reserve para uma mudança de classe social, face à chegada da pequena burguesia, incipientemente instalada.

Os dois momentos históricos de seu interior contêm, simultaneamente, sua objetivação, através das casas-padrão amarelo-escuro contíguas às casas reformadas, que, contíguas às novas construções, somadas às novas funções,

unesp

tipificam um período de transição para o seu devir. Essa transição deve ser entendida como radicalmente engendrada na dimensão nuclear do movimento global do capital que sutilmente vai aparecer no fragmento de Curuçá do jeito que está e no que ainda não está, face à força veloz do fenômeno contemporâneo da comunicação.

Ratificando, o cultivo de tantas especificações fica creditado no caráter de transitoriedade em que Vila Dutra começa a mergulhar; desse mergulho, volta-se com um cenário urbano prenhe de seu processo de (des)simbolização que caracteriza a contemporaneização global e simultânea já evocada em Santos (1994). Esse fato gera uma prática antropológico-voyeur que procura, ao contrapelo da inevitável transformação de cultura, deixar marcas de signos que caminham para o seu desaparecimento.

Tais reflexões, baseadas em Santos (1994), são o toque de que, por outro flanco, essa transição ontológica se processa fora dos critérios de seu antigo modelo de desenvolvimento e submete-se a outro modelo economicista, responsável pelo tempo novo, vetorizado pelo espaço do novo núcleo: este, sem memória local e, sem o amaciado de seu uso, fechando assim a síntese que hoje é Vila Dutra.

Vila Dutra e seus dois subespaços lembra uma relação que só a sensibilidade de um Jorge Amado consegue revelar com expressa clareza: Dona Flor e seus dois maridos. E o texto registra: o olhar e ser olhado na observação voyeurista reclama o resgate do assentamento de 1948 como um símbolo do proletariado que deve ser tombado como algo tão ou mais significativo, na equivalência da cultura burguesa. Como o tombamento legal torna-se improcedente pelas leis do mercado como, também, por não ter marcas tão remotas de tempo, como a cidade de Ouro Preto, por exemplo, o texto propõe o tombamento de dois imóveis pertencentes à Prefeitura (Capela de São Pedro e a antiga escola de madeira), bem como o tombamento do Centro Espírita.



Todos eles, marcos de tradição na história de Curuçá.

E, ao museu responsável pela história do patrimônio ferroviário da Rede Ferroviária Federal S/A - que abarcou a antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: NOB -, a torcida do texto para que consigam trazer para Bauru os documentos do velho núcleo que, porventura, se encontram sob o poder desta Rede.

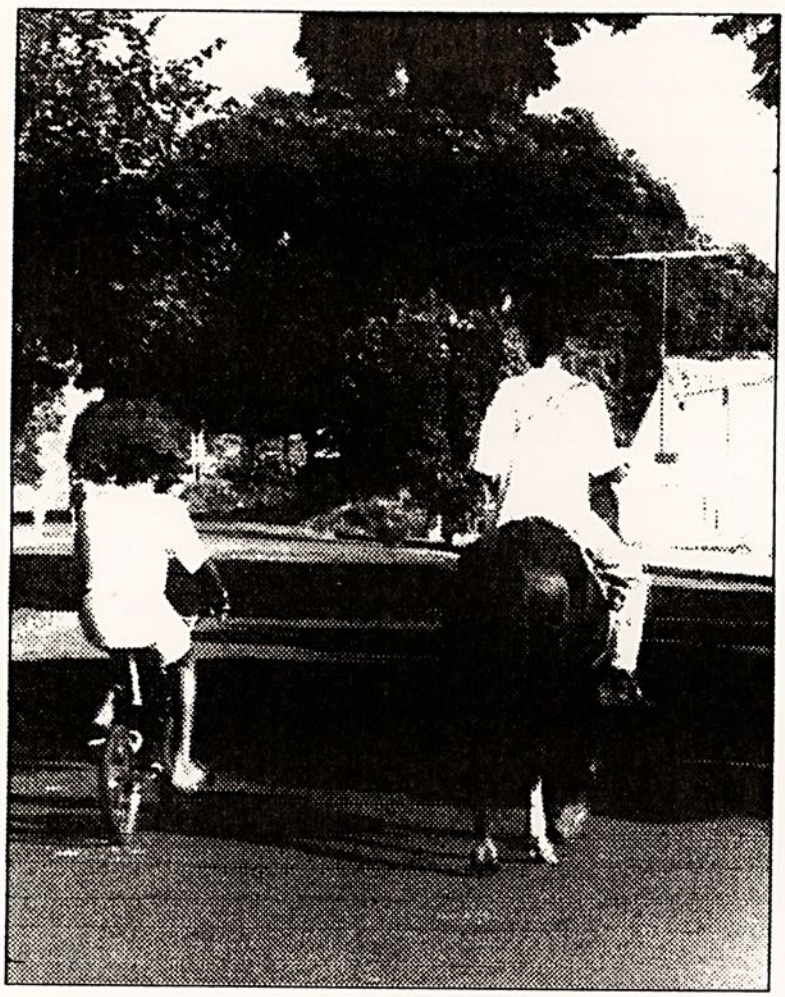


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 44: Atores sociais retratando a tranquilidade da Vila

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação de um comentário final opta por ressaltar e ratificar alguns pontos da dissertação. Pode-se, em princípio, afirmar que o texto dirigiu a escritura da mão. Essa indução acabou por ensinar que, além da macro-análise da epistemologia dialética e da função que exerce no controle da lógica enquanto fator de detecção, outra variável, dessa natureza, parece ter trazido contribuições significativas. Refere-se isso à redescoberta do verbete *filigrana*. Nutrido na idéia de detalhe, desmembrando-se como trabalho de ourivesaria e como especificações sem relevância, ele e a aludida epistemologia, dão, ao que parece, à medida do texto, numa dialética imprescindível.

Pode-se destacar três aspectos à guisa de fechamento do trabalho. Aprendeu-se, primeiramente, as inter-relações entre capital, região, cidade e o objeto de eleição, historicamente objetivadas na inextricabilidade do café e ferrovia. Segundo, e mais interessante, foi a apreensão de que nessa sinonímia toda, as especificações e os reiterados detalhes constituem a superfície do movimento dialético dessas categorias, onde residem as inúmeras mediações advindas da mediação mais radical: dependência homem x mundo = relações sociais de produção. Tais mediações são fatores de construção de uma territorialidade responsável por uma determinada identidade. Ou seja, torna-se importante a prática do flaneur-voyeur para que se possa processar a observação atômica do pormenor na consciência de sua fundamental contribuição. A idéia de que o minúsculo é o maiúsculo. Isso ampliou o texto no sentido de fazer mais relações, ainda que exaustivamente, pela responsabilidade da tarefa.

Ao final, pode-se perceber que intuitivamente até o deixar-se levar veio ao encontro do título: o caminho prenhe de fatos, nomes, circunstâncias e



filigranas na história de Bauru, culminou ser a conjuntura da singularidade e identidade de Curuçá. Uma exaustiva aventura na doçura do prazer; só possível com apoio da bibliografia, a que o texto manifesta gratidão. Terceiro e, por último, a dissertação abriu a percepção para novos espaços a serem explorados na busca do setor do fruto maduro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

unesp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. *Caminhos e descaminhos da Geografia.* Campinas: Papirus, 1989, p. 1-85.

BRITES, B. O kitsch na arquitetura popular brasileira: manifestação essencialmente urbana. In: GUIMARAENS, D. & CAVALCANTI, L. *Arquitetura kitsch suburbana e rural.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 123p.

BRUM, A.J. *O desenvolvimento econômico brasileiro.* 13ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, 317p.

BRANDÃO, C.R. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural.* São Paulo: Brasiliense, 1986, 173p.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana.* Trad. por Cecília Prado. São Paulo: Nobel, 1993, 238p.

CARLEIAL, L.M.F.; NABUCO, M.R. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1993, 205p.

CERTEAU, M.de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Trad. por Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 11994, 351p.

CORRÊA, R.L. *Região e organização espacial.* São Paulo: Ática, 1986, p. 1 a 93.

FARDIN, S.A. Noroeste do Brasil: expansão capitalista e captura dos sertões paulistas. In: *Mimesis*, vol. 7, nº 1, Bauru, 1987, 145p.

FERRARA, L. D'Aléssio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993, 227p.

GHIRARDELLO, N. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru.* Dissertação de mestrado. São Carlos: USP, 1992, 186p.

GOLDENSTEIN, M.S.; ZARPELLON, M.N.; ALVES, M.L. Manutenção e controle da força de trabalho pela moradia. In: *Cadernos,* nº 12, 1ª série, set-1979. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, p. 142-155.

GOROVITZ, M. *Brasília: uma questão de escala.* São Paulo: Projeto, 1985, p. 1-72.

LEITE, M.A.F.P.L. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tedências de regionalização.* São Paulo: Perspectiva: 1976, 223p.

LEMOS, C.A.C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1976, 223p.

MAZZEO, A.C. *Burguesia e capitalismo no Brasil.* São Paulo: Ática, 1988, 72p.

MARKUSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista. In: *Espaços & Debates.* Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano I, nº 2, mai-91, São Paulo, 1981, 199p.

MAYRINK, G.; BOGO, L.; MORAES, R de; POMPEU, R., ZICMAN, R.B. *Era uma vez os Ybá-uru: transformação de um areial da boca do sertão.* Bauru: Agroquisa Industrial, 1988, 119p.

MOREIRA, M. de F.S. Ferrovia e ferroviário: a politização do processo de trabalho (1920-1940). In: *Histórias de São Paulo*, v. 9, São Paulo: Unesp, 1990, p. 137-150.

NEVES, V.F. A sedução do urbano: a trajetória dos trabalhadores rurais através de sua fala. In: *História* (Fundação para desenvolvimento da Unesp), vol. 12, São Paulo: Unesp, 1993, 357p.

PELEGRINA, G. R.; ZANLOCH, T. *Ferrovia e urbanização: o caso de Bauru.* Bauru: USC, 1991, p. 1-48.

PINHEIRO, N.S. O mito da ferocidade indígena. Os caingangue e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. In: *História* (Fundação para desenvolvimento da Unesp), vol. 12, São Paulo: Unesp, 357p.

PROJETO DE LOTEAMENTO DA REFER (Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social da Rede Ferroviária S/A), 1982.

REIS, E.M.P. Elites agrárias: state-buildings e autoritarismo. In: *Dados.* Revista de Ciências Sociais, vol. 25, 1993, p. 332-348.

RIBEIRO, M.A.R. *História sem fim...: inventário da saúde pública.* São Paulo: Unesp, 1993, 270p.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.* Trad. por Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986, 224p.

SANTOS, C. N.F. dos.; VOGEL, A.; MELLO, M.A. da S.; MOLLICA, O. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso eclético em um centro de bairro. 3ª ed. São Paulo: Projeto, 1985, 152p.

SANTOS, C.N.F. dos. *A cidade como um jogo de cartas.* Niterói: Universidade Federal Fluminense (EDUFF), Projeto, 1988, 192p.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científica informacional.* São Paulo: Hucitec, 1994, 190p.

SVENSSON, F. Arquitetura: uma necessidade da vida, uma aptidão do pensamento. Contribuição à formação de arquitetos na República Popular de Angola. In: BOLETIM DO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO, nº 46, set-1988. Brasília: Universidade de Brasília, 1988, 87p.

TUAN, Y.F. *Espaço e lugar.* São Paulo: Difel, 1983, 250p.

VAZ, L. F. História de bairros vista através do espaço construído: um subsídio para o desenho urbano. In: *Cadernos Brasileiros de Arquitetura.* Desenho Urbano II, vol. 13, set-84. São Paulo: Projeto, 1984, p. 29-33.

WHITAKER, D.C.A. *Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico dos trabalhadores da cana.* Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, 1984, 400p.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

I - PLANTA PLANI-ALTIMÉTRICA

II - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA VILA CURUÇÁ

1. Aspectos topográficos da vila

2. A velha escola de madeira

3. Edifícios de mobilização

4. A comunidade na praça

5. Janela-viva da casa-padrão

III - REDE DE ÁGUA

IV - PLANTA DE LOTEAMENTO

V - VILA PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA

VI - REGISTRO DA DESATIVAÇÃO DOS TRENS SAG/SAC

VII - PLANTA DA CASA-PADRÃO ACRESCIDA DE UM CÔMODO

VIII - BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA REFER

IX - DEPARTAMENTO SANITÁRIO E BAR NO PÁTIO DE FESTAS DA CAPELA DE S. PEDRO EM CURUÇÁ

X - PLANTA DE SITUAÇÃO

XI - PERÍMETRO URBANO E EXPANSÃO: ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL PRESTADA EM OUTRAS LOCALIDADES

XII - PROJETO RESIDENCIAL: PLANTA DA CASA-PADRÃO (TRÊS QUARTOS)

unesp

ANEXO I
PLANTA PLANI-ALTIMÉTRICA

ANEXO II

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA VILA CURUÇÁ

1. ASPECTOS TOPOGRÁFICOS DA VILA

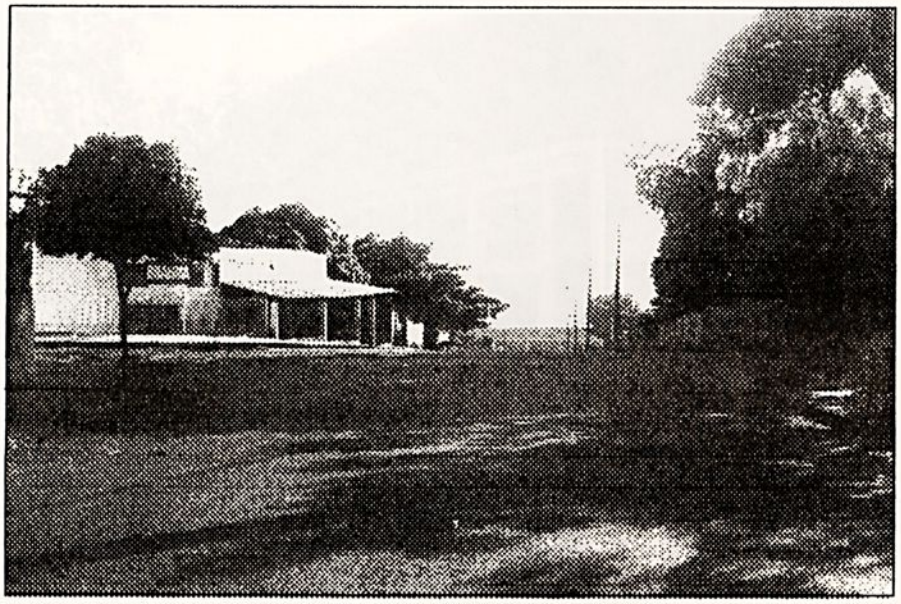


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 1: Av. São Paulo - declive significativo em direção aos trilhos da ferrovia

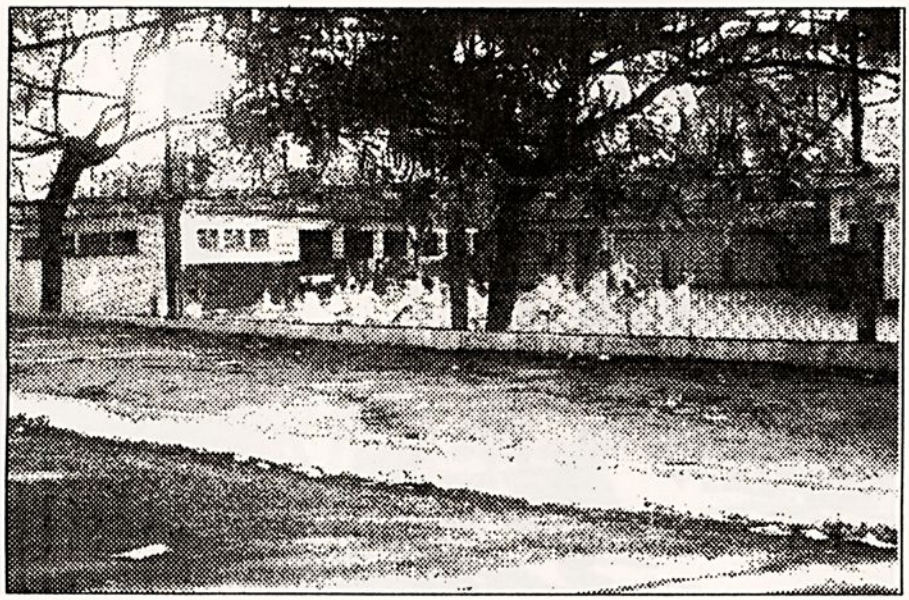


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 2: A topografia da Alameda Malan e o que ela significa como realce do pátio da Escola, abaixo do seu nível.

2. A VELHA ESCOLA DE MADEIRA

Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

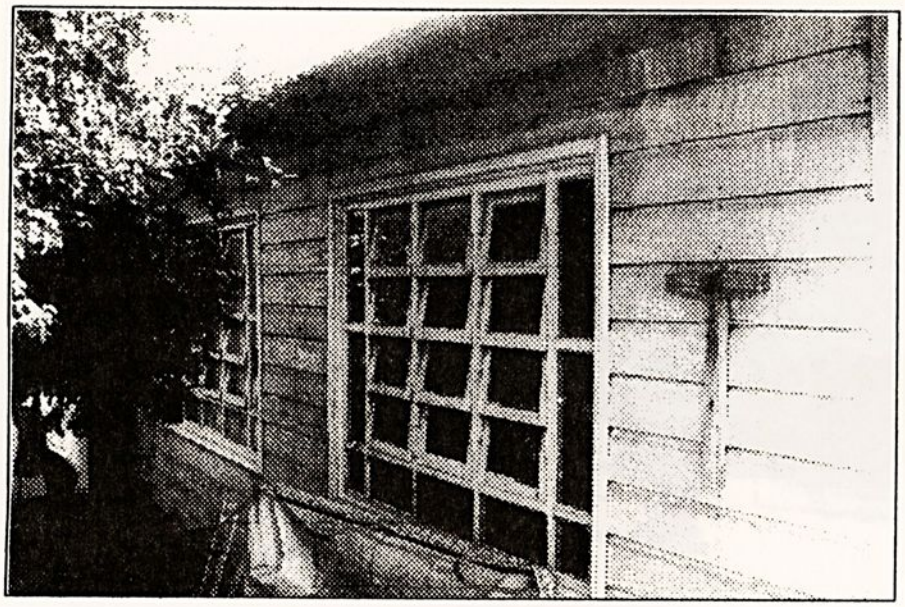


Figura 3: Escola de Madeira

Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

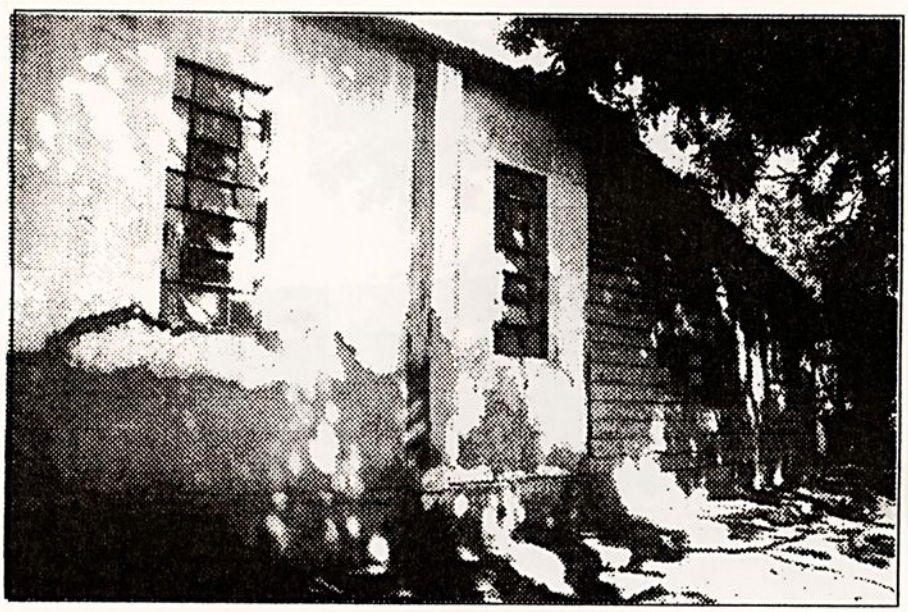


Figura 4: Escola de Madeira

3. EDIFÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO

Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

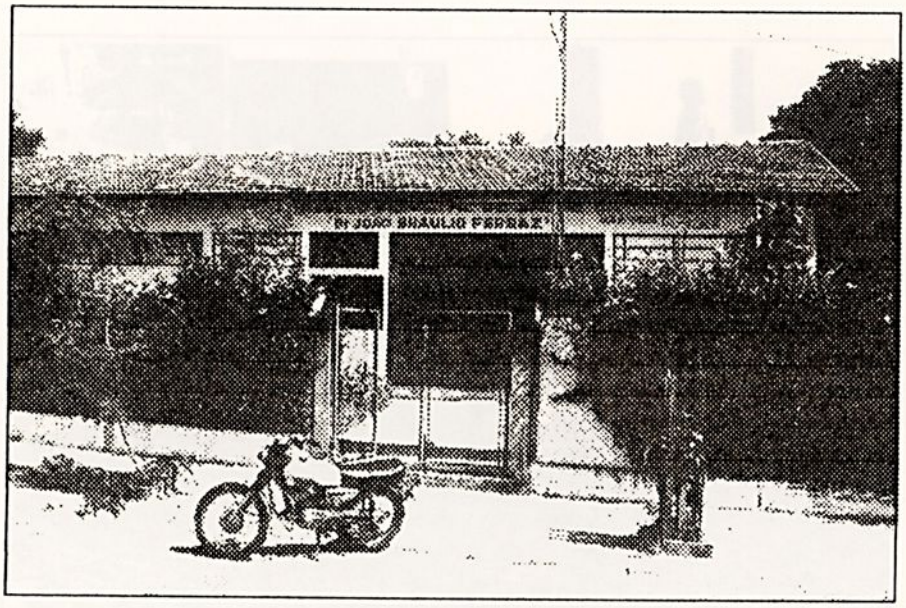


Figura 5: Núcleo Municipal de Saúde

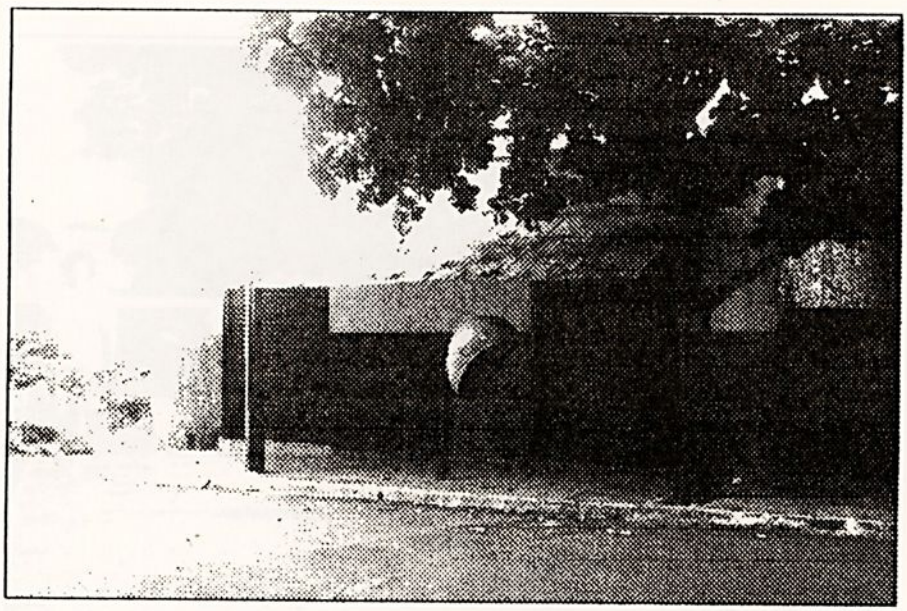


Figura 6: Bar sem nome na Avenida Joaquim C. de Mattos

4. A COMUNIDADE NA PRAÇA



Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 7: Atores sociais na Praça S. Pedro

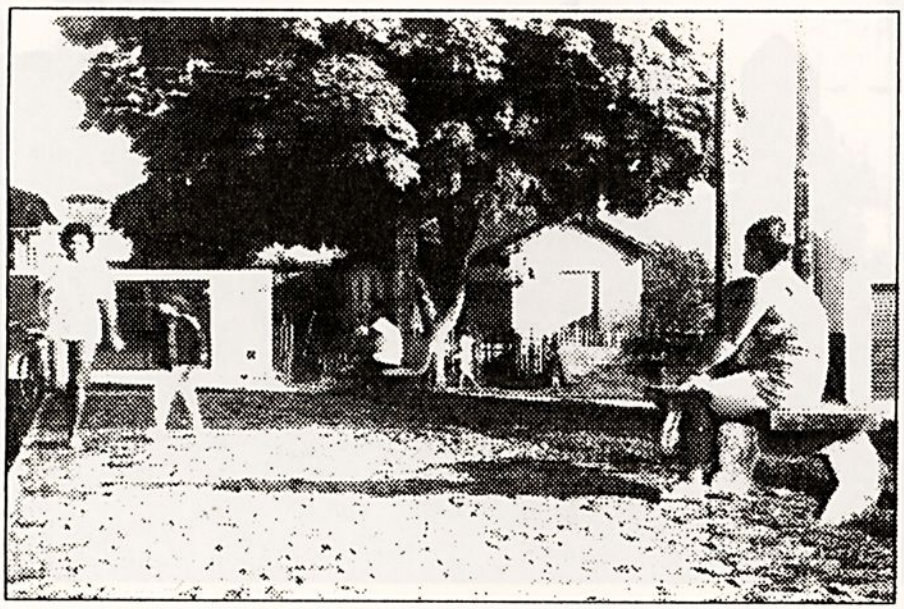


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 8: Atores sociais na Praça S. Pedro

5. JANELA-VIVA DA CASA-PADRÃO

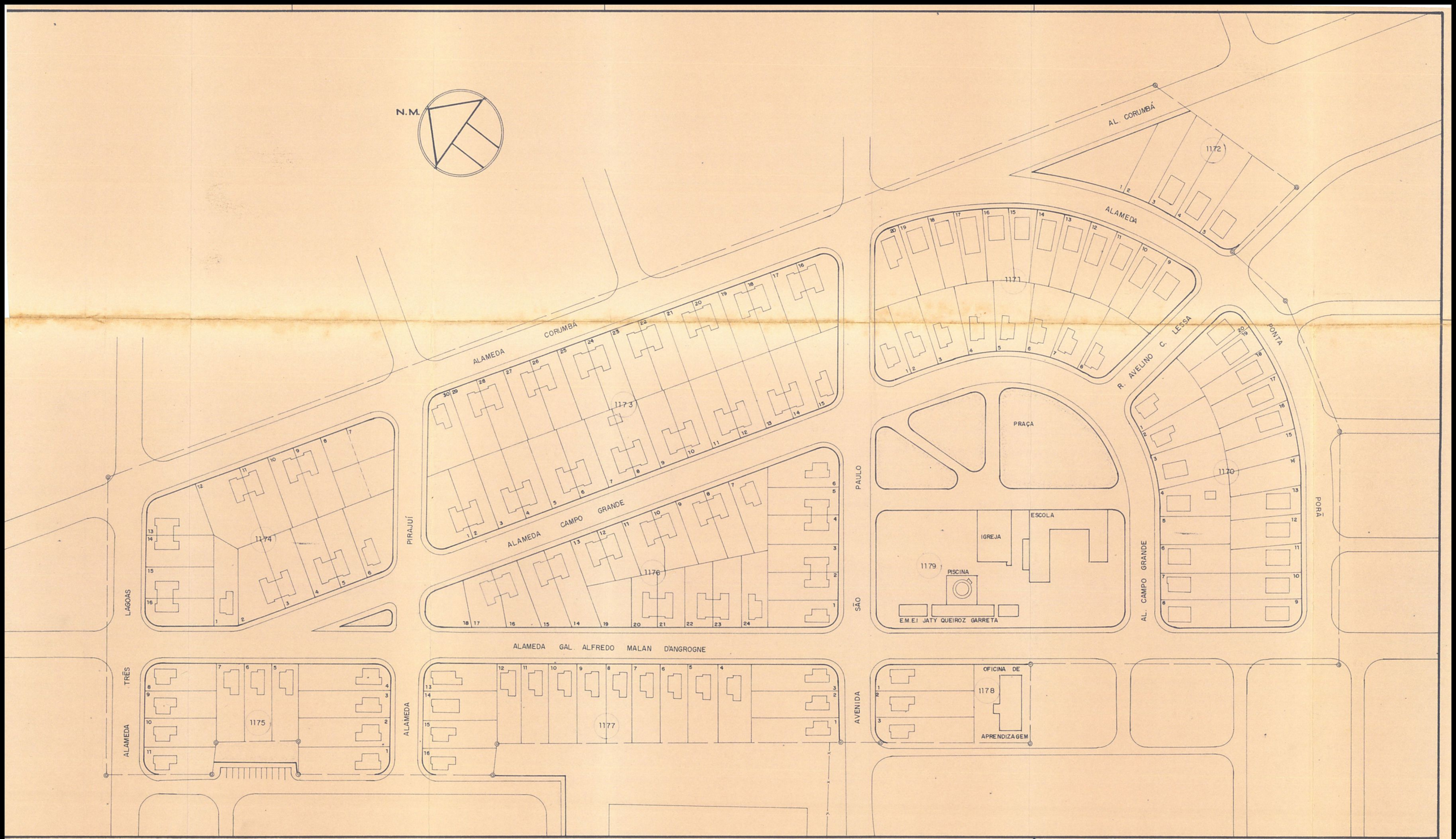


Foto: Miguel Ângelo Vieira Filho (Supervídeo)

Figura 9: Um momento de D. Olga a participar na vida do texto

ANEXO III
REDE DE ÁGUA

ANEXO IV
PLANTA DE LOTEAMENTO



VILA PRES. EURICO GASPAR DUTRA - BAURU - S.PAULO
LOCAL

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
PROPRIETÁRIO

FOLHA
ÚNICA

ESCALA: 1:1000

ANO: 1995

ANEXO V
VILA PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA

N.M.

ALAMEDA II

AL. CORUMBÁ

1172

AVELINO CARNEIRO

LESSA

RUA 6

1330

1329

RUA EMILIA LEITE

AL. AQUIDAUANA

1328

RUA 4

1327

RUA 3

1326

AL. LINS

RECANTO DOIS IRMÃOS

AL. ALFREDO M. D'ANGROGNE

1ª TEL. PÚBLICO

ALAMEDA III

ALAMEDA CORUMBÁ

1171

R. AVELINO C. LESSA

BAR S/NOME

PRAÇA 1179

KALANGU'S LANCH

1170

PORÃ BARRACA FVA CIONINI

ALAMEDA PONTA PORÃ

1173

RÁDIO

MERCADO ALIANÇA

PADARIA E CONF. BALAIO DOCE FARMÁCIA

BAZAR REAJU

ALAMEDA CAMPO GRANDE POSTO MANUTENÇÃO PEDREIROS DA

AVENIDA SÃO PAULO

IGREJA

1169

P.I.S.C.

E.E.E.I. JATY QUEIROZ GAIARETA

ALAMEDA CAMPO GRANDE

PADARIA E CONF. DOIS IRMÃOS

1174

PIRAJUÍ

LAGOAS

BAR

BAR E MERCEARIA DUTRA

ALAMEDA GAL. ALFREDO MALAN D'ANGROGNE

1176

PEQUETITA CABELEREIRA

ALAMEDA TRÊS

TEL. PÚB.

1175

1177

OFICINA DE

POSTO DE SAÚDE

1178

PREVIDÊNCIA

ÁREA VERDE

1322

R. L. B. SOBRINHO

R. ELÚDIO B. SANTOS

1321

MÁRIO

1323

1324

ALCEU

1325

JOAQUIM DA CONCEIÇÃO

AL. ANDRADINA

BAR S/NOME

TELEFONE PÚBLICO

BAR S/NOME

MERCADO

CX. DE CORREIO

CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL

KNEPPER

CENTRO ESPÍRITA

R. JOSÉ

CARCANA

FRANCISCO

AV. ANTONIO

ESTUDÁRIO DE OLIVEIRA

ALAMEDA

MARÍLIA

RUA (13) ARGEMIRO CAMARGO

R. JONAS SILVA

R. VICENTE ALAMO

FRANCISCA MUNHOZ

ARGEMIRO CAMARGO

1316

1317

CAMPO DE FUTEBOL

1177

QUADRA

PRAÇA

CAIXA D'ÁGUA

R. FRANCISCO S. JANINI

1320

RUA MIGUEL DELLEDONE

1319

R. JOSÉ F. XAVIER JR.

R. OLINDO M. ZAMBONATO

R. PEDRO MERLI

ÁREA VERDE DE PREVENÇÃO PERMANENTE

PASSAGEM AÉREA HIPÓDROMO TREVO

RAMAL DA RODOVIA BAURU-MARÍLIA

AV. ELIAS MIGUEL MALUF

BAURU

SENTIDO DAS FLECHAS

FLECHA VERDE: DO PRIMEIRO ASSENTAMENTO PARA O SEGUNDO ASSENTAMENTO
FLECHA VERMELHA: DO SEGUNDO ASSENTAMENTO PARA O PRIMEIRO ASSENTAMENTO
FLECHA AZUL: DO ENTORNO PARA OS DOIS ASSENTAMENTOS

USO DO SOLO

ÁREA INSTITUCIONAL	SERVIÇO	LAZER
TEMPLOS	COMÉRCIO-MERCADO	PRAÇA E ESPORTE
ESCOLA	BARES	UTILITÁRIOS
CENTRO DE SAÚDE	RESIDENCIAL	TELEFONE PÚBLICO
CLUBE	CASA TÉRREA	CX. DE CORREIO
	SOBRADO	

PLANTA DE LOTEAMENTO - SETOR 5 - BAURU - S. PAULO

PRANCHA

LOCAL: CONJUNTO HABITACIONAL PRES. EURICO GASPAR DUTRA
PROPRIETÁRIO: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
LOCAL: VILA PRES. EURICO G. DUTRA
PROPRIETÁRIO: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

FOLHA 02/02

ESCALA : 1:1000

ANO : 1995

ANEXO VI

REGISTRO DA DESATIVAÇÃO DOS TRENS SAG/SAC

Rede Ferroviária Federal S/A
Superintendência Regional de São Paulo
Superintendência de Produção de Bauru

DEPARTAMENTO REGIONAL DE TRANSPORTES

Bauru, 03 de dezembro de 1985 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES TC-043/85

Aos Srs. Chefes de Distrito de Produção; de Unidade; de Subunidade ; de Núcleo e de Grupo; Supervisores; Agentes Especiais de Estações e de Trens e Maquinistas Especiais.-.

ÍNDICE				
TÍTULO	SUB-TÍTULO	ASSUNTO	NORMA	CANCELA
Trens	Supressão de	SAG/SAC	TC-043/85	

Devidamente autorizado através do processo nº 46-1-85 SP-4.2, informamos que a partir de 15-12-85 ficará definitivamente suprimida a circulação dos trens SAG/SAC, que trafegam entre Bauru e Curuçá e vice-versa.

Recomendamos ampla divulgação no âmbito interno da Rede, devendo o Distrito de Produção de Bauru providenciar a afixação desta Circular em todos os lugares de fácil visualização do público, inclusive no interior das automotrizes.

ÍNDICE	Circular DCTM-195/85			
TÍTULO	SUB-TÍTULO	ASSUNTO	NORMA	CANCELA
Requisição	Vagões	Mínimo de Lotação p/ Bolívia	TS-043/85	TC-028/85

Comunicamos que a SR-4-RFFSA e a FEPASA estabeleceram, de comum acordo, a seguinte condição de mínimo de peso para cálculo de frete nos transportes destinados à Bolívia e/ou Corumbá, com vigência a partir de 05-08-85.

- 25.000 quilos por vagão para todas as mercadorias cujas condições vigentes resultem em peso inferior aos 25.000 quilos, isto é, as cargas que não tiverem mínimo superior a esse limite e desde que lotarem em volume o vagão utilizado.

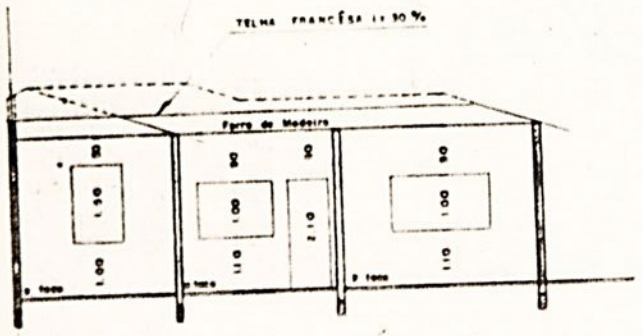
Engº Antonio Carlos Barbieri
Chefe do Departamento Regional de Transportes

NTO DE QUE SE TRATA	EXPEDIENTE QUE TEVE	— relaç
CSP. 11.11 SP-7 V	"45 vagões plataformas" que deverão trafegar p/ rio Rio Preto, para carregar trilhos p/ CSP. 11 — Identificados vagões destes deverão ser alterados de J para D (Remontagem 20 vagões SP-7) →	Parte 11.5/Se
SR-4-Subst. "Supressão Coreio."	Considerando diretrizes Refere-se redução de custos pedi justificar p/ manutenção tráfego dos trens SP/C entre Bauru e Lençóis — já que arrecadação é desprezível e existem outros circuitos que atendem a região	SP-42/Sop 3-2.83/C TOP/22

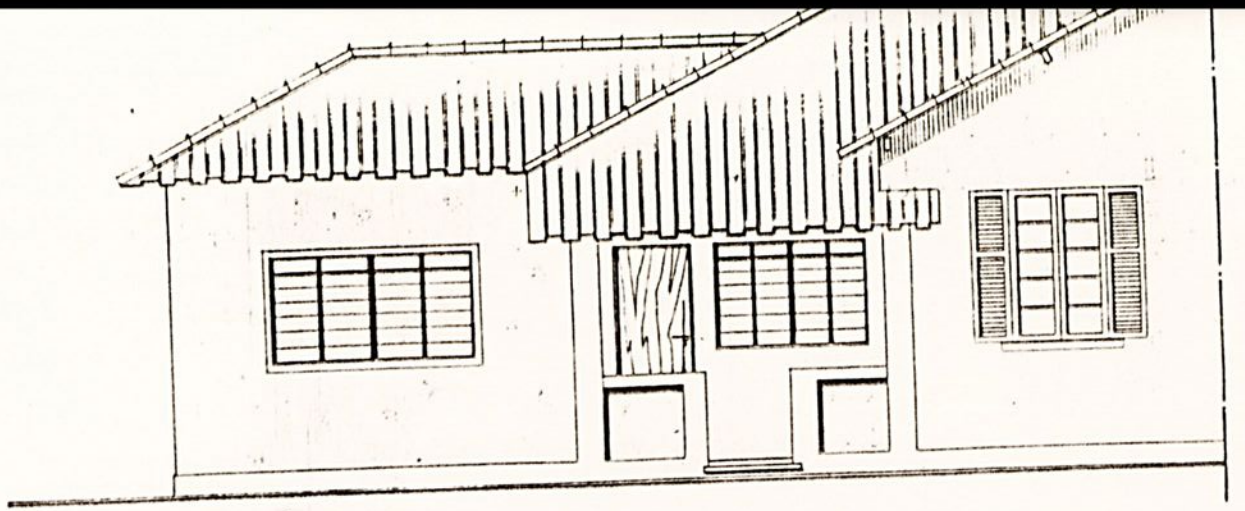
unesp

ANEXO VII

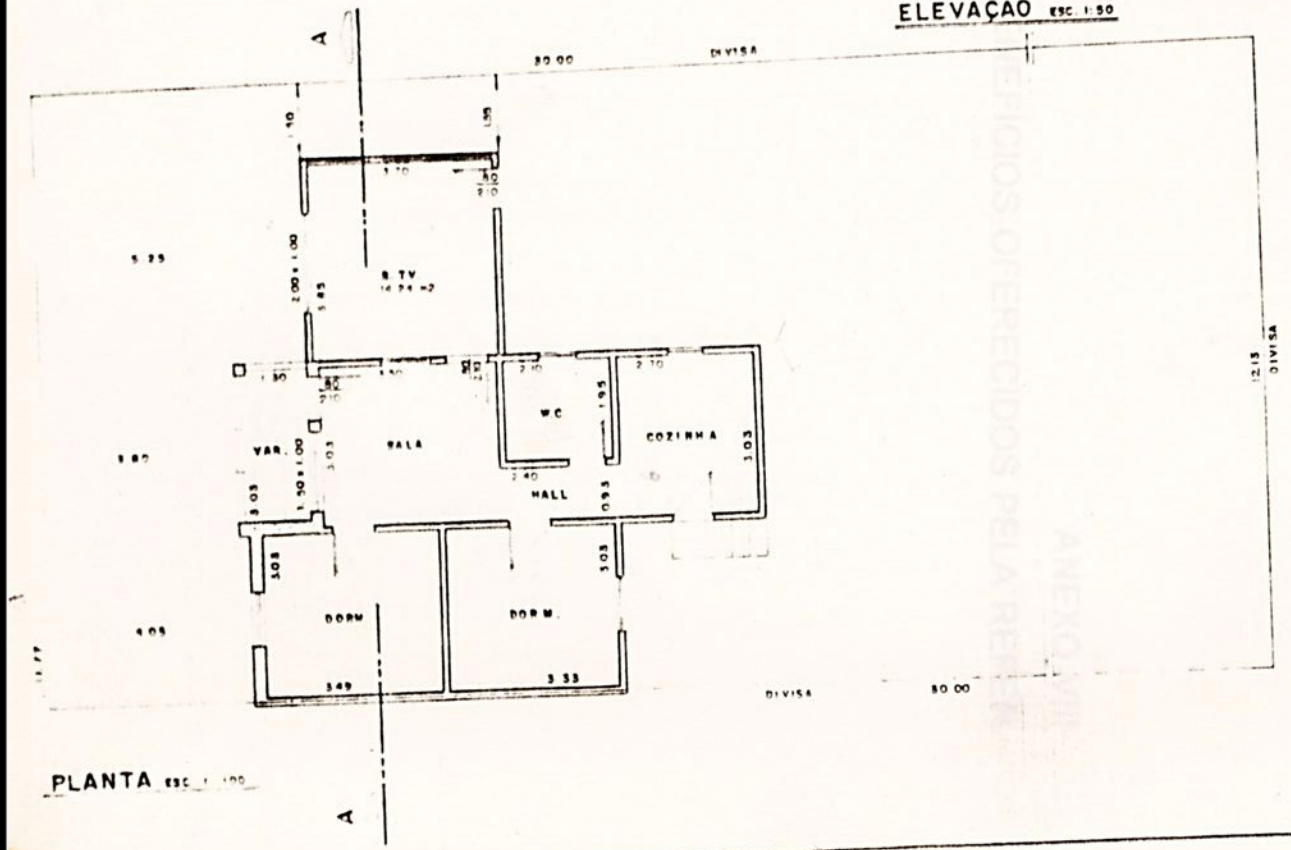
PLANTA DA CASA-PADRÃO ACRESCIDA DE UM CÔMODO



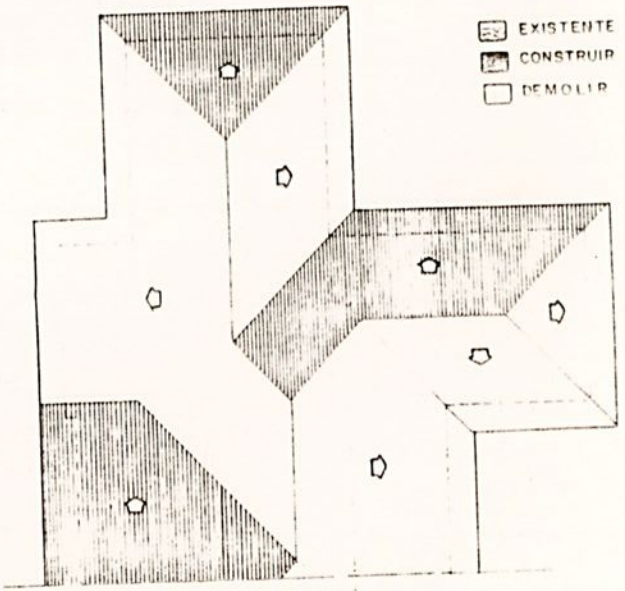
CORTE A, A ESC. 1:100



ELEVAÇÃO ESC. 1:50



PLANTA ESC. 1:100



COBERTURA ESC. 1:100

unesp
cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18

ANEXO VIII

BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA REFER

BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA REFER

BENEFÍCIOS	MOTIVOS OU CONDIÇÕES PARA OBTENÇÃO	BASES DE CONCESSÃO
	I - QUANTO AO CONTRIBUINTE	
1. EMPRÉSTIMOS		
1.1 - Funeral	Falecimento de beneficiário inscrito.	Até 4 vezes o valor do salário mínimo regional.
1.2 - Saúde	Necessidade de serviços médicos; aquisição de aparelho ou instrumento de correção para o contribuinte ou beneficiário.	Até 2 vezes o valor da média das 12 últimas remunerações do contribuinte.
1.3 - Nupcial	Casamento do contribuinte.	Até 4 vezes o valor da última remuneração do contribuinte.
1.4 - Educação	Matrícula do contribuinte ou beneficiário em série de nível superior ao 1º grau.	Até o dobro do valor do salário mínimo regional.
1.5 - Emergência	Dificuldades imprevistas.	Até o dobro do valor do salário mínimo regional.
1.6 - Simples	Atendimento de objetivos socialmente justificados.	Até 20 vezes o valor do salário mínimo regional.
1.7 - Imobiliário	Sujeito a regulamentação especial.	
2. SUPLEMENTAÇÕES		
2.1 - da aposentadoria por tempo de serviço:		
2.1.1 - com 35 anos	Estar aposentado pelo INPS; ter 55 anos de idade e mais de 10 como empregado da RFFSA.	Renda mensal correspondente à diferença entre a média das 36 últimas remunerações (c/prévia correção das 24 primeiras) e o valor da renda concedida pelo INPS a título de aposentadoria e mais 20% do salário-de-benefício do INPS.
2.1.2 - com 30 anos	Estar aposentado pelo INPS; ter 55 anos de idade e mais de 10 como empregado da RFFSA.	Renda mensal correspondente à diferença entre a média das 36 últimas remunerações(c/prévia correção das 24 primeiras) e o valor da renda que seria conferida pelo INPS a título de aposentadoria com 35 anos de serviço e mais 20% do salário-de-benefício do INPS.
2.2 - da aposentadoria especial (com 25 anos)	Estar aposentado pelo INPS; ter 53 anos de idade e mais de 10 como empregado da RFFSA.	Renda mensal correspondent diferença entre a média das últimas remunerações(c/pré correção monetária das 24 meiras) e o valor da renda cedida pelo INPS a título aposentadoria e mais 20% c culado sobre o salário-de-benefício do INPS.
2.3 - da aposentadoria por invalidez	Estar aposentado pelo INPS.	Renda mensal correspondent diferença entre a média das últimas remunerações e o va da renda concedida pelo I a título de aposentadoria invalidez.
2.4 - da aposentadoria por velhice	Estar aposentado pelo INPS e contar mais de 10 anos como empregado da RFFSA.	Renda mensal correspondente diferença entre a média das últimas remunerações e o va da renda concedida pelo INP a título de aposentadoria.
2.5 - do auxílio-doença	Estar licenciado pelo INPS.	Renda mensal correspondente diferença entre a média das últimas remunerações e o val da renda concedida pelo IN a título de auxílio-doença.
	II - QUANTO AO BENEFICIÁRIO	
1. Suplementação de pensão	Ser beneficiário do contribuinte.	Renda mensal entre 50% 100% da suplementação q o contribuinte percebi ou teria direito, se a sentado, conforme o nº beneficiários.
2. Pecúlio por morte	Falecimento do contribuinte.	Até o valor de 5 vezes a méd das 12 últimas remuneraçõe do contribuinte.
3. Auxílio-reclusão	Ser beneficiário de contribuinte detento ou recluso.	Entre 50% e 100% da sup mentação que o contribu te teria direito, se f se aposentado, conforme nº de beneficiários.

NOTA IMPORTANTE:

Os atuais empregados da RFFSA que se inscreverem na REFER dentro dos primeiros 90 dias de vigência do seu Regulamento Básico estarão isentos do pagamento de jóia.

—— x ——

Também estarão isentos de jóia os empregados que forem admitidos na RFFSA nos primeiros 90 dias de vigência do mesmo Regulamento Básico.

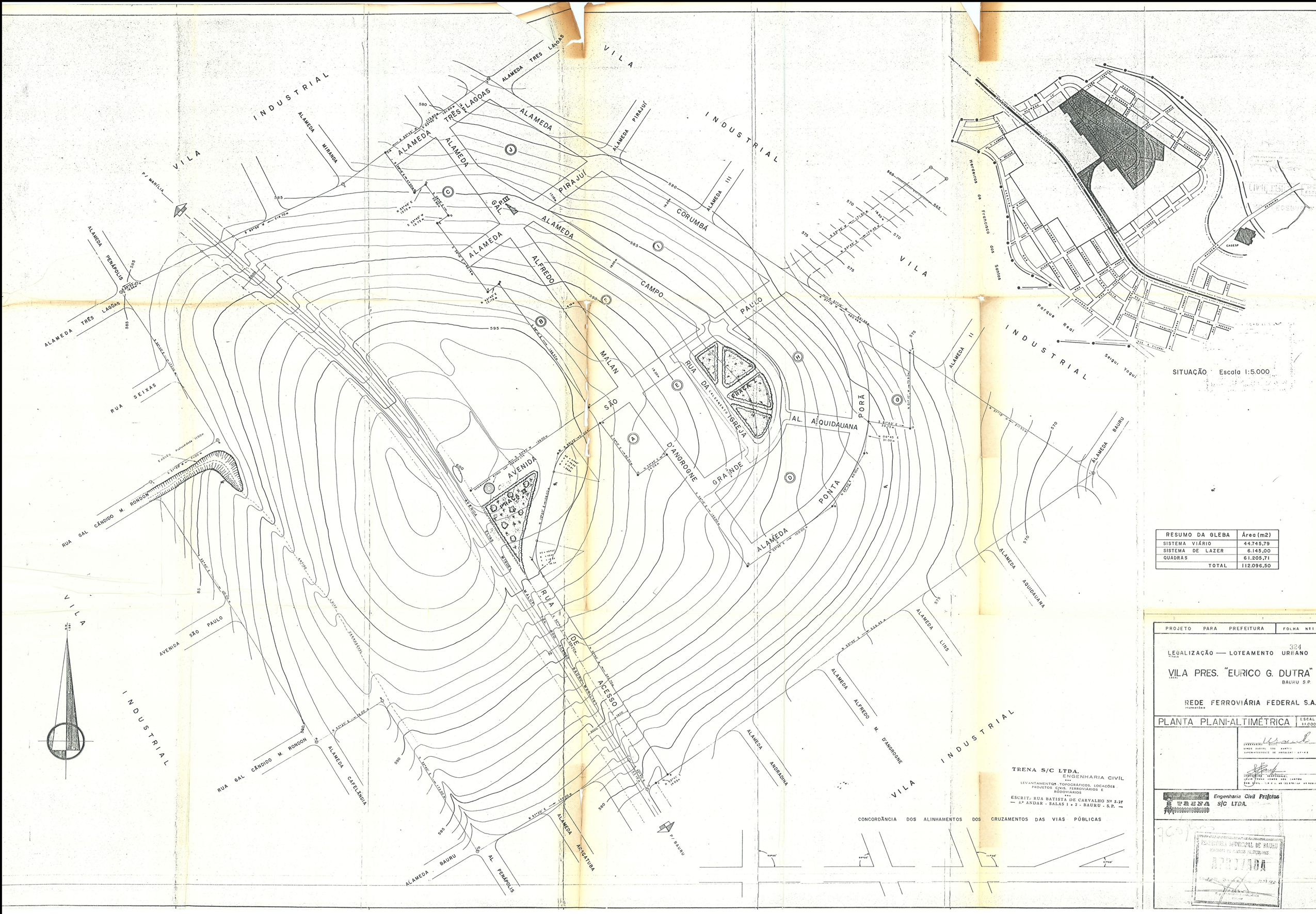
BENEFÍCIOS OFERECIDOS



A QUEM
PARA QUE
QUANDO
COMO

GARANTA, NA REFER, O SEU PRÓPRIO FUTURO E, MAIS IMPORTANTE, O DE TODA SUA FAMILIA.

ANEXO IX
DEPARTAMENTO SANITÁRIO E BAR NO PÁTIO DE FESTAS DA CAPELA DE S. PEDRO



RESUMO DA GLEBA	Área (m2)
SISTEMA VIÁRIO	44.745,79
SISTEMA DE LAZER	6.145,00
QUADRAS	61.205,71
TOTAL	112.096,50

TRENA S/C LTDA.
ENGENHARIA CIVIL
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, LOCAÇÕES
PROJETOS CIVIS, FERROVIÁRIOS E RODOVIÁRIOS
ESCRITÓRIO: RUA BATISTA DE CARVALHO Nº 3-27 — 4º ANDAR - SALAS 1 e 2 - BAURU - S.P. —

CONCORDÂNCIA DOS ALINHAMENTOS DOS CRUZAMENTOS DAS VIAS PÚBLICAS

PROJETO PARA PREFEITURA	FOLHA Nº 1

LEGALIZAÇÃO — LOTEAMENTO URBANO 324

VILA PRES. "EURICO G. DUTRA"
BAURU S.P.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

PLANTA PLANI-ALTIMÉTRICA | ESCALA 1:1.000

RESPONSÁVEL TÉCNICO: HIRÃO DURVAL DOS SANTOS — SUPERINTENDENTE DE PATRIMÔNIO - SP/4-8

EXECUTOR RESPONSÁVEL: JULIO TRENA JORGE DOS SANTOS — ENG. CIVIL - CREA - 60.253/D/SP

Engenharia Civil Projetos s/C LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
DEPARTAMENTO DE PLANTAS E ALINHAMENTOS
APROVADO

ANEXO X
PLANTA DE SITUAÇÃO

Capela São Pedro
VILA DUTRA
BAURU

ÁREA LIVRE

COBERTO

PARQUE INFANTIL

ALAMBRADO

ÁREA AMPLIADA

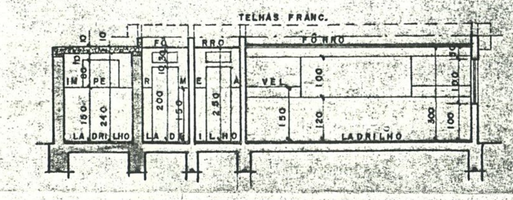
CONSTRUIR 25.00m²

UTIL 24.28m²

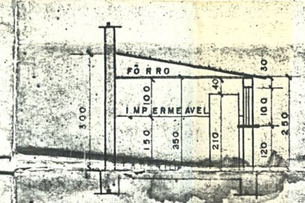
LEGENDA

CONSTRUIR

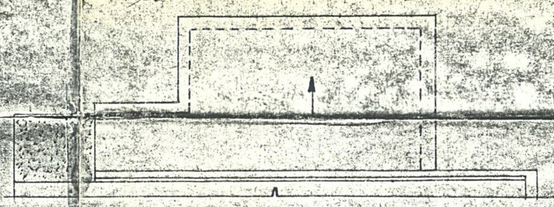
EXISTENTE



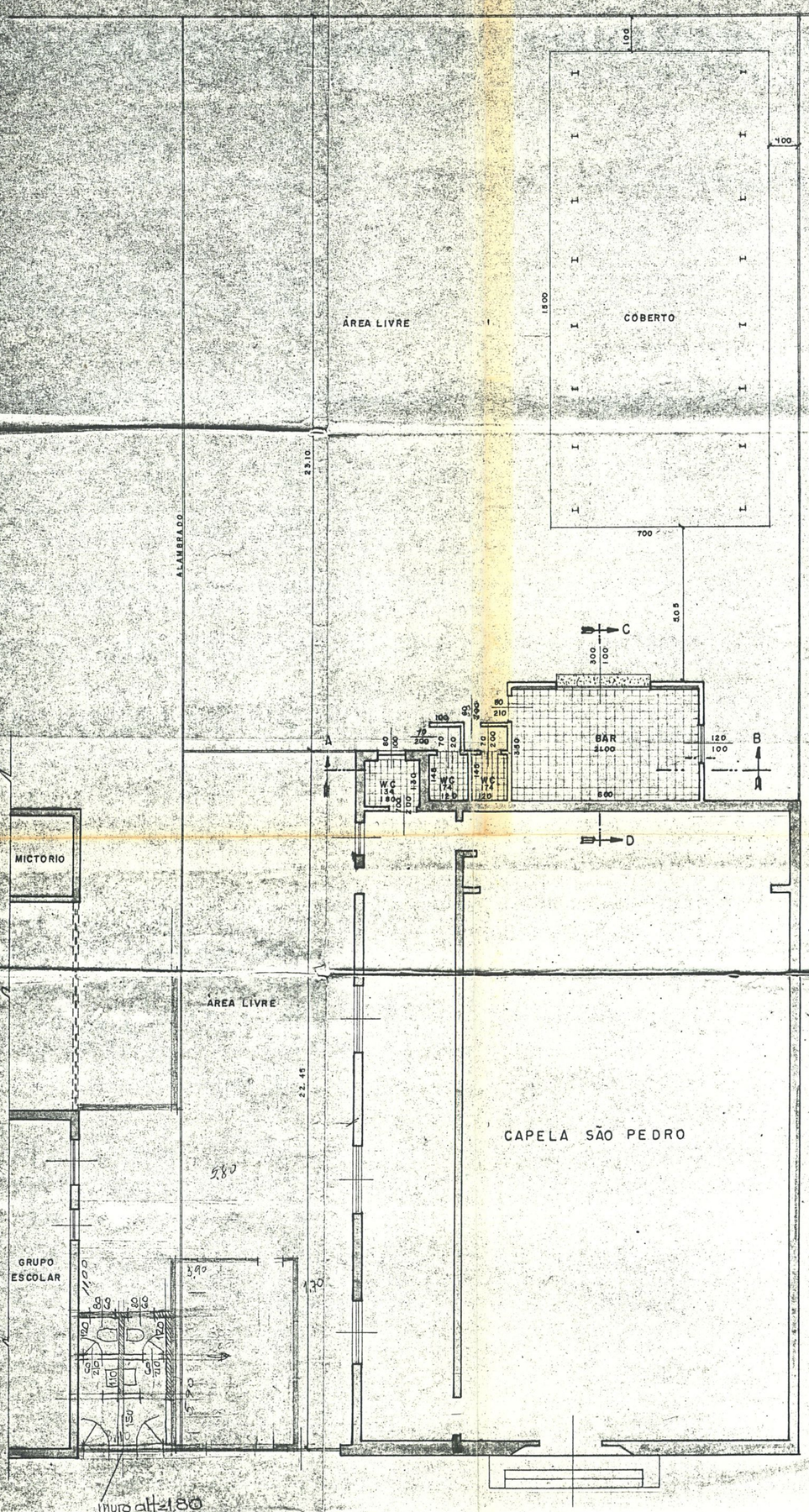
CORTE AB 1:100



CORTE CD 1:100



TELHADO 1:100



PLANTA 1:100

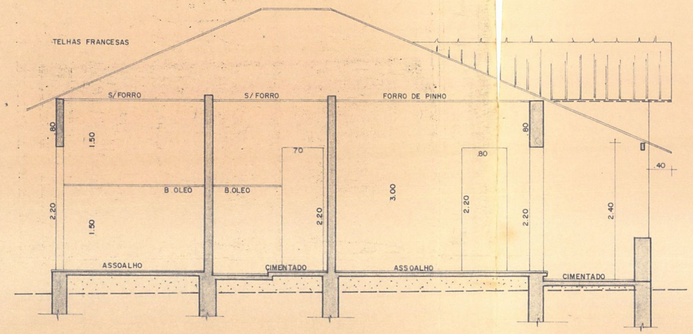
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
E.F. NOROESTE DO BRASIL
DEP. DA VIA PERMANENTE SEÇÃO ESTUDOS E PROJETOS

DEPENDÊNCIAS SANITÁRIAS E BAR NO PÁTIO DE FESTAS DA CAPELA SÃO PEDRO
CURUÇÁ

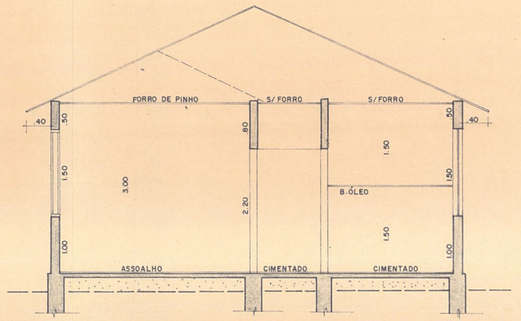
ESCALA - 1:100
DESENHO - Nº 4576
PASTA - A
DATA - 31/10/69
DES: Rubens de Amorim
CÓPIA Rubens de Amorim
CHEFE DA SEÇ. DESENHO

ASS. CENTRAL DE OPERAÇÕES
ENGº CHEFE DO D.V.P.
ENGº CHEFE DO SETOR ESTUDOS E PROJ.

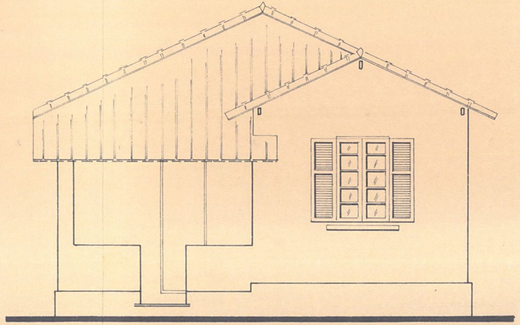
ANEXO XI
PERÍMETRO URBANO E EXPANSÃO: ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL PRESTADA EM OUTRAS LOCALIDADES



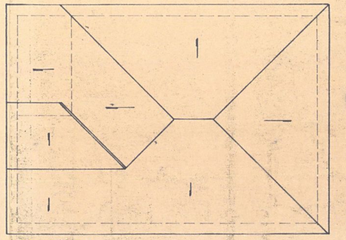
CORTE A·A
1:50



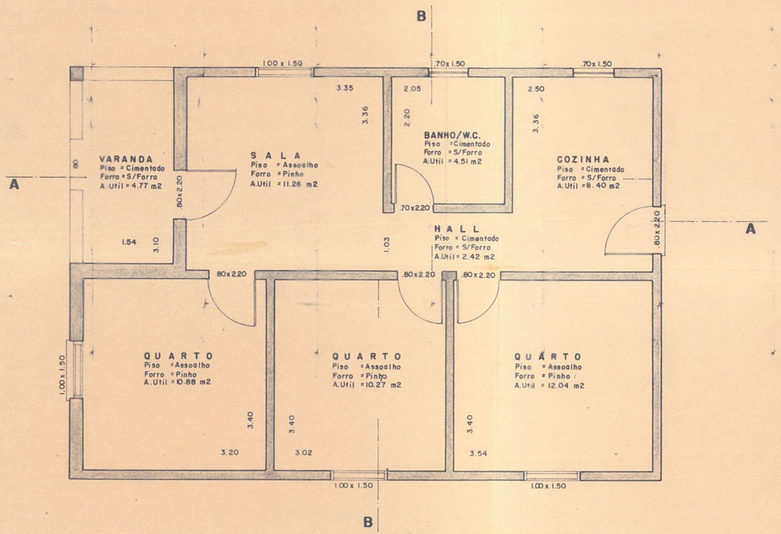
CORTE B·B
1:50



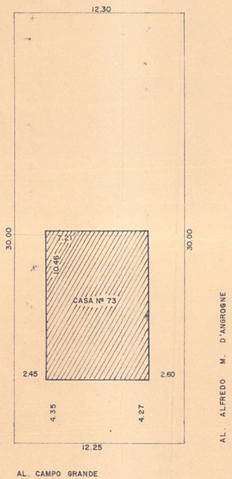
FACHADA PRINCIPAL
1:50 (ALAMEDA CAMPO GRANDE)



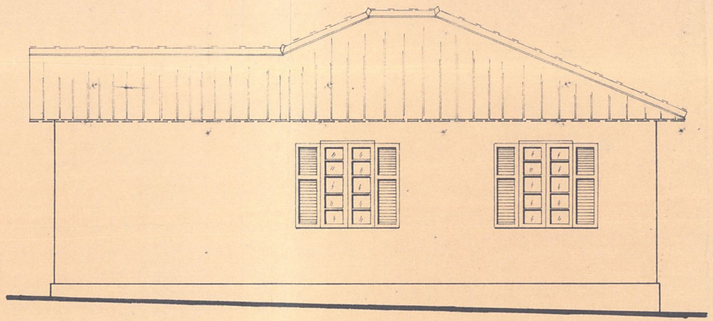
COBERTURA
1:100



PLANTA
1:50



LOCACAO
1:200



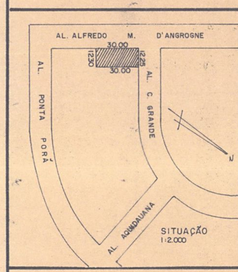
FACHADA LATERAL
1:50 (AL. ALFREDO M. D'ANGROGNE)

PROJETO PARA PREFEITURA | FOLHA UNICA

PROJETO RESIDENCIAL — LEGALIZAÇÃO
TITULO

AL. C. GRANDE ESQ. C/AL. ALFREDO M. D'ANGROGNE - LOTE 8 - QUADRA D
VILA PRESIDENTE "EURICO G. DUTRA" - BAURU S.P.
LOCALIZAÇÃO

REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A.
PROPRIETÁRIO



SITUAÇÃO
1:2.000

DECLARO QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO NÃO IMPLICA NO RECONHECIMENTO POR PARTE DA PREFEITURA, DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO TERRENO.

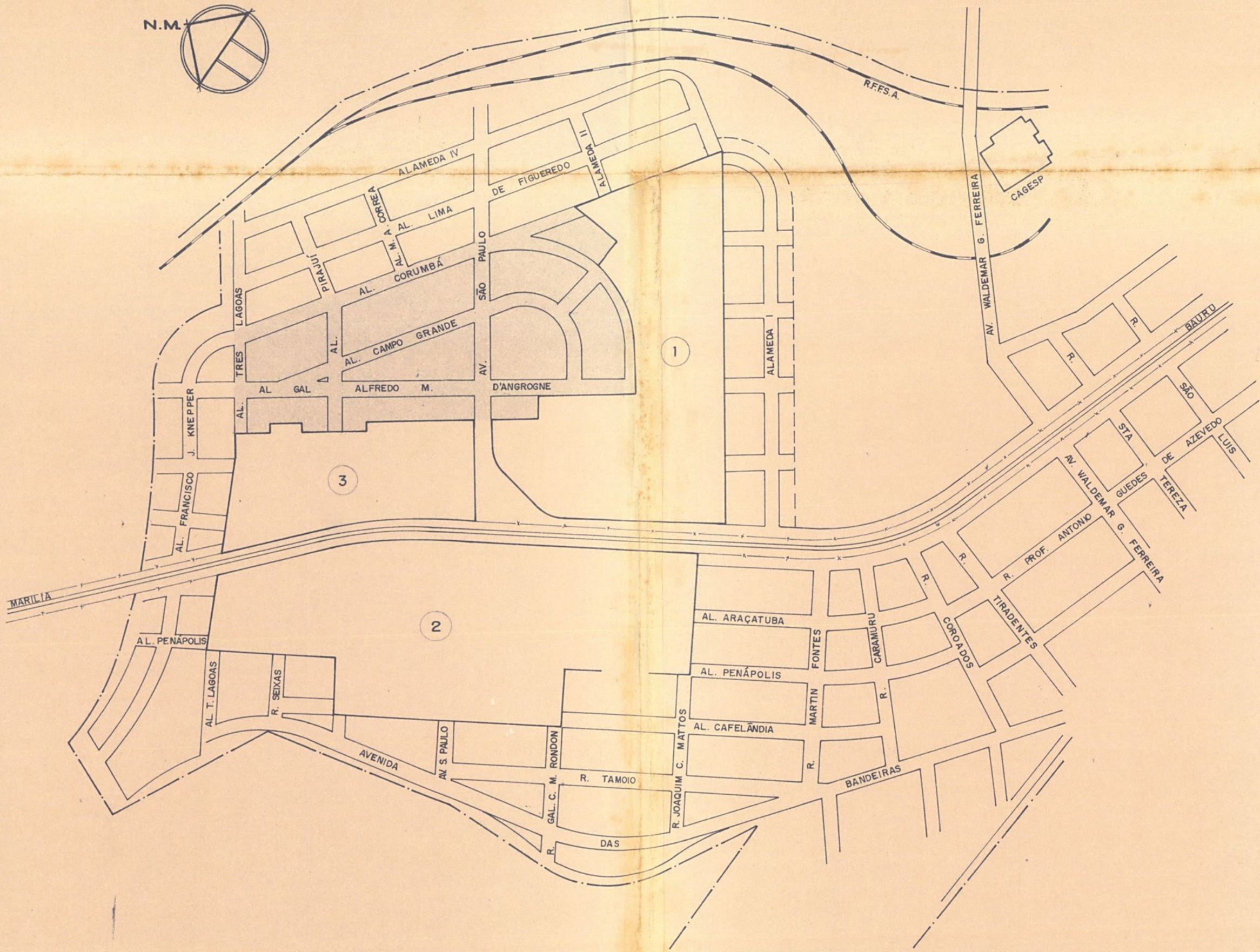
AREAS

TERRENO	368.25 m2
UTIL	64.55 m2
CONSTRUIDA	75.41 m2

P/ PROPRIETARIO
ENG. DIRCO DURVAL DOS SANTOS
SUP. PROD. SP-4.2

ENG. RESPONSÁVEL
JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS
C.R.E.A Nº 133.579/AP 6ª REG.

ANEXO XII
PROJETO RESIDENCIAL:
PLANTA DA CASA-PADRÃO (TRÊS QUARTOS)



PLANTA DE SITUAÇÃO - SETOR 5 - BAURU - S. PAULO

PRANCHA

CONJUNTO HABITACIONAL PRES. EURICO GASPAR DUTRA
LOCAL

FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
PROPRIETÁRIO

VILA PRES. EURICO G. DUTRA
LOCAL

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
PROPRIETÁRIO

FOLHA 01/02

ESCALA: 1:5000

ANO: 1995

0810000221

SITUAÇÃO Escala 1:5.000

SISTEMA LAZER	ÁREA(m2)
P I	3.600.00
P II	2.220.00
P III	325.00
TO 3	6.145.00

RESUMO DA GLEBA	
Sistema Lazer	6.145.00 m2
Sistema Viário	44.745.79 m2
Quadras	61.205.71 m2
TOTAL	112.096.50 m2

QUADRA	ÁREA (m2)	QTIDADE DE LOTES OCUPADOS	VAGOS
A	2.130.00	14	1
D	6.490.22	16	
C	4.434.96	11	
D	7.248.00	17	3
E	4.763.75		
F	8.157.65	22	2
G	2.786.62	3	2
H	7.404.30	20	
I	11.571.60	30	
J	6.218.61	16	
TOTAL	10 61205.71	139	7

RUAS, AVENIDA, ALAMEDAS	ÁREA (m2)
1. ALAMEDA PONTA PORÃ	5.128.32
2. ALAMEDA CAMPO GRANDE	6.911.92
3. ALAMEDA AQUIDAUANA	840.00
4. ALAMEDA GAL. ALFREDO M. D'ANGROGNE	8.267.59
5. ALAMEDA CORUMBÁ	6.840.63
6. ALAMEDA PIRAJUI	2.052.00
7. ALAMEDA TRÊS LAGOAS	1.485.25
8. AVENIDA SÃO PAULO	6.807.60
9. RUA DA IGREJA	1.467.75
10. RUA DE ACESSO	4.944.73
TOTAL	44.745.79

RESUMO DAS RESIDÊNCIAS			
QUADRAS	DORMITÓRIOS DOIS	TRÊS	GEMINADAS
A	3		
B	16		
C	11		
D	2	15	
F	4		18
G		3	
H	8	12	
I	2		26
J	2		14
TOTAL	48	30	60

TRENA S/C LTDA.
ENGENHARIA CIVIL
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, LOCAÇÕES
PROJETOS CIVIL FERROVIÁRIOS E
RODOVIÁRIOS
ESCRIT.: RUA BATISTA DE CARVALHO Nº 5-27
— 6º ANDAR - SALAS 1 e 2 - BAURU - S.P. —

CONCORDÂNCIA DOS ALINHAMENTOS DOS CRUZAMENTOS DAS VIAS PÚBLICAS

PROJETO PARA PREFEITURA | FOLHA Nº 5

LEGALIZAÇÃO — LOTEAMENTO URBANO
TÍTULO
324
VILA PRES. "EURICO G. DUTRA"
LOCAL
BAURU S.P.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.
PROPRIETÁRIO

REDE DE ÁGUA ESCALA 1:1.000

Engenharia Civil Projetos S/C LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DO BAURU
Em 22 de Junho de 1982

AVENIDA Dr. NUNO DE ASSIS

EIXO DO CANAL SUBTERRÂNEO BAURU

AVENIDA Dr. NUNO DE ASSIS

GRADIL DE FECHO VER FOLHA 29

ESPERA DE ONIBUS
PAVIMENTAÇÃO BLOCO DE CONCRETO

INSTALAÇÕES P/MOTORISTA VER FOLHA 16

HIDRANTE VER FL. 35

PLATAFORMA DE EMBARQUE
PISO KORODUR

PLATAFORMA DE DESEMBARQUE
PISO KORODUR

ÁREA DE ESPERA
USO PUPLICO
PISO KORODUR

SANIT. FEMININO · SANIT.MASCULINO · LANCHONETE · POSTO TELEFONICO · BALCÃO DE INFORMAÇÕES · CAFÉ · BANCA REVISTA · CORREIO · CENTT/MASCULINO · SANIT. FEMININO

TAXI · CARROS · ONIBUS URBANO

ESPERA DE TAXI

MASTROS PARA BANDEIRAS, OS DAS EXTREMIDADES TERÃO ALTURA DE 4 m FORA DO SOLO, O DO MEIO 6 m

MARCO COMEMORATIVO - PRAÇA JOÃO PAULO II

ESTACIONAMENTO
PAVIMENTAÇÃO BLOCO DE CONCRETO

PORTARIA DE CONTROLE VER FOLHA 16

ESTACIONAMENTO

LIMITE DO TERRENO

MURO BLOCO DE CONCRETO APARENTE h = 1.80 m. BLOCO 40 x 20 x 15 TIPO REAGO

ESTACIONAMENTO

RESERVATÓRIOS - SOMBA - CABINE FORÇA VER FOLHA 17

GUARITA DE FIBERGLASS 1.20 x 2.80 x 2.30 "MAXI" TIPO LAFER COR VERDE

GRADIL DE FECHO VER FL. 29

RUA TIMBIRAS

AVENIDA NAÇÕES UNIDAS

AVENIDA NAÇÕES UNIDA

R.N = 498.940
MARCO DE CONCRETO

GUARDA

TRECHO DO TALUDE REVESTIDO COM MOSAICO PORTUGUES

MURO DE DIVISA DO TERRENO

GUARITA DE FIBERGLASS 1.20 x 2.80 x 2.30 "MAXI" TIPO LAFER COR VERDE

N

PAVIMENTAÇÃO BLOCO DE CONCRETO
BLOCOS SEXTAVADOS ARTICULADOS PARA TRAFEGO PESADO, ESPESSURA 0,10m. TIPO BROKRET

PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA
BASE DE MACADAME BETUMINOSO ESPESSURA 0,15 m
CAMADA DE ROLAMENTO A QUENTE ESPESSURA 0,05 m

AREA = 7.586,50 m²

ESCRITORIO DE ASSESSORIA TECNICA PROJETOS E PLANEJAMENTO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTA.

COORDENADOR	ARQUITETO JURANDYR BUENO FILHO
DIRETOR	ENGº CARLOS ROBERTO VIEIRA DA COSTA
SUPERVISOR	ADELMO
DESENHO	ADELMO
APROVADO	
VERIFICADO	
CONTROLE	DATA

TERMINAL RODOVIARIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

PROJETO EXECUTIVO

IMPLANTAÇÃO GERAL

ESCALA 1:250

proposta para o futuro terminal de integração de ônibus urbano

SETOR DE PROJETO	ARQUITETURA
SUBSTITUI	
SUBSTITUIDO POR	
ARQUIVO	
TUBO NUMERO	CONTROLE

BAURU

E.A.T.P.P. 549

02